

ACTA N.º 6/2022



- - - Aos dezasseis dias do mês de Dezembro do ano dois mil e vinte e dois, no auditório do Centro de Negócios de Viana do Castelo desta cidade de Viana do Castelo, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Viana do Castelo, sob a presidência de Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva. Secretariaram a presente sessão os Deputados Municipais Sandra Portela Alves e Paulo Jorge Dias Torres, respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. - - - - -

- - - Secretariou, em cumprimento do disposto no número 3 do artigo 55º do Regimento desta Assembleia municipal, a Coordenadora Técnica da Secção de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Georgina Maria Ferreira Marques. - - - - -

- - - A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Luís Nobre. Assistiram também à presente reunião os Vereadores da mesma Câmara Municipal, Manuel António Azevedo Vitorino, Carlota Borges, Ricardo Rego, Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira, Paulo Jorge Araújo do Vale, Ilda Maria Menezes de Araújo Novo e Jose Antonio Gonçalves Ramos em substituição da Vereadora Claudia Marinho. - - - - -

- - - Pelas vinte e uma horas, foi declarada aberta a reunião com a presença da totalidade de membros em efetividade de funções, conforme documento que se junta sob o número 1.-

- - - Uma vez que será feito registo magnético, apenas se fará referência às intervenções feitas durante a sessão da Assembleia Municipal. - - - - -

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento dos seguintes documentos:- - - - -

- - - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ARTº 78º DA LEI N.169/99, DE 18 DE SETEMBRO:- José Carlos Rego Silva Oliveira Freitas (PS), pelo período de 1 dia; Cristina Manuela Araujo de Moraes (PS), pelo período de 1 dia; Daniel Jorge Correia de Sales Gomes (PS), pelo período de 1 dia; Marília Sousa Nunes (PSD), pelo período de 4 dias, Filipe Vintem (CDU), pelo período de 1 dia; Sónia Dantas Carvalho (CDU) pelo período de 4 dias, Luis Filipe Oliveira Louro (BE), pelo período de 4 dias. A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar os referidos pedidos de substituição. Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar a acta em minuta, nesta parte, para surtir efeitos imediatos. Os referidos Deputados Municipais foram substituídos pelos eleitos que se seguem nas correspondentes lista respetivamente José Filipe Penteado Ribeiro (PS), Manuel Pinto Costa (PS), Porfirio Neves Afonso (PS), Angela Catarina Castro Cerqueira (CDU), Antonio Rodrigues Soares Basto (CDU) e Rogério Manuel de Amorim Barros (BE) que iniciaram de imediato as suas funções como Deputados Municipais tendo em atenção que se encontravam presentes na sala e que a sua identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Assembleia. - - - - -

- - - PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C) Nº 1 ARTº 38º DA LEI N.º 169/99, DE 18 DE SETEMBRO, do Presidente da União de Freguesias de Geraz do Lima (Santa Maria, Sta. Leocádia, Moreira) e Deão que se faz substituir por Jerusa Fátima Torres Lopes; do Presidente da Junta de Freguesia de Amonde que se faz substituir por Paulo Alexandre de Sá Afonso; Presidente da Junta de Freguesia de Areosa que se faz substituir por José Augusto Cadilha Arezes; Presidente da Junta de Freguesia de Carreço que se faz substituir por Antonio Manuel Torrinhos Amaro; Presidente da Junta de Freguesia de Darque que se



faz substituir por Carlos Esteves; do Presidente da Junta de Freguesia de Freixeiro de Soutelo que se faz substituir por Graça Maria Moreira Gonçalves e tendo em atenção que se encontravam presentes na sala, e cuja identidade é do conhecimento pessoal da Presidente da Mesa, iniciaram de imediato as suas funções como Deputados Municipais. - - - - -

- - - De seguida deu conhecimento do expediente que chegou à Assembleia Municipal bem como do resultado da reunião havida em 24 de Novembro findo, com o Presidente da Assembleia de Freguesia de Geraz do Lima sobre a criação da freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima por desagregação da União de Freguesias de Geraz do Lima, através da leitura da acta da mesma em que o referido autarca declarou que "solicitar à Assembleia Municipal que mantenha este ponto da ordem de trabalhos em suspenso, até que a DGAL/Tutela, possa pronunciar-se sobre as contradições da Lei nº 39/2021. - - - - -

- - - Seguidamente, foi submetida a aprovação as actas números 4/2022 e 5/2022 realizadas em 30 de Setembro e 2 de Dezembro, respetivamente, não se tendo registado qualquer intervenção, foram postas à votação tendo sido aprovadas, por maioria com 5 abstenções e 4 abstenções, respetivamente, de deputados que não participaram das mesmas. - - - - -

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- - - A Presidente da Mesa da Assembleia, em cumprimento do disposto no artigo 28º do Regimento, deu conhecimento que chegou à Mesa um voto de Recomendação (doc. nº 2), de cujo teor foi dado conhecimento através da leitura do mesmo, tendo de seguida informado que seria colocado a discussão e votado no final de todas as intervenções do período antes da ordem do dia. - - - - -

- - - Passou-se de imediato ao período de antes da ordem do dia, tendo-se registado a

intervenção dos seguintes Deputados Municipais: José Carlos Resende, Luis Jorge Videira (doc. 3), Manuela Passos Silva (doc. 4), Julio Vasconcelos, Sebastiao Seixas, Paulo Orfao, Manuel Salgueiro, Luis Jorge Videira. -----

- - - Findas as intervenções dos deputados municipais inscritos, o Presidente da Câmara prestou os esclarecimentos solicitados. -----

- - - De seguida, passou-se à apreciação e votação do Voto de Recomendação, tendo ainda registado as seguintes intervenções -Júlio Vasconcelos, José Carlos Resende, passando de seguida à votação, tendo sido obtido os seguintes resultados:- -----

⇒Voto de Recomendação - Pontos 1 e 2 - Aprovado por maioria com 4 votos contra do Agrupamento do PSD e 3 abstenções dos Agrupamentos do CH e CDS/PP

⇒Voto de Recomendação - Ponto 3 - Aprovado por maioria com 1 abstenção do Agrupamento do CH

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- - - Passou-se, de seguida, ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o n.º 5. -----

PONTO 1

INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA

- - - A Presidente da Assembleia deu conhecimento que, em cumprimento do que dispõe a alínea c) n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi distribuída pelos Deputados Municipais a informação escrita do Presidente da Câmara (doc. n.º 6), registando-se as seguintes intervenções - Luis Barreiros (doc. 7), Sebastião Seixas e Manuel Salgueiro..

PONTO 2

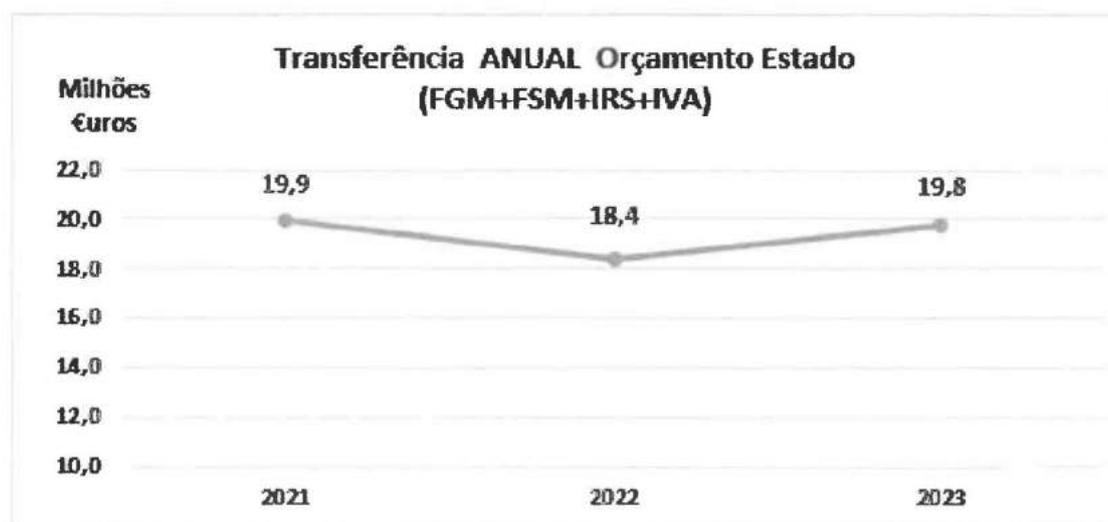
PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CMVC E SMVC - 2023

- - - A Presidente da Assembleia submeteu à apreciação da Assembleia Municipal a proposta



referida em título, a qual foi aprovada na reunião camarária realizada em 29 de Novembro findo (doc. n.º 8) e que foi remetida através do ofício GAP-579, de 30 de Novembro em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 45.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, tendo o Presidente da Câmara dado a explicação que seguidamente se transcreve:- "Do Pré ao Pós Pandemia acreditávamos que os novos desafios estavam estabilizados. Enganámo-nos porque, com a invasão da Rússia à Ucrânia (há 10 meses), os impactos colaterais tomaram todos os setores estruturais do país (gerando uma crise energética e uma enorme pressão sobre a estabilidade dos preços) e remeteram-nos para uma pressão inflacionista à escala global como nunca sentimos. Nesse sentido, o mundo mudou, direi até que está em mudança e vai continuar a mudar, pelo que continuamos a enfrentar grandes desafios estratégicos e orçamentais que influenciam as opções e decisões quanto às políticas públicas. Desta cascata de crises, só pode surgir uma resposta multidimensional, pelo que estou confiante que o saldo entre as enormes dificuldades, que certamente saberemos mitigar e ultrapassar, e as significativas oportunidades que seguramente conseguiremos aproveitar, será certamente muito positiva. A nossa capacidade de cooperação, de organização, de intervenção e de resposta continua a ter de assumir um papel de excelência na garantia de um futuro coletivo cada vez melhor. Às políticas públicas e aos seus decisores continua a ser imposta uma ação exigente, responsável, célere e assertiva nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal os vários domínios, seja na economia, na educação, na cultura, na saúde, na coesão social e territorial e nas transições climática e digital. Acelerar o processo de digitalização da economia, reformular as cadeias logísticas, que têm de ser obrigatoriamente mais curtas, privilegiar uma economia de proximidade e mais descarbonizada, promover a reindustrialização, assumir um novo paradigma económico que alguns já designaram como a "**nova normalidade**", que responda aos vários desafios da sociedade, dos nossos concidadãos, é o desafio que nos é dirigido. Assim, num contexto global tão exigente, mesmo com a aceleração de alguns setores da economia, as

receitas diretas e indiretas do Município continuam significativamente prejudicadas e, associadas aos custos com energia e combustíveis - com impacto inflacionista transversal em toda a atividade do município -, bem como com as exigências resultantes da subida da massa salarial - **mais de 2,4 M€ para o ano 2023** -, influenciaram a estrutura orçamental e as opções propostas no presente Plano de Atividades e Orçamento. Contudo, é-nos exigido pelos nossos concidadãos, contrariar a aparente ordem natural das coisas deste momento e das suas circunstâncias. Continuar a criar mudança e qualidade de vida aos Vianenses, assente em informação adequada e atempada, que permita discernir tendências e identificar possíveis ocorrências, são condições essenciais para nos precavermos contra situações de risco e indesejáveis desequilíbrios na solidez financeira do Município. As transferências provenientes do Orçamento do Estado em 2023 registam um aumento de 1,4 milhões de euros, face ao ano anterior, contudo, inferior à queda registada de 1,5 milhões de euros em 2022.



Nessas circunstâncias, o ADN da organização municipal, a ação holística das nossas instituições e movimentos coletivos, agentes culturais, sociais e económicos, alicerçada na liderança do executivo, são fatores que farão a diferença. Não menos relevante, a definitiva ativação dos diversos instrumentos financeiros europeus (PT2020, PRR e PT2030), instrumentos fundamentais de desenvolvimento para o Município, dinamizarão a capacidade de execução do Plano Municipal. Nesse sentido, encontramos como fator positivo a capacidade que o Município

continua a manter na captação de Fundos Comunitários (**tendo garantido até ao momento 41 M€ no PT2020**), estabelecendo-se como quadro de oportunidade o período de “**Overbooking**” do PT2020, o **Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)** que **disponibilizará mais de 42 M€ até 2026** - com financiamento a 100% -, nos domínios da saúde e social, e cirurgicamente na rede rodoviária, habitação, centros de investigação e valorização do território, eficiência energética, transições climática e digital, e **do PT2030**, programando investimentos assentes em quatro objetivos macro/comuns que promovam o desenvolvimento: (i) mais inteligente através da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME; (ii) mais Verde, descarbonizado, implementando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e combate às mudanças climáticas; (iii) mais conectado com redes e nas estratégias de transportes e digitais; (iv) mais Social, investindo no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando a qualidade do emprego, a educação, as competências, a inclusão social e o acesso equitativo aos cuidados de saúde; e (v) mais próximo dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a União Europeia. De âmbito e iniciativa Municipal, a estratégia assente num reforço do investimento, destacando-se o **Ambiente e Qualidade de Vida, a Educação, a Coesão Territorial, a Habitação e Urbanização e o Desporto e Lazer** (por ordem decrescente), num expressivo e estratégico apoio à consolidação da qualidade de vida do território (aumentando dos fatores de competitividade), ascensão das competências e capacitação de todos, aprofundamento do desenvolvimento das freguesias, disponibilização de soluções à necessidade de habitação e implementação de hábitos saudáveis. A política fiscal do município para as famílias e para os investidores continua a ser a nossa maior ferramenta de trabalho. O Regime de Incentivos continuará a incorporar e a disponibilizar um conjunto de isenções (em áreas como a Regeneração Urbana, Acolhimento Empresarial, Setor Tecnológico, Criativo e Serviços Partilhados, Empreendimentos Turísticos e Equipamentos), redução significativa de taxas e impostos.



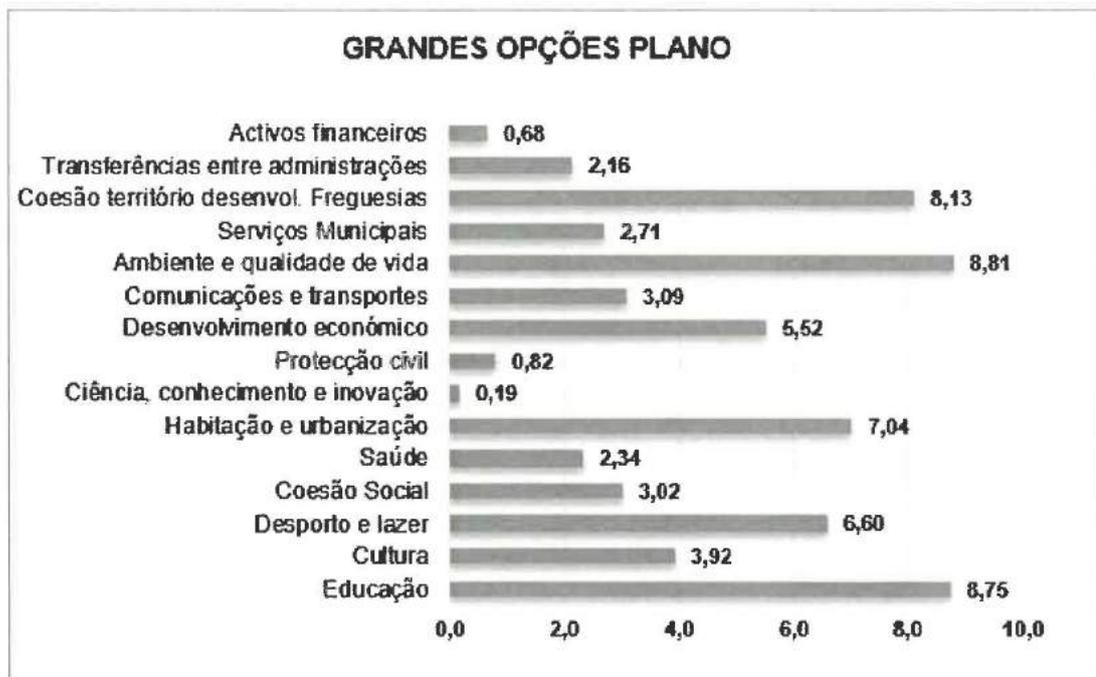
Finalmente, e cumulativamente, a nova realidade social, cada vez mais complexa, associada a uma sociedade cada vez mais heterogénea e envelhecida mas, ao mesmo tempo, seduzida a participar na gestão pública através do mundo digital e dos meios audiovisuais, continua a obrigar-nos a assegurar e a garantir a capacidade para enfrentar a necessidade de promovermos reais transformações no modelo de governança, um modelo que se pretende inclusivo, assente nos cidadãos e nos agentes do território, ou seja, que assegure proximidade, sustentabilidade territorial e de gestão financeira do Município e assegure o cumprimento dos grandes objetivos corporizados nas nossas Agendas, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **OBJETIVOS DO PLANO** - O contexto atual continua a remeter-nos para a necessidade de garantirmos um conjunto de ações estruturais que alicerces as opções e subsequente execução do presente plano, bem como das estratégias assumidas nas nossas Agendas: *“Agenda da Inovação 2030”* e *“Agenda2030 para a Economia do Mar”*. Domínios como o clima, a proteção civil, a energia, a economia circular, a adoção de práticas públicas ecológicas, o mar, a floresta, os resíduos e o financiamento sustentável marcarão a gestão municipal em 2023 e no futuro. Gerir os recursos naturais de forma sustentável, valorizar o capital natural, promover a eficiência do metabolismo rural e urbano, aumentar a resiliência socioecológica, promover um sistema urbano policêntrico, afirmar a cidade e os principais

centros cívicos do concelho como motores de desenvolvimento e de coesão, que reforcem a cooperação urbana e rural, são também imperativos da gestão estratégica do próximo ano. A cooperação urbana como fator de coesão interna, que promova a qualidade urbana e a inclusão e valorize a diversidade territorial, aumente a atratividade populacional, a inclusão social, reforce o acesso aos serviços de interesse geral, dinamize os potenciais locais e o desenvolvimento rural face à dinâmica e aos desafios globais, otimizando as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica, posicionar-se-á como instrumento de execução das grandes opções do plano. **Reforçar** e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade, **dinamizar** as redes digitais, promover a governança territorial, **consolidar** a descentralização de competências nas uniões e juntas de freguesia e a cooperação intersectorial e multinível, **promover** as redes colaborativas de base territorial existentes e **aumentar** a cultura territorial, cimentarão o nosso modelo de desenvolvimento. Os mecanismos de apoio aos cidadãos, como fator de mitigação do aumento dos custos de vida (impactos colaterais da invasão da Rússia à Ucrânia), a consolidação dos incentivos à economia e a garantia de políticas ativas de auxílio ao 3.º setor (IPSS's) do concelho, assumem-se como fatores de estabilização e garantia da coesão social e territorial do concelho. Para a economia, continuarão a ser disponibilizados um conjunto de incentivos e mecanismos de apoio transversais e estruturais para todos os setores de atividade, com particular destaque para o setor do Comércio, com a implementação do programa "**Reativa Comércio**", com enfoque na valorização do comércio tradicional, a disponibilização de "**50 Lojas Âncora**" (com financiamento dos custos associados a rendas) e a implementação do "**Gabinete para a Revitalização de Lojas Comerciais**" que terá como principal missão o acompanhamento do setor e consolidação do projeto "**Comércio Digital**" e das Plataformas "**Viana Market**" e "**Work in Viana**", ações consumadas com a conclusão da candidatura "**Bairros Digitais**", na qual **avancamos para uma segunda fase de decisão de financiamento**. A evolução da execução dos vários programas de financiamento comunitário permite-nos perspetivar apoios significativos em **tipologias** como a ampliação das **redes de infraestruturas básicas** (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos), **rodoviárias** (Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira e a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** -Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a **conclusão da requalificação da Escola Pintor José de Brito** e as **requalificações** da EB Areosa, da EB de Santa Maria de Geraz do Lima e da EB da Abelheira, a **refuncionalização da EB de Deocriste**

para Creche e a **ampliação e requalificação** da rede de equipamentos sociais, a **conclusão da construção** da nova Unidade de Saúde Familiar da **Meadela**, e **construção** das novas Unidades de Saúde Familiar de **Alvarães** e do Litoral Norte e, finalmente, a **conclusão das intervenções** na área urbana do concelho estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Para a execução do Plano procurar-se-á um efetivo enquadramento dos projetos nos objetivos do PT2020, PRR e PT2030, nomeadamente: (i) Mobilidade Sustentável - consolidação das nossas eco e ciclovias que potenciem a adesão aos modos suaves e mobilidade ativa; (ii) Eficiência Energética - substituição progressiva dos equipamentos de iluminação pública e equipamentos/edifícios; (iii) Cultura - estabilização do Programa de Valorização do Património Construído e implementação do programa “Embaixadores da Cultura Vianense”; (iv) Infraestruturas/Ambiente - ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos); (v) Mais Inteligente - inovando, transformando e garantindo uma efetiva transição digital da administração, dos múltiplos agentes e do território; (vi) mais Verde - agindo para uma concreta descarbonização do concelho, cumprindo os objetivos da nossa Agenda 2030 para a Economia do Mar, alocando recursos financeiros que garantam a transição energética, apostando na energia renovável como a verdadeira alavanca no combate às mudanças climáticas; (vii) mais conectado - com redes estratégicas de transportes para todo o território municipal e redes digitais com a disponibilização de uma rede 5G, tanto quanto mais ampla possível; (viii) mais Social - aprofundar todas as políticas municipais que promovam o apoio à qualidade do emprego, da educação, das competências, da inclusão social e do acesso equitativo aos cuidados de saúde; (ix) mais próxima dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável para todo o concelho. Para as candidaturas aos programas de financiamento comunitário P2020, PRR e PT2030, destacam-se as identificadas com financiamento ou com forte probabilidade de financiamento como: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a **Nova Travessia do Rio Lima** entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira, as novas **Áreas de Acolhimento Empresarial** de Alvarães Norte, Barrocelas, Vila Fria, Castelo de Neiva, Cardielos e do Centro Logístico a Sul do rio Lima, o novo Terminal de Cruzeiros, as novas Unidades de Saúde Familiar da **Meadela**, **Alvarães** e Litoral Norte, **Estratégia Local de Habitação**, o **Centro Tecnológico Internacional de Energia Renováveis Oceânicas** e o **Centro de Incubação/Aceleração do Mar “VianaSeaBusinessCenter”**.

Estamos a garantir mais investimento. Juntos continuaremos a construir o futuro e a derrotar os monstros sejam eles a guerra, a inflação ou as epidemias.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CONHECIMENTO - A **Educação** assume-se como um pilar fulcral para o desenvolvimento humano sustentável do concelho. Alinhado por este desiderato, e no âmbito das competências que lhe são conferidas, o Município continuará apostado em garantir as condições para o acesso à Educação de qualidade e equitativa e em promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, apostando na promoção do sucesso escolar e no processo interinstitucional de combate ao insucesso e abandono escolar, em parceria com os agrupamentos escolares. Para o ano de 2023, temos como prioridade a conclusão da **elaboração do Projeto Educativo Municipal**, transversal a todo o território e níveis de ensino, que permita desenvolver uma estratégia educativa articulada entre vários domínios (e.g. ciência, cultura, desporto, ambiente, etc.) e simultaneamente, reforçar os impactos dos projetos de desenvolvimento curricular existentes. Pretendemos também revitalizar a **Rede Escolar de Ciência** e de **Apoio à Investigação Científica**, dinamizando o potencial dos **Laboratórios e Unidade de Memória** instalados nas escolas sede de agrupamento do concelho, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular conferida às escolas, e do **papel da ciência** na construção do conhecimento e de metodologias ativas nos processos de ensino e aprendizagem. Paralelamente, continuaremos a investir nos equipamentos educativos, assim como daremos

continuidade ao **Programa de Requalificação e Modernização** do Parque Escolar do Concelho, reforçando também a capacidade infraestrutural necessária para a promoção plena da **Educação Digital**. Assim, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida a segunda maior fatia do Orçamento, **num reforço superior a 300 mil euros relativamente a 2022**, representando **8,7 M€ (13,7%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP).

CULTURA - Relativamente à **Cultura**, a candidatura de Viana do Castelo a **Capital Europeia da Cultura 2027** permitiu-nos uma reflexão e um diálogo com os cidadãos e com as instituições culturais, trabalho que nos permite construir e implementar um projeto seguro, comum e mobilizador, que continuará a sintetizar o lema **“VIANA, MAR DE CULTURA”**, que permitirá exprimir todo o nosso potencial. Para além da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, alavancada pela cultura, a candidatura permitiu ainda criar uma consciência estratégica nos atores, predispondo-os a encetar um trabalho colaborativo, articulado e inclusivo, aberto à inovação e à mudança, com vocação e dimensão europeias, que será potenciado pela **criação e instalação do Conselho Municipal da Cultura**, processo em desenvolvimento e que pretendemos concluir em 2023 e nos anos seguintes. Este projeto coletivo continuará a ser a força motriz para integrar a oferta cultural no desenvolvimento de soluções urbanas sustentáveis, para a qualificação dos nossos agentes culturais, para estimular a criação artística e cultural, para fazer desta cidade um espaço de diálogo entre culturas e de educação para uma cidadania comprometida com a diversidade e aberta à afirmação da nossa dimensão europeia e internacional. Para além da aposta numa oferta cultural diversificada, com uma programação que associa formas de expressão tradicionais com outras mais contemporâneas, pretendemos ainda:

1. **Consolidar** o programa de **descentralização cultural nas freguesias** do concelho;
2. **Reforçar** o programa de apoio à **valorização do património histórico e religioso nas freguesias**, apostando na reabilitação destes edifícios, e potenciar o Turismo no âmbito do Caminho Português da Costa;
3. **Estabilizar** o Programa **“Embaixadores da Cultura Vianense”** visando a retoma da atividade de Grupos Folclóricos e Bandas Filarmónicas (apoio ao nível das infraestruturas, realização de atividades e deslocações para atuações fora do concelho);
4. **Projetar** os principais eventos culturais, reforçando a sua atratividade e relevância para a dinamização cultural, económica e estratégica de desenvolvimento do concelho.

O ano de 2023 **marcará o início de um ciclo de investimentos materiais e imateriais** que pretendemos consolidar ao longo dos anos seguintes, resultando num **esforço superior a 3,9 M€ (6,1%)** nas

Grandes Opções do Plano (GOP). **DESPORTO E LAZER** - Viana do Castelo é "**Cidade Europeia do Desporto 2023**". Assumimos o propósito de projetar o concelho no plano nacional, europeu e internacional como referência na área do desporto e do bem-estar. Somos um concelho que vive e respira desporto, resultado de uma extensa rede de clubes, associações e coletividades e, por isso, a visão do Município passa necessariamente pelo estímulo da prática desportiva formal e informal, investindo, nesse sentido, na formação de atletas, em técnicos e dirigentes, bem como no incentivo de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, promovem a prática desportiva, levando a bandeira de Viana do Castelo a todo o mundo. Está distinção obriga-nos a investir na priorização da política desportiva municipal, contribuindo para aumentar o número de praticantes de atividade física e conquistando melhores condições para os nossos atletas. Contamos com o envolvimento e participação ativa de todos os vianenses, atletas, clubes e associações na afirmação de "**Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto 2023**", difundindo o espírito de Viana do Castelo como uma Cidade Europeia do Desporto, que trabalha a inclusão das classes socialmente desfavorecidas e das pessoas com deficiência. Pretendemos que 2023 concretize o impulso para que, em espírito de união e mobilização com todas as coletividades e comunidade, continuemos a investir na formação das crianças e jovens, no acompanhamento dos seniores, estimulando o bem-estar físico e mental dos cidadãos de todas as idades e classes sociais, assegurando, acima de tudo, a promoção e o desenvolvimento do **Desporto para Todos**, conforme estabelecido na Carta Europeia do Desporto para Todos. Pretendemos continuar a potenciar as infraestruturas naturais que o concelho dispõe, através da implementação de uma **Estratégia Municipal para o Desporto de Natureza**, consolidando a estratégia implementada nas Náuticas e consolidando outras atividades desportivas de natureza. Desta forma, procuraremos reforçar as Infraestruturas de Desporto de Natureza (**Outdoor**), posicionando Viana do Castelo como destino de referência, capitalizando as condições naturais de mar, rio, vento, monte, praias e costa atlântica de excelência e requalificada. Daremos também continuidade à requalificação das infraestruturas existentes e iniciaremos, finalmente, a **construção da "CIDADE DESPORTIVA"**, criando um corredor verde desportivo entre a Praça Viana e o Complexo Desportivo Manuela Machado, dotando-o de infraestruturas de desporto e lazer. Outro dos desígnios do Executivo é criar condições para o **Aumento da Prática do Desporto Adaptado** através de protocolos entre o Município e os clubes para que criem secções de desporto adaptado, através da reestruturação e apetrechamento das infraestruturas

desportivas. Pretende-se, ainda, aprofundar o **Apoio ao Rendimento Desportivo** através da criação de uma Unidade de Apoio de Alto Rendimento na Escola, em parceria com os Agrupamentos Escolares, e da criação do Gabinete de Otimização do Treino Desportivo, em parceria com o IPVC. Em consequência, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida a quinta maior fatia do Orçamento, num **aumento superior a 2,6 M€** relativamente a 2022, representando **6,6 M€ (10,35%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP's).

COESÃO SOCIAL E JUVENTUDE - A Coesão Social assume-se como um eixo fundamental das políticas adotadas pelo executivo. O investimento na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é absolutamente fundamental para um concelho socialmente justo e equilibrado. A rubrica da **Coesão Social** é, uma vez mais, **reforçada** assumindo um papel de grande relevância no apoio às famílias e às **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**, verdadeiros agentes no combate às desigualdades sociais e no apoio às famílias em todas as faixas etárias. Este será um ano desafiante, consequência da conclusão do processo de transferência de competências no domínio da ação social para o município, que assumirá toda a **responsabilidade de gestão do serviço de atendimento e apoio social**, assim como do **Rendimento Social de Inserção**. Toda a gestão processual de apoio e acompanhamento às famílias será, a partir de 1 de janeiro de 2023, gerida pelos serviços municipais. Para que a transição decorra com total normalidade, os primeiros meses serão de trabalho conjunto com as instituições, atualmente responsáveis através de protocolos com a Segurança Social. Estabelecemos como objetivo, **até junho de 2023**, garantir as condições humanas e físicas para assumir toda a responsabilidade da descentralização. Será ainda garantido o reforço da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), órgão timoneiro das políticas de ação social implementadas no município, única plataforma que garante a participação ativa de todos os parceiros sociais, espaço de planeamento, de avaliação, de decisão e de articulação com as diretrizes que o Município pode/deve assumir. A população migrante do concelho aumentou significativamente, exigindo ao Município robustez na sua ação. Os pressupostos associados à chegada são diversos: para trabalhar, outros para estudar, mas todos com o objetivo transversal de se fixarem em Viana do Castelo. O desenvolvimento de programas de acolhimento é absolutamente determinante para um verdadeiro acolhimento e integração responsável e sustentada. O Plano Municipal para Integração de Migrantes é o mecanismo chave para apoiar esta população, assim como a **equipa de 5 mediadoras** que está em funções, equipa

Imprescindível para um acolhimento verdadeiramente inclusivo destes novos residentes, **posicionando Viana do Castelo como um concelho socialmente ativo**. No plano da ação, a população migrante continuará a ser apoiada através do **CLAIM** - Viana do Castelo e do **Plano Municipal para Integração de Migrantes**, tendo como objetivo alargar as respostas de apoio e orientação à comunidade migrante, bem como da **equipa de mediadores interculturais** que promovem uma orientação direta. Será, também, um ano exigente, em resultado do processo de descentralização e respetiva conclusão, transferindo um conjunto de competências como o **Serviço de Apoio e Acompanhamento Social** e os protocolos de **RSI**, até agora geridos pela Segurança Social, implicando um aumento de recursos humanos associados e de respostas sociais prestadas pelo Município. Assim, o maior valor projetado assentará na materialização através de acordos e protocolos com IPSS's, garantindo condições de funcionamento e sustentabilidade às mesmas para que, desta forma, garantam respostas efetivas às necessidades identificadas na população, sendo que a Rede Social de Viana do Castelo continuará a ser o motor de combate às desigualdades sociais ainda existentes. A conclusão do **Diagnóstico Social de Viana do Castelo** e do **Plano de Desenvolvimento Social**, documentos orientadores da ação a desenvolver no Município, garantem as condições para a consolidação das políticas públicas municipais no domínio social. Com um investimento superior de **3 M€**, damos continuidade e reforçamos o espaço de atuação da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social, garantindo investimento nos equipamentos das IPSS's e subindo de forma expressiva o apoio direto às famílias com o programa **"Mais Família"**, que será constituído por um conjunto de ações e medidas de apoio, nomeadamente com o aumento de vagas nas creches. Ainda no plano do apoio, atração e fixação de jovens e jovens talento (incluindo casais), **manteremos a isenção de taxas urbanísticas** para jovens com idade inferior a 35 anos e na condição de construção ou reabilitação de primeira habitação. Parte significativa do **investimento nas políticas de juventude** resulta da confiança que o Município reconhece na ação da juventude vianense, pelo que **reforçamos** a aposta nos projetos dedicados aos mais jovens, porque é na valorização e incentivo à iniciativa jovem que temos alicerçado a concretização da nossa estratégia, envolvendo os jovens nos processos e nas políticas que a eles se dirigem, **estabilizando**, nesse sentido, as **Políticas Municipais de Juventude**. O investimento nas políticas de juventude, centradas nos princípios da **cidadania**, tem-se pautado por uma clara resposta às necessidades, aos objetivos e às causas identificadas pelos jovens, enquanto

parceiros privilegiados do Município, com vista à criação de uma política municipal de juventude assente em **ações planeadas e sustentáveis**. Neste sentido, mantém-se a **aposta** nos projetos base do **Gabinete da Juventude**, nomeadamente o **Cartão Jovem Municipal**, que assume como principal missão facilitar a fixação e vivência dos jovens em Viana do Castelo, potenciando descontos no comércio, serviços, cultura, desporto, saúde, entre outros, assumindo-se assim como um veículo de promoção do comércio tradicional e das atividades culturais e desportivas junto dos jovens. A atribuição de **Bolsas de Estudo** aos alunos matriculados ou inscritos no 1º ciclo do ensino superior, residentes no concelho de Viana do Castelo, é outra medida que será continuada com vista a estimular a frequência dos estudos pelos alunos de contexto económicos mais frágeis. Reforçamos, ainda, a nossa aposta nas ideias e projetos das jovens gerações, através do programa **“Viana Jovens com Talento e Viana Jovens Empreendedores”**. Com o objetivo de reforçar e dar uma maior visibilidade aos vencedores, estes passarão a ser concursos bianuais. Esta opção trará um maior empenho e uma maior divulgação e dedicação aos projetos vencedores, permitindo destacar empreendedores e talentos em anos diferentes, bem como a execução dos projetos antes da abertura de novos concursos. O projeto **“Viana Jovem”**, revista da juventude, consolidou-se em 2022, pelo que será aposta com continuidade, para que seja possível a toda a comunidade conhecer e reconhecer o que de melhor se faz no território pelas e com as jovens gerações. Muitos destes jovens integram associações juvenis do concelho, todas elas membros ativos do **Conselho Municipal da Juventude**, espaço privilegiado de diálogo e auscultação, que permite incorporar a participação de jovens na discussão, definição e avaliação das políticas de juventude, assegurando a coautoria das mesmas. O espírito associativo que estas organizações preservam e potenciam e que o Município apoia são catalisadores de comunidades mais abertas, inclusivas e plurais, sendo a sua visão e ação essenciais para a construção de uma igualdade de oportunidade para a juventude. Para melhor estruturar o forte investimento e aposta do Município na juventude estabelecemos como um compromisso a criação de um **Plano Municipal de Juventude**, agregador de uma visão transversal, intersectorial e coerente da autarquia para as jovens gerações, fomentando o princípio de uma **“Cidade Amiga da Juventude”**. Este **instrumento estratégico** para o Município, que está atualmente **em fase de diagnóstico**, será elaborado e concluído nos anos de 2023 e 2024 e pretende reforçar a participação efetiva dos jovens nos processos de decisão e na sociedade, bem como aprofundar a agenda para a emancipação condigna da juventude, com particular incidência na educação,



habitação, emprego, natalidade e mobilidade. Todas as opções do PAO potenciam a qualidade de vida para os jovens do concelho, desde o desporto, à educação, à participação ou ao ambiente, atingindo a sua plenitude com o investimento em infraestruturas e em programas de apoio ao talento, ao associativismo e ao empreendedorismo jovem. **SAÚDE** - O combate à pandemia não cessou totalmente, por isso continuaremos a apoiar as populações, a implementar incentivos e apoios a entidades como a Cruz Vermelha, Bombeiros Voluntários e IPSS's. **Asseguraremos** sempre que todos os cidadãos tenham **acesso a serviços de saúde de qualidade, independentemente** da sua **condição económica** e do **local onde residam**, bem como a **equidade na distribuição dos recursos**. A existência de inúmeros determinantes da saúde, que podem influenciar a saúde das pessoas e das comunidades, pressupõe uma perspetiva holística da saúde. A temática dos ambientes e estilos de vida saudáveis está fortemente associada aos fatores que mais influenciam a saúde: fatores comportamentais e de estilo de vida, genética, nível socioeconómico, educação, fatores geográficos ou ambientais, económicos, sociais e culturais, tipo e qualidade dos serviços de saúde prestados. As intervenções desenvolvidas no quadro deste domínio estratégico visam, a montante, promover a prevenção de doenças e a adoção de estilos de vida saudáveis e, a jusante, melhorar a resposta do SNS às necessidades dos cidadãos (aumentando a qualidade da prestação de serviços e a abrangência da provisão de serviços), mas também torná-lo mais resiliente, conjugando respostas urgentes com o normal funcionamento do sistema, capaz de se adaptar às mudanças estruturais (e.g. envelhecimento da população) e, em simultâneo, resistir às pressões conjunturais (e.g. atual situação vivida com a pandemia). Por conseguinte, é uma prioridade não só apostar fortemente na saúde preventiva, na literacia em saúde e na proteção dos que não estão doentes, mas também dotar o sistema de saúde municipal de instrumentos tendentes a incrementar a capacidade de responder melhor e, de forma mais adequada, às necessidades e expectativas dos cidadãos, de se renovar e reorganizar e, simultaneamente, de reduzir as desigualdades, promovendo a acessibilidade, a proximidade, a equidade e a universalidade no acesso à saúde. Desta forma pretendemos: 1. **Definir e implementar a Estratégia Municipal da Saúde**, com destaque para a temática da **saúde mental**, que garanta a criação de respostas residenciais na comunidade, assim como a implementação de um programa de apoio ao cuidador informal; 2. **Qualificar as instalações e os equipamentos** de saúde existentes, adaptando estes equipamentos aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde,

assegurando melhores condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, incluindo, em articulação com a ULSAM, um programa para requalificação e ampliação do hospital distrital, que garanta ganhos na qualidade dos serviços prestados e a implementação de novas valências/serviços de saúde; 3. **Aumentar** a capacidade de resposta na prestação de cuidados de saúde de proximidade com a **construção de 3 novas Unidades de Saúde** (Unidade de Saúde da Meadela, Alvarães e Litoral Norte - Afife, Carreço e Areosa); 4. **Implementar** um conjunto de projetos que visem a promoção de estilos de vida saudáveis; 5. **Criar**, em parceria com os cuidados primários da ULSAM, uma unidade de investigação, inovação e desenvolvimento para os cuidados de saúde na comunidade. Em consolidação da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida **um aumento superior a 590 mil euros relativamente a 2022**, representando **2,3 M€ (3,7%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP). **HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO** - A **Habitação** continua com uma relevância estrutural no presente orçamento. A procura e o desafio da execução da Estratégia Local de Habitação (ELH), desenhada pelo Município e que está a ser concretizada, numa primeira fase, através do **Programa 1.º direito**, exigem de todos uma absoluta dedicação para a sua concretização, num investimento total de **27 M€ até 2026**, **18 M€** a executar pelo município na requalificação do parque habitacional, construção e aquisição de terrenos e/ou habitação para responder às necessidades identificadas, assim como a construção de uma unidade de alojamento temporário para sem-abrigo. Em 2022 implementamos uma equipa de 7 elementos, dedicada, em exclusivo, à execução do programa do **Programa 1.º direito**. Uma equipa multidisciplinar, que integra assistentes sociais, psicóloga, arquiteto, engenheiro, jurista e economista, que desenvolve um trabalho conjunto com as equipas de projeto, licenciamento, obras públicas, jurídico e coesão social do Município, ou seja, todos os serviços públicos internos e externos. Foi um ano de desenvolvimento de projetos que se traduzirá no lançamento de concursos no primeiro trimestre de início de 2023. A 2.ª fase da ELH, em discussão interna, em concertação com as equipas responsáveis pelas tarefas de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), tem como objetivo adotar uma estratégia de reequilíbrio do mercado, promovendo soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulem a oferta para todos os estratos socioeconómicos e intergeracionais a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes, vai ser efetivada no decorrer de 2023. A **Reabilitação Urbana**, através do programa do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano



(PEDU), permitiu operacionalizar intervenções significativas na área urbana - Darque e na UF Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela -, no valor aproximado do **18,7 M€**, nomeadamente na requalificação de espaços públicos, ação que gerou um efeito indutor no investimento privado da reabilitação de edificado particular, que acreditamos ver reforçado no período do **“Overbooking”** do PT2020, que decorrerá em 2023. A estratégia do executivo para a Reabilitação Urbana no concelho disponibiliza um conjunto de incentivos, a empresas e particulares, como isenções no IMT e IMI, deduções no IRC e IRS e aplicação da taxa de IVA a 6% nas **12 Áreas de Reabilitação em vigor** (ARU Alvarães, ARU Barrocelas, ARU do Centro Histórico, ARU da Cidade Norte, ARU da Cidade Poente, ARU de Darque, ARU da Frente Atlântica, ARU da Frente Marítima da Amorosa - desenvolvimento de estudo de requalificação urbana integral, ARU da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, ARU Darque Cidade Nova, ARU de Lanheses e ARU de Vila Nova de Anha). Conscientes da emergente necessidade de respostas e encontro de soluções eficazes para as necessidades de habitação da classe média, quer pela opção da aquisição a custos controlados, quer pela opção do arrendamento acessível, promoveremos em 2023 um **“Estudo de Mercado Residencial em Viana do Castelo”**, que terá como **objeto** permitir um **conhecimento técnico aprofundado do setor** na área urbana e concelho, nomeadamente a caracterização da oferta e da procura, bem como da análise de perspetivas e tendências futuras e modos da sua operacionalização. **SERVIÇOS E PROTEÇÃO CIVIL** - A prioridade da ação na área da proteção civil continuará a assentar na salvaguarda de pessoas, bens e animais de companhia. Daremos continuidade ao projeto, desenho e implantação de um **Centro Municipal de Operações de Socorro**, órgão de coordenação de toda a atividade operacional de socorro e emergência, estrutura permanente e integrada que apoiará, em exclusivo, a **Comissão de Proteção Civil Municipal**. No sentido de aprofundar a capacidade de intervenção de todos os serviços, retomaremos e consolidaremos os programas de aquisição de veículos operacionais (nomeadamente de uma ambulância), de formação e o aumento do efetivo, investimentos fundamentais para garantir a operacionalização de todas as saídas de emergência e socorro. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO** - É objetivo do Executivo continuar a desenvolver uma estratégia sólida de desenvolvimento e atração/fixação de investimentos âncora de referência local e internacional que consolidem os Clusters existentes, bem como atraiam e fixem os emergentes, nomeadamente no domínio da Economia Azul/Economia do Mar, estabelecendo o ambiente e condições para a concretização da **Agenda2030 “Economia do Mar”** e dos seus objetivos: (i)

Centro Tecnológico Internacional de Energias Renováveis Oceânicas; (ii) Plataforma Integrada de Desenvolvimento Sustentável e de Aceleração da Inovação Azul, ancorada no Porto Marítimo; (iii) Alavanca da reindustrialização Azul Através da Construção, Reparação e Conversão Naval; (iv) Destino de Excelência de Experiências Náuticas Sustentáveis de Alto Valor Acrescentado. Aliança entre Tecnológico, Turismo, Recreio, Desporto, Educação, Literacia e Cultura; (v) Maternidade de Vida Marinha com Aquacultura e Pesca Sustentáveis e (vi) Rede de Produtores da Economia do Mar em Viana do Castelo, sobre o lema *“Retoma Através do Mar”*. A delimitação da *“Área Livre Tecnológica (ALT)”* para o setor Offshore, em discussão pública, garantirá um ambiente/ecossistema absolutamente favorável para a afirmação de Viana do Castelo nos domínios da Economia do Mar (nos domínios das biotecnologias marinhas, da indústria das algas, da aquacultura, da energia eólica offshore), traduzida, no imediato, com real e efetiva procura de investimentos, individuais e em consórcio, nacionais e internacionais. Precisamos de um Porto de Mar como fator de desenvolvimento e alavanca das novas oportunidades relacionadas com a Economia do Mar, razão pela qual continuaremos envolvidos na construção do estudo, em desenvolvimento, para a determinação do um novo **PERFIL** para o atual **Porto de Mar**. As transições climática e digital oferecem-nos uma enorme **oportunidade** para que tudo aconteça e seja consequência da **adoção/incremento** de tecnologias no concelho e pelos seus atores, concorrendo para um **verdadeiro território inteligente**, usando a tecnologia para incrementar **qualidade de vida, desenvolvimento económico, sustentabilidade** e, agora, **resiliência** que, neste momento chave de desenvolvimento e de desafio económico e social, garanta a **aceleração** para a **transição digital** do Concelho. É fundamental estabelecer um real **Ecosistema de Inovação** que alcance políticas públicas sábias e inteligentes e que garanta um *“território encarado como um centro de facilidade, voltado para o futuro”*, que fomente a inclusão da atividade industrial, mas também do comércio local de proximidade no ambiente da **economia digital**. Assim, continuaremos a apostar nas infraestruturas que qualifiquem a conectividade e a competitividade do Concelho, **com um investimento 16% superior** ao Plano de Atividades Orçamento de 2022. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** - Nesta rubrica destacam-se dois dos mais significativos investimentos, considerados estruturantes: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva) e a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira**, com financiamento garantido através do PRR. A requalificação e conservação da rede viária municipal e das passagens desniveladas serão

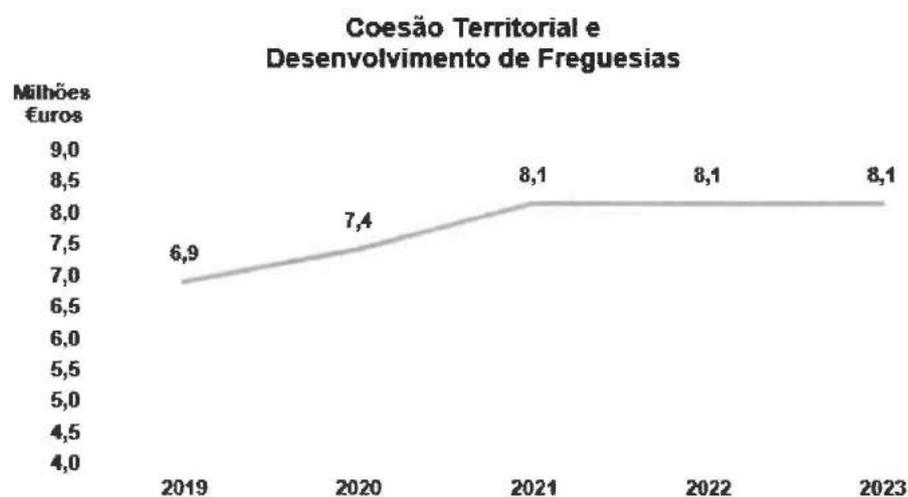


sempre investimentos necessários e importantes que desejamos continuar a incrementar. Pretendemos uma **mobilidade sustentável**, pelo que estamos a desenvolver o plano estratégico designado por **“Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)”** com o objetivo de planear as infraestruturas e o desenho urbano, designadamente na matéria dos modos suaves, dos sistemas de circulação viária e de estratégias coerentes de estacionamento, compatíveis com novas exigências, quer de mobilidade, quer de qualidade do ambiente urbano, promotoras da descarbonização e humanização do território. Concorreremos para a consolidação das ciclovias e ecovias e, em especial, a travessia pedonal do rio Lima. Promover a implementação do novo sistema de transportes públicos e escolares, interurbano e intermunicipal, pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho de forma a garantir o ajustamento e a inter-relação entre os diversos modos rodoviário e ferroviário (sistema intermodal), em termos de rede e do seu ajustamento às especificidades do território, da qualificação dos pontos de paragem e interface e da introdução de tecnologias de suporte, será um objetivo pelo qual trabalharemos, garantindo a sua definitiva concretização. **AMBIENTE, QUALIDADE DE VIDA E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA** - O Ambiente continuará a ser interpretado de uma forma integrada e sustentável. O bem-estar coletivo, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são objetivos de um desenvolvimento sustentável. É nesse propósito que a rubrica do ambiente se projeta dando, por isso, importância à educação ambiental e aos investimentos que assegurem a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas. Nesse sentido, estabelecemos para 2023, entre outros, dois grandes projetos de amplitude ambiental, para os quais precisamos de um envolvimento coletivo, e que são a operacionalização do **“Plano Municipal de Eficiência Energética”** e do **“Plano Municipal de Poupança de Água”**, que integram a campanha **“poupar hoje para garantir o amanhã”**. Sempre materializamos uma política assente no respeito pela natureza e no desenvolvimento sustentável do concelho. Por isso, medidas que visam a eficiência energética e a eficácia na gestão de recursos naturais, como a água, são já uma realidade nas políticas municipais que pretendemos agora aprofundar. Temos consciência que são projetos ambiciosos, mas a nossa pegada e consciência ambiental obrigam-nos a avançar e agir de forma responsável. Daremos, também, continuidade aos investimentos de **ampliação** nos domínios do **abastecimento de água** e das **redes de drenagem de águas residuais e pluviais**, de forma transversal ao concelho, num investimento superior a **4 M€**, no momento, já em cumprimento de formalidades e

procedimentos de concurso de empreitada pública. Ainda no domínio das infraestruturas básicas continuaremos a pugnar, junto das Entidades **Águas do Norte e Águas do Alto Minho**, pelos investimentos na ampliação (responsabilidade das AdN), requalificação/renovação e ampliação de redes de abastecimento de água e saneamento. Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, e com a selagem definitiva do antigo aterro em Vila Fria, cimentaremos projetos como o da compostagem, separação e da sensibilização para a mudança de comportamentos sustentáveis com foco nos bioresíduos. Os espaços florestais, através do Plano Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais, em substituição do Plano Municipal de Defesa da Floresta, onde se inclui a rede de defesa da floresta contra incêndios, como as faixas de gestão de combustíveis, a rede de pontos de água e a rede viária florestal, continuarão a garantir e consolidar a cooperação com todos os agentes da gestão e proteção civil, com particular destaque com a Associação Florestal do Lima (AFL) - SF 08-111, com a Comissão de Compartes do Baldio de Carvoeiro - SF 03-111 e com a Associação para a Cooperação Entre Baldios (ACEB) - SF 21-111, organizações que garantem o normal e a desejável operacionalização das equipas de Sapadores Florestais respetivas, **num esforço financeiro do Município superior a 400 mil euros**. A requalificação de áreas naturais, dos espaços classificados como Monumentos Naturais, Rede Natura 2000, a rede hidrográfica e margens de rios e as praias são domínios que investiremos com prioridade. A classificação da Serra d'Arga e o Geoparque são projetos que se destacam pela multidisciplinaridade e sustentabilidade do território que queremos **valorizar, proteger e requalificar**. Afirmamos a integração dos espaços naturais e rurais no Turismo, promovendo ações e investimentos que valorizem o nosso património natural, a cultura, tradições, desporto da natureza e a nossa gastronomia. Como exemplo, tomamos a classificação da Serra D'Arga e o projeto em desenvolvimento sobre os Garranos e suas dinâmicas, espécie autóctone que pode impulsionar o turismo equestre, impactando a economia local e regional. O elevado potencial de atratividade e qualidade, amplificado, projetarão, ainda mais, o reconhecimento da região como destino de excelência e de valor natural como o projeto do Geoparque revela. O Observatório do Litoral Norte, o Observatório Internacional da Serra D'Arga, onde se destacará o Instituto Internacional de Equinologia, as Portas do Geoparque, o Parque Ecológico Urbano, associados à rede de trilhos da Rede Municipal dos Percursos Pedestres e a criação de uma rede de Miradouros e Parques de Recreio e Lazer, constituem investimentos a que queremos dar continuidade e valorizar, promovendo holisticamente as políticas municipais do ambiente com

a educação, a cultura, a saúde e o desporto. O setor da agricultura e os espaços rurais do concelho fazem parte da estratégia de valorização: Áreas como a do PIERARCA e a bolsa de terras, permitirão incrementar a exploração dos terrenos abandonados e apoiar os jovens nesses investimentos, incentivando a produção local tradicional e biológica, com excelente contributo para a redução da pegada ecologia e alcance da desejável neutralidade carbónica em 2050.

COESÃO TERRITORIAL / FREGUESIAS



Um território cada vez mais coeso só é possível através de um sistema que promova a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, pelo que continuaremos a promover uma cada vez melhor articulação com as Uniões e Juntas de Freguesia, porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da Coesão Territorial e Social do concelho. Assim, para continuar a garantir o desenvolvimento da Cultura e do Desporto como fatores de Coesão Social e Territorial, onde todos estabelecemos a estratégia, criamos cultura, executamos, exibimos e difundimos a nossa identidade e os nossos bens culturais, desportivos e sociais, estabelecemos **8,1 M€ (12,8% das Grandes Opções do Plano)**, no Plano de Atividades Municipais para investimento da iniciativa das Uniões e Juntas de Freguesias. **GOVERNANÇA, TRANSIÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO** - A aposta contínua na qualificação das pessoas, alicerçada numa forte aposta na inovação tecnológica e na difusão do saber e do conhecimento - através de um novo modelo de cooperação entre o Município, a Academia e os Centros de Investigação e Desenvolvimento- aumentará a qualidade da literacia digital e

reforçará o ecossistema de inovação no concelho, garantindo prosperidade. Estamos efetivamente comprometidos com uma real transição digital de Viana do Castelo, garantindo um concelho mais digital e, conseqüentemente, mais competitivo e reconhecido internacionalmente. Assumimos a digitalização como motor transversal de crescimento e inovação em todos os setores de intervenção municipal. É nosso objetivo concluir a reestruturação da instituição Município e respetiva organização, adequando-a a uma sociedade atuante e digital, garantindo uma instituição de confiança que assente a sua missão numa contínua melhoria e proximidade e que avalize uma gestão municipal aberta à sociedade e às empresas, impactando o concelho nos contextos local, regional e internacional. Assim, aproveitaremos o potencial transformador do digital para posicionar o município nos diferentes sectores na vanguarda do Digital e da Inovação com: 1. **Instalação** de incubadoras para a criatividade e arte digital, com ligação ao ensino superior, contribuindo para a afirmação de Viana do Castelo como uma *"Smart City"*; 2. **Capacitação** e inclusão digital, através da criação de um programa de digitalização para as escolas, criação de um programa de formação intensiva e especializada na área digital para profissionais empregados e desempregados e lançar uma **Academia Criativa** para a inclusão digital; 2. **Transformação** digital do tecido empresarial através da criação de um *"Digital Innovation Hub"* - redes colaborativas que incluem centros de competências digitais específicos, com o objetivo de facilitar a disseminação e adoção de tecnologias digitais avançadas por parte das empresas; 3. **Promoção** da transição digital do município, melhorando processos internos e apostando na desmaterialização em todas as áreas, agilizando a comunicação entre a sociedade e os serviços municipais. Entendemos a Digital e a Inovação como o caminho, porque somos cidadãos e eleitores mais conscientes da sua corresponsabilidade sobre a *"Polis"* e da sua gestão, que procuram modelos e mecanismos bem estabelecidos de transparência e exigem papéis diferentes de atuação do poder público e autárquico, procurando para si uma forma própria de se relacionar com eles e indagando a promoção de mudanças disruptivas e impactantes, as quais implicam grandes transformações das políticas públicas e respetivos relacionamentos e novos modelos de administração que



garantam a partilha de informação e participação social. Continuará a ser um processo partilhado e construído com um conjunto de agentes relevantes do território, destacando o nosso Conselho Empresarial Estratégico, o Instituto Politécnico e todos os Movimentos Empresariais, Sociais, Cooperativos e rede de parceiros institucionais e outros que o Município integra, como o **"DataColab"**, a Aceleradora, as Incubadoras, ou possa vir a integrar." E "Viana do Castelo está na linha da frente dos municípios com melhores práticas no âmbito do Sistema Público Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos (SPMGRU), estando em linha com o Plano Estratégico Nacional para os resíduos urbanos e com o plano de investimentos concretizado pelo Sistema de Gestão Resíduos Urbanos gerido pela Resulima. Os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC) iniciaram um novo ciclo de gestão em 2021, um novo executivo municipal e um novo conselho de administração dos SMVC. Esperança foi a palavra que mais utilizamos em 2022, apostamos na comunicação para demonstrar o que de melhor fazemos, reforçamos as parcerias com as escolas do concelho e com a academia, designadamente, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Para 2023 prevemos que desta parceria comecem a emergir resultados, jovens mais consciencializados com o ambiente, jovens mais responsáveis e conhecedores da importância que uma correta separação e gestão de resíduos pode ter no presente e no futuro. Reforçar as competências e responsabilidades dos SMVC será também um desafio, a limpeza de praias à semelhança de 2022, desmatação de ecovias e manutenção de passadiços será da total responsabilidade desta equipa, que será inevitavelmente reforçada em 2023. A preocupação e cuidado com a limpeza pública, mantendo o patamar de excelência destes serviços, o reforço de projetos como o "Viana Abraça" potenciando a recolha de bioresíduos e o reforço da recolha de têxteis farão também parte da nossa missão para 2023. A redução da deposição de resíduos em aterro é um objetivo para cumprir, quer para diminuir a despesa dos SMVC podendo canalizar essas verbas para investimento, quer para contribuir para um ambiente melhor. O investimento em equipamentos sofisticados para responder às necessidades identificadas pela população está nos nossos horizontes, assim como a otimização e modernização dos nossos sistemas e recolha, sistemas estes já muito avançados, como é o caso da carga lateral onde fomos pioneiros. A formação será também um desafio, colaboradores com maior formação tem como resultado melhores serviços prestados à comunidade, entendemos que a formação é a base para qualquer trabalhador ter consciência dos seus direitos e deveres no local de trabalho, queremos contribuir para ter trabalhadores melhor informados e

conscientes das funções que desempenham. O bem-estar dos nossos colaboradores, recursos essenciais para manter o bom funcionamento dos SMVC continuará a ser uma das nossas prioridades, por isso vamos investir para que estes tenham ainda melhores condições no seu local de trabalho. A certificação integral de toda a organização, nomeadamente em termos dos normativos da qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde, de responsabilidade social e investigação, desenvolvimento e inovação continuará a ser uma aposta estratégica para que possamos estar na linha da frente na altura de aceder a candidaturas para melhoria dos sistemas de recolha de resíduos e inovação através de alguns projetos piloto que estão a ser preparados. Todo o trabalho que pretendemos fazer não seria possível sem o reforço da participação dos SMVC na rede de parcerias a que pertence, esta, é também uma aposta crucial para atingir as metas a que nos propomos, é nestes fóruns que encontramos os parceiros adequados para evoluir e partilhar o que de melhor se faz nacional e internacionalmente. Estas parcerias, nomeadamente: a Associação de Limpeza Urbana (Parceria para cidades + inteligentes e sustentáveis), a Associação para a Gestão de Resíduos (ESGRA) e a Association of Cities and Regions for sustainable Resource Management (ACR+), permitem-nos adquirir e partilhar conhecimento no domínio da gestão dos resíduos e da limpeza pública. Deste modo, destacamos o reforço de competências dos SMVC e o empenho no plano estratégico (PERVIANA 20230) que queremos ver terminado e executado até 2030, só assim conseguiremos garantir que continuamos na linha da frente na Gestão de Resíduos Urbanos, na limpeza pública e em todos os serviços que os SMVC prestam aos cidadãos. (a) Luis Nobre”, e registando-se a intervenção dos deputados municipais:- Luis Palma (doc. 9), Agostinho Gomes (doc. 10), Tiago Fonte (doc. 11), Luis Barreiros (doc. 12), Manuel Salgueiro e Julio Vasconcelos (doc. 13). - - - - -

- - - Finda estas intervenções, o Presidente da Câmara prestou esclarecimentos- - - - -

- - - De seguida, foi submetida à votação da Assembleia Municipal a proposta da Câmara tendo sido aprovada por maioria com 38 (trinta e oito) votos a favor dos Agrupamentos do PS, JFI, PSD, A, JSPV, 8 (oito) abstenções dos Agrupamentos da CDU, CDS/PP e BE e 6 votos contra dos Agrupamentos do PSD e CH pelo que a Assembleia Municipal deliberou nos termos das disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de



12 de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL) aprovar o Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal e Serviços Municipalizados de Viana do Castelo para 2023. -----

DURAÇÃO DA SESSÃO – ARTIGO 24º DO REGIMENTO

-- Dado o adiantado da hora, o Presidente da Assembleia, em cumprimento do disposto no número 3 do artigo 24º do Regimento, pôs à votação da Assembleia a continuação da reunião, uma vez que já se tinha esgotado a duração de 3 horas e 30 minutos, tendo sido deliberado, por unanimidade, interromper os trabalhos, os quais serão retomados no próximo dia 19 de Dezembro, pelas 21 horas, no auditório do Centro de Negócios e Exposições de Viana do Castelo, sendo desde já dispensada a convocatória individual por todos os membros presentes, com a seguinte ordem de trabalhos:

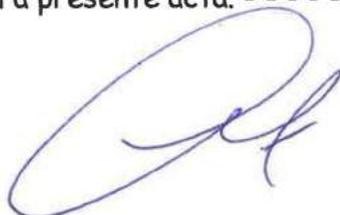
ORDEM DE TRABALHOS

1. 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL DA CMVC – 2022;
2. FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI;
3. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DO IRC RELATIVO AO ANO DE 2022;
4. REGIME DE INCENTIVOS À ATIVIDADE ECONÓMICA;
5. REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS – ALTERAÇÃO;
6. REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VIANA DO CASTELO – ORGANOGRAMA CMVC;
7. REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VIANA DO CASTELO – ORGANOGRAMA SMVC;
8. DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARROSELAS E CARVOEIRO;
9. DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA;
10. DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARDIELOS E SERRELEIS;
11. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (DUP) – CONSTRUÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA;
12. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (DUP) - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENVOLVENTE DA CAPELA DE SANTA CATARINA;
13. REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ELEVADOR DE SANTA LUZIA - APROVAÇÃO;
14. REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS MINI AUTOCARROS ELÉTRICOS - APROVAÇÃO;
15. REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CAMPO D'AGONIA - APROVAÇÃO;
16. DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL - PLANO EQUATORIAL SA - PROC.º 329/03;

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 3 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, foi deliberado aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos, para o que a mesma foi lida e achada conforme por todos os Deputados Municipais presentes, pelo que foi deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma. -----

- - - E, nada mais havendo a tratar, a Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. -----



Georgina Funes



(DOCUMENTO Nº 1)
FOLHA DE PRESENÇAS 2021/2025

16/12/2022

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

MEMBROS ELEITOS	
Maria Flora Moreira da Silva Passos Silva - PS	
José Carlos Coelho Resende da Silva - PS	
Luís Manuel Miranda Palma - PS	
Elisa Arieira Ruivo – PS	
José Emílio da Rocha Antunes Viana - PS	
António da Silva Moreira - PS	
Maria Manuela Oliveira Passos Silva - PS	
José Carlos Rego Silva Oliveira Freitas - PS	S
Tiago Manuel de Moura Moreira do Rego - PS	
Cristina Manuela Araújo de Moraes - PS	S
Paulo Jorge Costa Lains - PS	
Daniel Jorge Correia de Sales Gomes - PS	S
Sandra Portela Alves - PS	
Barbara Luize Iacovino Barreiros – PSD	
Sebastião Almerindo Gonçalves Seixas – PSD	
Marília Florência de Sousa Nunes – PSD	S
Luís Diamantino da Costa Barreiros - PSD	
José Paulo Coelho do Órfão – PSD	
Maria de Lurdes Pereira Cerqueira – PSD	
Valdemar Manuel Pereira Gomes – PSD	
Júlio Manuel da Silva Magalhães de Vasconcelos – CDS.PP	
Filipe Alexandre Martins Vintém - CDU	S
Sónia Alexandra Dantas Carvalho - CDU	S
Tiago Portela Fonte - CDU	
Luís Jorge Videira - JSPV	
Luís Filipe de Oliveira Louro - BE	S
Manuel José Rego Moreira - CH	
Manuel Agostinho de Sousa Gomes - A	



FOLHA DE PRESENÇAS 2021/2025

16/12/2022

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

MEMBROS ELEITOS SUPLENTE	
José Filipe Penteado Ribeiro (PS)	<i>J.F.R.</i>
Catarina de Sampaio e Silva (PS)	
Manuel Pinto Costa (PS)	<i>M.P. Costa</i>
Porfírio Neves Afonso (PS)	<i>P.N.A.</i>
Carolina Maria Esteves Louro (PS)	
Joaquim Dantas Afonso Perre (PS)	
Lino Ricardo Soares Rodrigues (PS)	
Rafaela Martins Gonçalves (PS)	
Ana Catarina Azevedo de Barros (PS)	
Tomás da Conceição Lima Ribeiro (PS)	
Valdemar Manuel Pereira Gomes (PSD)	
Duarte Filipe da Ribeiro Martins (PSD)	
Diana Meneses Fraga Dias (PSD)	
Carlos Alberto Azevedo da Rocha (PSD)	
Juliana Maria Mendes Pacheco (PSD)	
Valdemar Manuel Pereira Gomes (PSD)	
Duarte Filipe da Ribeiro Martins (PSD)	
Diana Meneses Fraga Dias (PSD)	
Carlos Alberto Azevedo da Rocha (PSD)	
Armando A. C. Castro Pinto Sobreiro (CDS.PP)	
Ângela Catarina Castro Cerqueira (CDU)	<i>Ângela Castro Cerqueira</i>
António José Rodrigues Soares Basto (CDU)	<i>António Basto</i>
António Gonçalves da Silva (CDU)	
Inês Ribeiro Sequeira (CDU)	
Manuel Augusto Maciel São João (CDU)	
Manuel Augusto da Cunha Araújo (JSPV)	
Ana Carolina Pimenta da Cruz Viana (JSPV)	
Maria Iracema Salgueiro e Silva Domingues (A)	
Carlos Alberto de Faria Torres (A)	
Eunice Maria Feijó Alves de Brito (BE)	
Jorge Manuel Gomes Teixeira (BE)	
Mariana Barbosa Enes do Vale (BE)	
Germano Augusto Faria de Miranda (CH)	
Maria Cristina Saleiro Miranda (CH)	
<i>ROGERIO MANUEL DE AVORIA BARROS (BE)</i>	<i>Rogerio Barros</i>



FOLHA DE PRESENCAS 2021/2025

16/12/2022

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

PRESIDENTES JUNTA DE FREGUESIA	
AFIFE – Duarte Oliveira - IND	
ALVARÃES – Fernando Martins - PS	
AMONDE – Mário Sá – IND	S
AREOSA – Filomena Rolo – PS	S
CARREÇO – João Pinho – IND	S
CASTELO DE NEIVA – Paulo Torres - IND	
CHAFÉ – António Lima - IND	
DARQUE – Augusto Silva - CDU	S
FREIXIEIRO SOUTELO – Luís Lourenço – PSD	S
LANHESES – Filipe Rocha - IND	
MONTARIA – Carlos Pires - IND	
MUJÃES – José Duarte Oliveira - IND	
OUTEIRO – José Manuel Morais - IND	
PERRE – Jorge Manuel Correia da Costa - IND	
STª MARTA PORTUZELO – Nuno Ferraz - PS	
S. ROMÃO NEIVA – Manuel Salgueiro - IND	
BARROSELAS E CARVOEIRO – Rui Sousa - PS	
CARDIELOS E SERRELEIS – João Silva - PS	
GERAZ do LIMA (Stª Maria, Stª Leocádia e Moreira) e DEÃO – Armindo Fernandes - IND	S
MAZAREFES E VILA FRIA – Manuel Viana - PS	
NOGUEIRA, MEIXEDO E VILAR MURTEDA – Rui Maciel - IND	
SUBPORTELA, DEOCRISTE E PORTELA SUSÃ - Carlos Dias – PSD	
TORRE E VILA MOU – Filipe Costa - IND	
VIANA DO CASTELO (Stª Mª Maior, Monserrate) E Meadela – Helena Brito - CDU	
VILA DE PUNHE – António Costa – PS	
VILA FRANCA – Filipe Pires – CDS.PP	
VILA NOVA DE ANHA – Filipe Silva - PS	



FOLHA DE PRESENÇAS 2021/2025

16/12/2022

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

JUNTA DE FREGUESIA/	NOME SUBSTITUTO / NIF	
	Substituição nos termos da alínea c) nº 1 artº 18º da Lei nº 75/2013	
AFIFE – (I)		
ALVARÃES – (PS)		
AMONDE – (I)	Paulo Alexandre da Silva	
AREOSA – (PS)	Josef Azevedo	
CARREÇO – (I)	António Manuel Gonçalves	
CASTELO DE NEIVA – (I)		
CHAFÉ – (I)		
DARQUE – (CDU)	Carlos Alberto Raposo	
FREIXEIRO DE SOUTELO – (PSD)	Carlos Manuel Henriques	
LANHESES – (I)		
MONTARIA – (I)		
MUJÃES – (I)		
OUTEIRO – (I)		
PERRE – (I)		
STª MARTA PORTUZELO – (PS)		
SÃO ROMÃO DE NEIVA – (I)		
UF BARROSELAS E CARVOEIRO – (PS)		
UF CARDIELOS E SERRELEIS – (PS)		
UF GERAZ DO LIMA (STA. MARIA, STA. LEOCÁDIA, MOREIRA) E DEÃO – (I)	José Lopes	
UF MAZAREFES E VILA FRIA – (PS)		
UF NOGUEIRA, MEIXEDO, VILAR DE MURTEDA (I)		
UF SUBPORTELA, DEOCRISTE, PORTELA SUSÃ (PSD)		
UF TORRE E VILA MOU – (I)		
UF VIANA DO CASTELO (SANTA MARIA MAIOR, MONSERRATE) E MEADELA – (CDU)		
VILA DE PUNHE – (PS)		
VILA FRANCA – (CDS)		
VILA NOVA DE ANHA – (PS)		



FOLHA DE PRESENCAS 2021/2025

16/12/2022

Assembleia Municipal de Viana do Castelo

Executivo	
Luís Nobre - Presidente	
Manuel António Azevedo Vitorino – Vereador PS	
Carlota Gonçalves Borges – Vereadora PS	
Ricardo Nuno Sá Rego – Vereador PS	
Maria Fabíola dos Santos Oliveira – Vereadora PS	
Eduardo Alexandre Ribeiro Gonçalves Teixeira – Vereador PSD	
Paulo Jorge Araújo do Vale - Vereador PSD	
Ilda Maria Menezes de Araújo Novo – Vereadora CDS.PP	
José António Gonçalves Ramos – Vereador - CDU	

(DOCUMENTO Nº 2)

PROPOSTA DE RECOMENDAÇÃO PLANO FERROVIÁRIO NACIONAL – DEBATE PÚBLICO

Considerandos:

- a) No passado dia 16 de novembro o Sr. primeiro-ministro presidiu a uma cerimónia no LNEC destinada à apresentação do da proposta de “Plano Ferroviário Nacional”;
- b) Na sua intervenção fez um apelo a uma profunda participação na discussão pública do plano proposto;
- c) Há múltiplas vertentes que incitam os cidadãos de Viana do Castelo e do Alto Minho a participar, com maior ou menor consenso, mas, há um aspeto que parece, desde já muito preocupante – o acesso ferroviário ao porto de mar de Viana do Castelo;
- d) Com efeito, naquela proposta de Plano, embora se destaque que a atual infraestrutura ferroviária está já eletrificada e que pode suportar comboios com o comprimento máximo de 750 metros, não se prevê a ligação ao porto de mar de Viana do Castelo, apesar de se tratar de uma obra de extensão inferior à dezena de quilómetros;
- e) O porto de Viana do Castelo tem assumido um papel relevante na atração de novos investimentos industriais para esta região;
- f) Na zona da ~~CCRN~~^{CCRN} só existem dois portos, com capacidade para receber mercadorias. O de Leixões e o de Viana do Castelo. O de Viana é complementar do primeiro, sendo essencial o seu reforço, quanto mais não seja como forma de redundância ao porto de Leixões, em caso de calamidade ou crise anormal, nomeadamente se estas afetarem a atual linha do Norte.
- g) Essa redundância só será efetiva se o porto de Viana tiver disponibilidade par o tráfego de mercadorias através da ferrovia de forma a garantir o abastecimento e as exportações essenciais à economia;
- h) Acresce que os recentes investimentos efetuados, seja na eletrificação da ferrovia, seja nas energias limpas, com as eólicas, em terra e no mar ou a hídrica, seja ainda nos acessos rodoviários ao porto de mar, asseguram a evolução para sistemas alternativos capazes de evitar os inconvenientes do uso das energias fósseis em termos ambientais ou de escassez.
- i) É assim essencial que o Plano Ferroviário Nacional inclua a ligação ao porto de mar de Viana do Castelo de forma a fortalecer a região norte, impedindo a vulnerabilidade decorrente da existência de único porto de mercadorias e assegurando que este porto se transforme num polo de desenvolvimento.

A assembleia municipal de Viana do Castelo, reunida em 16/12/2022, delibera:

1. Ponderados os considerandos que se referem, no âmbito do debate sobre a proposta do Plano Ferroviário Nacional, manifestar a necessidade de este ser alterado de forma a incluir o acesso ferroviário ao porto de Viana do Castelo.
2. Remeter a cópia da deliberação supra ao Sr. Primeiro-ministro, ao Ministro das infraestruturas e da habitação, à Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação da Assembleia da Republica e a todos os respetivos grupos parlamentares.
3. Encarregar a comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Ambiente de analisar o Plano Ferroviário Nacional, ouvindo especialistas e ponderando sobre outras recomendações a efetuar a este Plano.

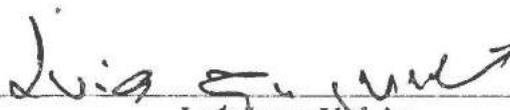
O Grupo parlamentar do Partido Socialista,



- 1- As passadeiras continuam sem iluminação colocando as pessoas em perigo.
 - 2- Temos que resolver o problema dos contentores de resíduos das comidas por causa do mau cheiro e a colocação dos mesmos,
 - 3- É preciso urgentemente uma equipa de rua para ajudar e resolver os problemas das pessoas que ainda vivem na rua.
 - 4- Temos que resolver o problema da falta de manutenção das nossas árvores na nossa cidade, por exemplo na Av. Conde da Carreira, Largo 9 de Abril e junto ao Náutico etc.
 - 5- Volto a falar sobre a fachada do Banco CTT que nos envergonha do estado em que se encontra, pois o edifício em si merece mais dignidade, pois penso que a CMVC pode e deve alertar os responsáveis para esta situação.
 - 6- Por de trás do cemitério de Stº António sempre que chove fica um lençol de água junto ao passeio, isto está assim há anos, o problema é das pessoas que passam no passeio, pois com uma sarjeta colocada todo se resolvia.
 - 7- Na Areosa em frente APPACDM é urgente se colocar um abrigo para os jovens estarem abrigados da chuva, frio e do calor enquanto esperam pelos transportes públicos.
 - 8- Muitos edifícios públicos da nossa cidade, ao fim de semana esquecem-se de colocar as Bandeiras que muito nos devemos orgulhar.
- Viver em sociedade é vivermos todos juntos, pois na política deveríamos ser assim também, aproveitando as boas ideias para bem de todos nós.
- 9- Temos que resolver o estacionamento no cruzamento do Largo 9 de Abril com a Rua General Luís do Rego, é só evitar dois estacionamentos e o problema fica resolvido.
 - 10- Na Rua Cruz das Barras, alguns moradores deram a ideia, se fosse possível de se colocar o sentido de transito num só sentido, pois como tem estacionamento dos dois lados quando aparece dois carros em sentidos diferentes é um problema.

- 11- O chafariz da Praça da República para quando se vai fazer as respectivas obras.
- 12- O nosso Povo pergunta para quando é que está previsto as obras do novo mercado.
- 13- Temos que solucionar o problema das pessoas que às 7 horas da manhã vão tentar uma consulta no centro de saúde e ficam ao frio à chuva durante muito tempo.
- 14- Desde Out de 2021 até Out de 2022, foram resolvidos 534 alertas que eu dei a todas entidades do nosso Concelho, mas uma coisa tem que ser dita, o Mérito é de todos os colaboradores das instituições que ao frio, à chuva e ao calor resolvem todos os problemas, por isso mesmo um Bem-Haja para todos eles.
- 15- Rua de S. Pedro, os moradores e comerciantes queijam-se que os candeeiros estão desligados há meses e na rua da Matriz em frente à drogaria Maduro, também existe um candeeiro desligado há meses como em vários sítios da nossa cidade.
- 16- Em Vila Fria uma família que vive na Rua da Escola, nº 33, tem muita dificuldade em sair da garagem para a estrada porque não tem visibilidade para ver o trânsito do seu lado esquerdo, pois com a colocação de um espelho o problema fica resolvido, o mais grave é que andam desde 2015 a pedir e até ao dia de hoje nada existe no local.
- 17- Temos que resolver o mais rápido possível o problema da nova rotunda, na Av. 25 de Abril, pois já existiram vários despistes.

O Deputado,



Luís Jorge Videira



Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal

Na pessoa de V. Exa, cumprimento todos os presentes nesta sessão.

Viana do Castelo tem assumido, nos últimos anos, um papel fulcral em diversos domínios, fruto das políticas municipais que lograram que o Município fosse conhecido e reconhecido em diversas áreas como o acolhimento e fixação empresarial, o desenvolvimento económico, a qualidade de vida, o desporto e lazer e a coesão social e territorial.

Com um papel de excelência na garantia de um futuro coletivo cada vez melhor, o Município tem marcado a mudança e qualidade de vida dos Vianenses, contribuindo para a afirmação do território nos planos regional nacional e transnacional, com crescente notoriedade e visibilidade do nosso concelho.

Refiro-me, mais concretamente a eventos e iniciativas que decorreram ao longo deste ano nomeadamente o evento anual e o lançamento da nova edição do programa de cooperação INTERREG Espaço Atlântico, a 33.^a Cimeira Ibérica, o 2.^o Fórum Autárquico da Região Norte e a oficialização de Viana do Castelo como Cidade Europeia do Desporto 2023.

Viana do Castelo foi escolhida para o lançamento do programa de cooperação INTERREG Espaço Atlântico, para o horizonte 2027, iniciativa que decorreu a 28 e 29 de setembro. Realça-se a importância deste evento por se tratar do único programa europeu de cooperação transnacional gerido em Portugal, e que tem como entidade gestora a CCDR-NORTE, garantindo para a região norte, junto da Comissão Europeia e dos Estados-membros envolvidos, o papel de liderança neste programa comunitário de referência para a fachada europeia atlântica, em linha com as políticas europeias nos domínios da economia azul, do ambiente marinho e dos oceanos, comprometendo-se a contribuir para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e do Pacto Verde Europeu.

A 33.^a cimeira luso-espanhola, no passado dia 4 de novembro, trouxe a Viana do Castelo o Primeiro Ministro Português e o Presidente do Governo



PS

Espanhol e uma comitiva de 18 ministros dos Governos de Portugal e Espanha, centrando-se este encontro na Promoção da transição e da segurança energética, na Aposta reforçada na inovação, na Estratégia Comum de Desenvolvimento Transfronteiriço e no Reforço da cooperação bilateral.

Sob o tema da inovação, a 33ª Cimeira Ibérica pretendeu avançar na estratégia transfronteiriça e reforçar publicamente a sintonia dos 2 governos no quadro europeu em diferentes áreas, como já se verifica no quadro da energia.

Apostando na estratégia de desenvolvimento em regiões de fronteira, comprometeu-se na criação do "guia do trabalho transfronteiriço", bem como no 112 Transfronteiriço, na região Norte de Portugal e Galiza, que funcionará como projeto-piloto com o objetivo de ser alargado às outras regiões do país.

Para além da assinatura do acordo entre universidades portuguesas e espanholas para a criação de um laboratório ibérico na área da segurança alimentar, foram ainda assinados acordos relacionados com a agenda cultural de fronteira, com a estratégia para a sustentabilidade do turismo transfronteiriço, bem como a articulação de uma rede luso-espanhola de entidades promotoras da cooperação nestes territórios.

No dia 30 de novembro, o Teatro Sá de Miranda acolheu o 2º Fórum Autárquico da Região Norte, iniciativa promovida pela CCDR-NORTE. Com presença dos atores do desenvolvimento da Região Norte, esta sessão veio colocar em perspetiva o início do novo ciclo de financiamento comunitário regional em Portugal (o programa operacional Norte 2030) e as alterações relevantes, as que se encontram em preparação e as que faltam alcançar, na organização territorial do Estado.

Notória a importância deste debate público do "estado da Região" e da sua economia, dos desafios da organização do Estado e do papel dos fundos europeus no desenvolvimento regional em Portugal, em concreto na Região Norte.

A gala de prémios anual da ACES EUROPE - Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto, entidade que atribuiu a Viana do Castelo o galardão de Cidade Europeia do Desporto em 2023, na qual estiveram



PS

presentes, no Parlamento Europeu, em Bruxelas, 360 cidades de todo o mundo, marcou a entrega pelo Presidente da ACES Europa, e do Presidente da ACES Portugal, da bandeira oficial de Viana do Castelo – Cidade Europeia do Desporto 2023 ao Presidente da Câmara Municipal.

Foi a 9 de fevereiro que a Comissão de Avaliação da Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto escolheu Viana do Castelo como Cidade Europeia do Desporto 2023, reconhecendo a cultura desportiva do concelho e as infraestruturas existentes, bem como o trabalho do Município desenvolvido no âmbito das políticas desportivas.

Ser Capital Europeia do Desporto é o reconhecimento internacional da grande capacidade organizativa da Autarquia, da força da sua massa associativa, que conta com mais de 5000 atletas federados, 160 equipas e 71 clubes e associações e do voluntariado além da qualidade das infraestruturas desportivas - 200 espaços desportivos, dos quais 25 são municipais e quatro Centros Náuticos -, aliados às condições naturais de mar, rio e montanha.

Assim, importa reconhecer o trabalho e o empenho da Autarquia para colocar o Município como marco regional, nacional e internacional, fruto das estratégias e políticas prosseguidas.

Viana do Castelo, 16 de dezembro de 2022.

Agrupamento Político do PS

Manuela Passos Silva



Assembleia Municipal de Viana do Castelo

EDITAL

MARIA FLORA MOREIRA SILVA PASSOS SILVA, PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO:

Faz público que no dia 16 de Dezembro corrente (Sexta-Feira), com início pelas 21 horas, realizar-se-á no Auditório do Pavilhão da AlMinho, desta cidade de Viana do Castelo, uma sessão ordinária desta Assembleia Municipal com a seguinte:

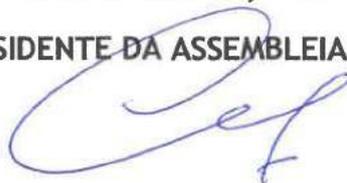
ORDEM DE TRABALHOS

1. INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA;
2. PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CMVC E SMVC - 2023;
3. 2ª REVISÃO ORÇAMENTAL DA CMVC - 2022;
4. FIXAÇÃO DAS TAXAS DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - IMI;
5. LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DO IRC RELATIVO AO ANO DE 2022;
6. REGIME DE INCENTIVOS À ATIVIDADE ECONÓMICA;
7. REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS HONORÍFICOS - ALTERAÇÃO;
8. REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VIANA DO CASTELO - ORGANOGRAMA CMVC;
9. REGULAMENTO DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DE VIANA DO CASTELO - ORGANOGRAMA SMVC;
10. DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE BARROSELAS E CARVOEIRO;
11. DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE MAZAREFES E VILA FRIA;
12. DESAGREGAÇÃO DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE CARDIELOS E SERRELEIS;
13. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (DUP) - CONSTRUÇÃO DA CIDADE DESPORTIVA;
14. DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA (DUP) - REQUALIFICAÇÃO DO ESPAÇO ENVOLVENTE DA CAPELA DE SANTA CATARINA;
15. REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO ELEVADOR DE SANTA LUZIA - APROVAÇÃO;
16. REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS MINI AUTOCARROS ELÉTRICOS - APROVAÇÃO;
17. REGULAMENTO MUNICIPAL DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO DO CAMPO D'AGONIA - APROVAÇÃO;
18. DECLARAÇÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL - PLANO EQUATORIAL SA - PROC.º 329/03;

E eu,  Director do Departamento de Administração Geral da Câmara Municipal de Viana do Castelo, o subscrevi.

Paços do Concelho de Viana do Castelo, 2 de Dezembro de 2022

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,



(DOCUMENTO Nº 6)



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Gabinete do Presidente

Informação à Assembleia Municipal

Viana do Castelo sente-se e vive-se durante todo o ano. A provar isso mesmo estão os meses entre outubro e dezembro, plenos de atividades desportivas, sociais, culturais e onde o aumento do turismo se tem sentido. Pese embora as dificuldades crescentes com o aumento da inflação e a crise energética, Viana do Castelo consegue manter uma dinâmica própria e a sua atratividade tem-na tornado palco de diversas iniciativas de relevo regional, nacional e internacional.

Permito-me aqui destacar a 33.^a **Cimeira Luso-Espanhola** como ponto alto. Em novembro, Santa Luzia, a Praça da República, as ruas do centro histórico e a Praça da Liberdade foram palco deste evento, presidido pelo Primeiro Ministro Português, António Costa, e pelo Presidente do Governo do Reino de Espanha, Pedro Sánchez. Dedicada à inovação, a Cimeira permitiu o aprofundamento das relações bilaterais entre os dois países da Península Ibérica, tendo reunido mais de duas dezenas de membros dos dois Governos em Viana do Castelo. Mas esta foi também uma oportunidade para que Viana do Castelo se apresentasse num evento de grande dimensão, quer no plano da organização, quer no plano da projeção mediática nacional e internacional que as presenças dos membros dos dois governos trouxeram. O evento ibérico saldou-se, pois, num grande sucesso mediático, de organização e de demonstração de que os vianenses sabem acolher quem os visita, com os dois chefes de Governo a visitarem o Museu do Traje e a participarem nas cerimónias de honras militares e cumprimentos na Praça da República.

À Cimeira Ibérica junta-se um outro evento: a segunda edição do **Fórum Autárquico da Região Norte**, promovida pela CCDR-Norte, e que colocou em perspetiva o início do novo ciclo de financiamento comunitário ao desenvolvimento regional em Portugal e as alterações na organização territorial do Estado.



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Gabinete do Presidente

De enorme relevo foi também a **oficialização de Viana do Castelo como Cidade Europeia do Desporto** em Bruxelas, durante a gala de prémios anual da ACES EUROPE - Associação das Capitais e Cidades Europeias do Desporto. Na gala, recebi das mãos do Presidente da ACES Europa, Gian Francesco Lupattelli, e do Presidente da ACES Portugal, Nuno Santos, a bandeira oficial de Viana do Castelo – Cidade Europeia do Desporto 2023.

Este é um excelente prémio para Viana do Castelo, mas somam-se outros de relevo. Desde logo, o **Prémio de Geoconservação 2022**, entregue no Dia Internacional da Geodiversidade, um galardão atribuído pela Associação Europeia para a Conservação do Património Geológico pela candidatura “Viagem no Tempo, no Geoparque Litoral de Viana do Castelo”. Os projetos **Work In Viana** e **Viana Market** também foram agraciados nos Prémios Navegantes XXI, promovidos pela ACEPI – Associação de Economia Digital de Portugal. O Work In Viana conquistou o Melhor Projeto Digital Administração Pública Local e Regional e o Viana Market arrecadou o Melhor Projeto de Comércio de Proximidade.

Há ainda a destacar diversas iniciativas um pouco por todo o concelho. Desde logo, na cultura, como os **Doces do Minho**, onde Viana do Castelo recebeu a melhor doçaria do Minho com uma seleção dos melhores doces tradicionais, showcookings, música, dança e espetáculos de rua; a valorização das tradições gastronómicas com “**Um Mar de Tradições**” em Castelo do Neiva, que incluiu uma mostra dos produtos do mar e ainda a abertura de uma exposição sobre a etnografia dos trajes dos pescadores e sargaceiros na renovada Sede do GRECANE – Grupo Recreativo e Cultural de Castelo do Neiva; ou a abertura da exposição “Um mar de tradições”, no Centro de Mar, no Dia Nacional do Mar, a bordo do Navio Gil Eannes; o **Festival de Teatro de Viana do Castelo**, a cargo do Centro Dramático de Viana, a **VianaCon – Convenção de Jogos de Tabuleiros Modernos**, com jogos de tabuleiro, workshops, atividades e outros; mais uma edição do **Ciclo do Órgão**, organizado pelo Secretariado de Liturgia da Diocese de Viana do Castelo nas nossas igrejas; o evento com os grupos folclóricos no Centro Cultural - **A minha terra é Viana**;



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Gabinete do Presidente

os concertos de **Márcia, Tributo a Chico Buarque**, dos **40 anos das Cantadeiras do Vale do Neiva**, da **Banda da GNR**, ou o espetáculo de **Herman José**, entre outros.

Os últimos meses deste ano 2022 foram muito preenchidos com eventos desportivos. Destaco o **L'ÉTAPE Portugal by Tour de France**, que trouxe a marca francesa pela primeira vez ao nosso país e em especial à nossa cidade. Tivemos também outros eventos de relevo tais como: o **Festival Internacional de Capoeira**; o **Grande Trail Serra d'Arga**; o **Rali de Viana do Castelo**; o **Viana Race**; a **Semana do Atlântico** ou o **V Duatlo**. Neste âmbito, destaco ainda o esforço que fizemos em criar uma **FAN ZONE**, na Praça da Liberdade, para que os amantes do desporto rei pudessem assistir aos jogos do Mundial, num ambiente de festa e convívio.

Os eventos, que acontecem não só na cidade, mas um pouco por todo o concelho, resultam de uma estratégia e de uma política de verdadeira coesão territorial. Nesta área, destaco também a **inauguração da empreitada de reabilitação da Igreja de Deocriste**, que correspondeu a um investimento de 35 mil euros; o apoio à colocação de um **painel de azulejos de homenagem aos naufragos vianenses** na parede do edifício da VianaPescas numa iniciativa da junta de freguesia; a **empreitada da Curva do Gil** que põe fim a um dos maiores constrangimentos da zona devido à exiguidade do perfil do tabuleiro; ou a bênção do **Salão Paroquial de Vila de Punhe**.

Os últimos tempos também permitiram dar visibilidade a algumas iniciativas, como uma **visita à Corpower**, a empresa sueca que está instalada no concelho e tem em curso um investimento de 16 milhões de euros para um primeiro conversor de mar que irá permitir a injeção de energia na rede elétrica para abastecer 300 casas; as iniciativas do **Dia do Porto de Mar**, para valorizar o trabalho que a APDL tem promovido nas diversas áreas de ação; mas também a **participação de Viana do Castelo em diversos fóruns de discussão**, como o evento “Boas Práticas no negócio digital” do Portugal Sou Eu, no âmbito da Rede de Empresas; do congresso “ARWtr em Viana do Castelo”, no Encontro Anual de Psicólogos do Norte, ou no seminário “A imigração em Viana do Castelo”, que assinalou o Dia dos Direitos Humanos. A vila de Darque recebeu o seminário “**Cidade**



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Gabinete do Presidente

(i) **Nova: Reabilitar para quê e para quem?**”, que teve como objetivo apresentar e debater a nova Área de Reabilitação Urbana da Cidade Nova. No encontro, que pretendeu dar a conhecer a nova ARU que abrange a área da Cidade Nova e as oportunidades de investimento para investidores e particulares, lembrei a estratégia de reabilitação urbana de Viana do Castelo, onde foram investidos fundos públicos que ascendem aos 18 milhões de euros, lembrando que um terço deste investimento foi para a freguesia de Darque.

Sublinha-se ainda, neste âmbito, o trabalho na transição digital, nomeadamente com o evento no Mês das Competências Digitais, da **ação de capacitação Eu Sou Digital**, que juntou pessoas com mais de 45 anos com pouca ou nenhuma literacia digital para iniciar um processo de integração nesta área. No mesmo dia, em Lisboa, foi assinado o **protocolo entre o Município e o programa EUSOUDIGITAL** para promover a capacitação digital de centenas de milhares de adultos até ao final de 2023.

Na economia, o arranque da **Academia Eugénia Lopes**, um projeto que se destina a munir os clientes da hotelaria e restauração de conhecimento teórico e prático já abriu portas, e foi ainda assinado um contrato de investimento com a **Portilame** para a ampliação da empresa, num investimento de quase um milhão de euros e aumentando o número de postos de trabalho. Os investimentos representam sobretudo a prova do sucesso do nosso Regime de Incentivos e a prova de que, para além de novos investimentos, a política fiscal do município permite não só novos investimentos, mas também a ampliação e reinvestimentos das empresas instaladas, como foi o caso da **Solutions30**, que investiu 600 mil euros na ampliação do seu espaço, recentemente inaugurado.

Para terminar, quero aqui realçar e louvar a prestação dos **nossos atletas das diversas modalidades que têm vencido campeonatos em diversas áreas**, personalizando aqui na atleta Marta Paço a resiliência e a capacidade de ultrapassar dificuldades para atingir objetivos. Uma palavra de reconhecimento também para os serviços municipais, que têm dado uma resposta muito positiva às múltiplas adversidades que vivemos nos últimos tempos, sobretudo nas intempéries que causaram diversos constrangimentos e, mais



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

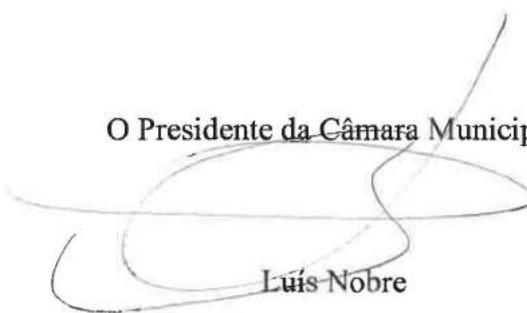
Gabinete do Presidente

recentemente, com o grave acidente resultante da explosão ocorrida num prédio da cidade, sendo necessária a prontidão de ações, nomeadamente dos **Bombeiros Sapadores** e equipa da **Área Social**.

E com “**Viana Coração Natal**”, a nossa mensagem que assinala este período com mais de uma centena de propostas e iniciativas, para todos os gostos e idades, até à primeira semana de janeiro do novo ano, aproveito para desejar a todos um Santo Natal e um ano de 2023 pleno de realizações pessoais e profissionais.

Viana Castelo, 16 de dezembro de 2022

O Presidente da Câmara Municipal



Luís Nobre



CÂMARA MUNICIPAL
VIANA DO CASTELO

Execução Orçamental Ano 2022

Período - 2022 / 01 / 02 a 2022 / 12 / 15

Unidade: Euro

Execução			Dívida a Fornecedores
Receita	Despesa	Taxa	
76.482.976,41 €	69.733.744,94 €	64,40%	7.442.592,81 €

O Chefe de Divisão Financeira

António Alberto Moreira do Rego

15/12/2022

CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

LISTAGEM DE PROCESSOS JUDICIAIS PENDENTES EM 12.12.2022 E ESTADO ACTUALIZADO DOS MESMOS

1

PROCESSO – nº. 1485/08.2 BEBRG - TAF de Braga

ESPÉCIE – Impugnação Judicial

IMPUGNANTE – Adérito Jorge de Abreu Cardoso

IMPUGNADO – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de Anulação da liquidação da taxa de ocupação do domínio público pela utilização de rampa de acesso ao prédio do Impugnante, sito na Rua Carolino Ramos, Lote 1 e 2, Lugar de Lamoso de Cima, freguesia de Monserrate, deste concelho, no montante de € 2675,62.

VALOR DA ACCÃO – € 2.678, 62

ESTADO ACTUAL - Em recurso no TCA Norte.

2

PROCESSO – nº. 411/11.6BEBRG – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum com processo ordinário

AUTORES – Rui Avelino Torres Martins

RÉU – Município de Viana do Castelo e Outra

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município na reparação de um veículo sinistrado, na indemnização diária de 10,00 €, na indemnização de € 42.697,32, acrescida de juros de mora desde a citação e no pagamento de danos futuros, tudo em

consequência de acidente de viação ocorrido na EN. 305, na freguesia de Neves, devido a queda de árvore.

O Município requereu a intervenção principal provocada da Allianz Portugal, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2010.

VALOR DA ACCÇÃO – € 100.000,00

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente improcedente em relação ao Município. A I.P., S.A interpôs recurso da sentença, aguardando-se a decisão do recurso.

* * *

3

PROCESSO – n.º 23/2000 – 4º Juízo Cível - TJVC

ESPÉCIE – Acção Ordinária

AUTORA – ERI – Estudos e Realizações Imobiliárias, SA

RÉUS – Município de Viana do Castelo, Estado Português e Freguesia de Afife

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de reconhecimento da sua propriedade sobre vários prédios sitos na orla costeira de Afife, pedido de restituição de prédios sem as obras e equipamentos pretensamente implantados sobre os seus prédios, pedido de indemnização a liquidar em execução de sentença e pedido de indemnização de 300.000\$00 diários desde a citação dos Réus até à restituição dos prédios referidos livres de quaisquer obras, bem como a fixação de sanção pecuniária compulsória de 500.000\$00 diários desde o trânsito em julgado da sentença até à restituição efectiva dos prédios.

VALOR DA ACCÇÃO – 3.500.001\$00

ESTADO ACTUAL – O Tribunal da Relação de Guimarães deu provimento ao recurso apresentado pelo Município e, conseqüentemente, anulou de novo o julgamento em relação às respostas dadas pelo Tribunal de 1.ª Instância relativamente a vários quesitos, com a conseqüente repetição do julgamento quanto aos mesmos. A anteceder a repetição do julgamento, o Tribunal ordenou que se proceda à delimitação do domínio público marítimo onde ele confronta com os prédios da Autora, nos termos estabelecidos no DL n.º 353/2007, de 26.10, tudo em

ordem a dar cumprimento ao primeiro Acórdão da mesma Relação proferido nos autos, procedimento que está a decorrer, aguardando-se a conclusão do mesmo.

4

PROCESSO – nº. 823/01 – 4º Juiz – TAC do Porto

ESPÉCIE – Acção Ordinária

AUTORA – ERI – Estudos e Realizações Imobiliárias, SA

RÉU – Município de Viana do Castelo, vários autarcas do executivo dos últimos mandatos e variadíssimos funcionários da Câmara Municipal (ao todo, 36 Réus)

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de indemnização de 107.600.000\$00, acrescida de juros de mora.

VALOR DA ACCÇÃO – 107.600.000\$00

ESTADO ACTUAL - Tem a instância suspensa até à decisão final do processo referido no número anterior.

5

PROCESSO – nº. 1578/08.6BEBRG – TAF de Braga – U. O. 1

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTORES – José Carlos Santos Loureiro e mulher

RÉU – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – 1. Pedido de declaração de ilegalidade e inconstitucionalidade da Portaria nº. 390/90, de 23.05, do PDM de Viana do Castelo e do PU da Cidade de Viana do Castelo no que respeita à classificação do prédio dos AA. como pertencendo à RAN e área de elevado valor paisagístico; 2. Pedido de declaração de que o prédio dos AA. não tem qualquer ónus que impeça a sua utilização como solo urbano com condições de edificabilidade semelhantes à média dos prédios urbanos vizinhos; 3. Pedido de condenação solidária no pagamento aos AA. na indemnização a liquidar em execução de sentença pelos prejuízos sofridos desde 1991 até à data da sentença a proferir; 4. Subsidiariamente, pedido de condenação solidária no pagamento da indemnização de € 450.000,00 e juros desde 1991; 5. Ainda subsidiariamente, pedido de condenação do Município a repor o prédio rústico dos AA. no estado em que se encontrava, repondo toda a terra que nele se encontrava e que dele foi extraída ou, se tal não for possível, a pagar o seu valor, no montante de € 375.000,00.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Tem audiência final agendada para os dias 10 e 17 de Janeiro de 2023.

6

PROCESSO – nº. 648/11.8 BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – Ministério Público

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do despacho do Senhor Vereador da Área Funcional do P.G.U. de 27.01.2009, que deferiu o licenciamento da construção de uma moradia em Vilares, Outeiro, Viana do Castelo, a Milton Faria Videira de Abreu.

VALOR DA ACCÃO – € 30.001,00

ESTADO ACTUAL – Aguarda marcação de audiência final.

7

PROCESSO – nº. 1676/12.1BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma ordinária

AUTORES – António Ferreira de Miranda e mulher

RÉU – Município de Viana do Castelo e ARH Norte, I.P.

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação no reconhecimento de que não existe linha de água ou curso de água sobre o prédio dos mesmos e que vem representada na Planta de Condicionantes do PDM e no PP para a área Marginal ao Lima, entre a Ponte Eiffel e a Ponte do IC1, em Darque, e na Planta de Ordenamento do PDM, e outros pedidos com o mesmo relacionados, nomeadamente, para a correcção das citadas plantas.

VALOR DA ACCÃO – € 30.001,00

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção procedente. Ambas as partes interpuseram recurso da sentença para o TCAN, o qual proferiu Acórdão a dar parcial provimento ao recurso interposto pelo Município e a dar total provimento

ao recurso interposto pelos Autores. Aguarda o decurso do prazo de trânsito em julgado.

8

PROCESSO – nº. 1992/12.2BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum sob a forma sumaríssima

AUTOR – ULSAM, E.P.E

RÉUS – Município de Viana do Castelo e EP – Estradas de Portugal

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação na quantia de € 1.981,87, acrescida de juros legais, por assistência a sinistrado.

O Município requereu a intervenção principal provocada da Allianz Portugal, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2010.

VALOR DA ACCÇÃO – € 1.981,87

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença, a qual julgou a acção totalmente improcedente em relação ao Município. A I.P, S.A interpôs recurso da sentença, aguardando-se a decisão do recurso.

9

PROCESSO – nº. 1931/13.3BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de José Manuel Carvalho Costa Pereira

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação dos despachos do Sr. Presidente da Câmara de 21.08.2013, que homologou a lista de classificação final e graduação dos candidatos ao concurso interno de acesso limitado para provimento de 4 lugares de chefe de secção, e de 26.08.2013, que determinou a nomeação, por urgente conveniência de serviço, na função de chefe de secção, das candidatas graduadas nos 1º a 4º lugares daquela lista, bem como pedido de condenação à abertura de procedimento concursal para provimento dos lugares de chefe de secção que ficaram

vagos por força da decisão judicial proferida no proc. 709-A/99 que correu termos pelo TAF do Porto.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.001,00

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

10

PROCESSO – nº. 1771/14.2BEBRG – U. O. 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum

AUTOR – Simão Pedro Gomes Soares

RÉU – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação na indemnização de € 12.532,45, acrescida de juros legais, por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes do resultado do concurso externo para admissão de 2 especialistas de informática de grau 1, nível 2 – estagiários (carreiras não revistas).

VALOR DA ACCÇÃO – € 12.532,45

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

11

PROCESSO – nº. 2697/14.5BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – Dr. Luís Filipe Neiva Marques.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da C.M. de 24.06.2014, que ordenou a reposição da quantia de € 32.478,73, a título de emolumentos notariais e participação em custas de processos de execução fiscal e vários pedidos com o mesmo conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 32.478,73

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

k

12

PROCESSO – nº. 1932/15.7BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – João de Deus Monteiro Gonçalves e Outros

RÉUS – Município de Viana do Castelo e Outro

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou anulação da decisão da ENRAN de 18.12.2004, que indeferiu o pedido de parecer prévio para utilização não agrícola de 1 parcela de solo integrado em RAN, em Castelo do Neiva, pedido de condenação do Município a reconhecer que a construção de 102,00 m2 existente no prédio dos AA. é anterior a 1951 e que os RR. a podem utilizar para habitação, com vários pedidos conexos.

VALOR DA ACCÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção procedente. O Município interpôs recurso da sentença para o TCAN, aguardando a decisão do mesmo.

13

PROCESSO – nº. 2950/15.0BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Comum

AUTORA – Maria do Rosário Queirós Rodrigues

RÉUS – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município na indemnização de € 114.389,13 por sinistro ocorrido em passadiço na Praia de Afife em 2012.

O Município requereu a intervenção principal provocada da Seguradora Lusitânia, S.A. no processo, para quem transferiu no ano em causa a sua responsabilidade civil extra-contratual.

VALOR DA ACCÃO – € 114.389,13.

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

14

PROCESSO – nº. 3158/15.0BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de Martinho Gomes de Campos

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de prescrição da quantia cuja restituição foi ordenada por despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 29.04.2015 ou, subsidiariamente, pedido da anulação de tal despacho, bem como pedido de condenação no pagamento ao representado do Autor da quantia devida a título de suplemento remuneratório correspondente ao subsídio de turno desde Junho/2012 até Julho/2015, acrescido de juros de mora.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente procedente. O Município interpôs recurso da sentença. Aguarda a decisão do recurso.

15

PROCESSO – nº. 3157/15.2BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de Júlio Agostinho S. Pedra Conceição e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 29.04.2015, que ordenou a reposição de montantes recebidos a título de emolumentos e participação em custas de execuções fiscais, pedido de condenação de restituição dos montantes retidos aos mesmos a esse título desde Fev. 2013 até ao presente e pedido de condenação no pagamento aos representados do Autor da quantia devida a título de suplemento remuneratório referente a emolumentos e participação em custas de execuções fiscais até ao fim da sua vida activa, enquanto desempenharem tais funções.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

16

PROCESSO – nº. 3248/15.0BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de Agostinho Américo Pires da Silva Caetano e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de que se encontra prescrita a quantia cuja reposição foi ordenada; subsidiariamente, pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 05.05.2015, que ordenou a reposição de montantes recebidos a título de subsídio de turno pago nos subsídios de férias e Natal de Junho e Novembro de 2010.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Aguarda despacho saneador/sentença.

17

PROCESSO – nº. 3280/15.3BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTOR – STAL, em representação de Ana Maria Barbosa Pinto e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de que se encontra prescrita a quantia cuja reposição foi ordenada; subsidiariamente, pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da Câmara Municipal de 05.05.2015, que ordenou a reposição de montantes recebidos a título de subsídio de turno pago nos subsídios de férias e Natal de Junho e Novembro de 2010.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a absolver o Município da instância pelo facto de o A. não ter providenciado pelo suprimento e pela correcção das irregularidades do seu articulado, dentro do prazo. O A. interpôs recurso da sentença, tendo o TCAN dado provimento ao mesmo, e conseqüentemente, ordenado a devolução do processo à 1.ª instância para prolação de despacho de aperfeiçoamento. Aguarda decisão.

18

PROCESSO – nº. 231/16.1 BEBRG – U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Manuel da Silva Pinto

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou de anulação do despacho do Sr. Vereador da área funcional dos Serviços Municipalizados de Saneamento Básico de Viana do Castelo de 30.12.2015 que aplicou ao Autor uma coima no valor de €400,00 pela prática de uma infracção p.p. pelo art. 72.º/2.12 do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

VALOR DA ACCÇÃO – € 5.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida decisão pelo Tribunal de Conflitos no sentido de julgar os Tribunais da jurisdição comum os materialmente competentes para apreciar e decidir a questão em causa nos autos. O processo foi remetido ao Tribunal Judicial de Viana do Castelo, para prosseguir os seus termos normais.

19

PROCESSO – nº. 1334/16.8 T8VCT – Instância Central de Viana do Castelo – Secção Cível – J2

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTOR – Rui Lima Martins – Arquitectura e Urbanismo, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento à A. da quantia de € 82.394,39 a título de honorários pelo projecto de execução e pela assistência técnica contemplados no contrato para elaboração do projecto da piscina e posto náutico, celebrado entre as partes em 06.03.2008 e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 96.469,70

ESTADO ACTUAL – Aguarda remarcação da audiência final.

20

PROCESSO – nº. 2767/15.2 BEBRG - U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa Especial

AUTORA – Azul Disponível, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do acto de adjudicação do direito de superfície de terreno do domínio privado municipal para a edificação e exploração de um empreendimento turístico em Darque/Cabedelo/Viana do Castelo à contra-interessada Feelviana, Lda, e bem assim, do contrato de concessão do referido direito à mesma, na sequência do acto de adjudicação.

VALOR DA ACCÃO – € 30.0001,00

ESTADO ACTUAL – A acção foi julgada procedente. O Município interpôs recurso da sentença para o TCAN, aguardando-se a prolação de Acórdão.

21

PROCESSO – nº. 618/16 – STA

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORES – Marta Fernandez Tarrío e Outros

RÉUS – Município de Viana do Castelo, Vianapolis, S.A, Conselho de Ministros, Ministérios do Ambiente e Finanças

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade/anulabilidade do acto que declarou a utilidade pública com carácter de urgência da expropriação da fracção YC, parcela 133, do Edifício Jardim, em Viana do Castelo, propriedade dos Autores e pedidos com este conexos.

VALOR DA ACCÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida decisão a absolver os RR. da instância quanto ao pedido de declaração de ilegalidade/inconstitucionalidade da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, a declarar a incompetência hierárquica do STA para conhecer dos restantes pedidos formulados pelos AA., e a determinar a baixa dos autos à 1.ª instância para conhecer dos referidos pedidos, e bem assim, das restantes excepções invocadas pelos RR. Aguarda a prolação de despacho saneador.

22

PROCESSO – nº. 501/17.1 BEBRG - U.O.1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Jaime Costa Gonçalves

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de revogação do despacho de 28.11.2016 proferido pelo Sr. Vereador da Área Funcional do Planeamento e Gestão Urbanística da CMVC que ordenou a remoção voluntária de uma caixa metálica colocada pelo A. no rés-do-chão do prédio sito na Rua Monsenhor Daniel Machado, n.º 168/170, da União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela.

VALOR DA ACCÇÃO – € 5.000,01

ESTADO ACTUAL – Aguarda remarcação da audiência final.

23

PROCESSO – nº. 925/17.4 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – António Eduardo Gomes Neto

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento ao A. da quantia de € 2.055,00, a título de indemnização por danos patrimoniais e não patrimoniais por aquele sofridos na sequência de sinistro ocorrido na Rua Agra da Várzea, freguesia de Barrozelas, concelho de Viana do Castelo, por alegada falta de sinalização.

O Município requereu a intervenção acessória provocada da Açoreana Seguros, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2016., a qual foi admitida.

VALOR DA ACCÇÃO – € 2.055,00

ESTADO ACTUAL – Tem audiência final agendada para 13.02.2023.

24

PROCESSO – nº. 1486/17.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – VIANACAIS - Investimentos Imobiliários, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação dos despachos de embargo de obras proferidos pelo Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística de 04.05.2017 e de 23.06.2017, decorrentes da realização pela A. de obras de remodelação interior e estruturais nas Unidades “E” e “F” do Complexo Turístico da Marina de Recreio de Viana do Castelo, sem autorização/licença, bem como dos actos de execução que se lhe seguiram e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÃO – € 15.000,00

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença, a qual julgou a acção parcialmente procedente. Aguarda o decurso do prazo de trânsito em julgado da mesma.

25

PROCESSO – nº. 2700/17.7 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – UP VIANA, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho de 03.11.2017 do Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC que rejeitou liminarmente o pedido de alteração de utilização de Unidades do edifício do Complexo Turístico da Marina de Recreio de Viana do Castelo e pedidos conexos;

VALOR DA ACCÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente improcedente. A Autora interpôs recurso da sentença. Aguarda a decisão do TCAN.

26

PROCESSO – nº. 2670/17.1 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORES – Luís Manuel de Lorena da Costa Nogueira e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de reconhecimento dos AA. como únicos e exclusivos proprietários do prédio urbano constituído por parcela de terreno para construção, sito no Lugar de Cabedelo, freguesia de Darque, concelho de Viana do Castelo, pedido de condenação do Município a restituir o prédio aos AA., livre de pessoas e de bens, devolvendo-o no mesmo estado em que se encontrava antes da ocupação, destruindo assim, as construções nele existentes, pedido de indemnização por privação do uso no valor de € 40,500,00, e bem assim, pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 180.000,00

ESTADO ACTUAL – Fase instrutória.

27

PROCESSO – nº. 1417/18.0 BEBRG – U.O 1 – TAF do Porto

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – VIANACAIS - Investimentos Imobiliários, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do contrato de concessão do direito de exploração do edifício do Complexo Turístico da Marina de Recreio de Viana do Castelo celebrado entre A. e R., dos actos administrativos preparatórios, do acto administrativo de 07.04.2018 que resolveu o contrato de concessão e ainda pedido de condenação do R. no pagamento à A. da quantia de € 2.541.085,19 a título de danos patrimoniais e morais decorrentes da nulidade do contrato de concessão e ainda de prejuízos a liquidar em sede de execução de sentença.

VALOR DA ACCÇÃO – € 2.541.085,19.

ESTADO ACTUAL – Tem audiência prévia agendada para o dia 20.01.2023.

28

PROCESSO – nº. 1403/18.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Artur de Castro Carvalho

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho do Sr. Vereador do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC de 04.02.2018 que concedeu ao A. o prazo de 60 dias úteis para proceder à reposição de terreno sito na Fonte do Clero, concelho de Viana do Castelo, nas condições em que se encontrava antes da realização de trabalhos, sem licença municipal, sob pena de em caso de incumprimento a CM proceder à sua reposição em sua substituição, cobrando-se das despesas a que houver lugar.

VALOR DA ACCÇÃO – € 5.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente improcedente, tendo o A. interposto recurso para o TCAN. Aguarda a decisão do recurso.

29

PROCESSO – nº. 1887/18.6 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – STAL – Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, em representação de Ana Maria Carvalho Magalhães

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do processo de avaliação de desempenho da associada do A. referente ao biénio 2015/2016 desde a fixação dos objectivos, bem como do despacho que homologou a avaliação de desempenho e do despacho do Sr. Presidente da CMVC que decidiu a reclamação apresentada pela associada do A. do despacho de homologação da avaliação de desempenho da mesma;

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Aguarda remarcação de audiência prévia.

30

PROCESSO – nº. 2108/18.7 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Maria de Fátima Pereira Parente Costa

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento à A. da quantia de € 50.440,00 por danos patrimoniais e não patrimoniais decorrentes de um sinistro (queda) sofrido num dos passeios da Avenida dos Combatentes, em Viana do Castelo, e bem assim, de danos futuros a liquidar em sede de execução de sentença.

O Município requereu a intervenção acessória provocada da Fidelidade Portugal, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2017, tendo sido admitida a mesma.

VALOR DA ACCÇÃO – € 50.440,00

ESTADO ACTUAL – Fase instrutória.

31

PROCESSO – nº. 2273/18.3 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – AGEAS - Seguros em Portugal, S.A

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município no pagamento à A. da quantia de € 5.126,23, acrescida de juros de mora vencidos e vencidos, a título de reembolso de indemnização paga pela A. ao seu segurado por sinistro ocorrido no cruzamento entre a EN 308 com a Rua Aquilino Ribeiro, freguesia de Barrocelas, concelho de Viana do Castelo, por alegada culpa imputável ao Município.

Apesar de o Município ter requerido a intervenção nos autos da Fidelidade Companhia de Seguros, S.A, para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2015, o Tribunal indeferiu tal intervenção, decisão que foi confirmada posteriormente pelo TCAN em sede de recurso interposto pelo Município.

VALOR DA ACCÇÃO – € 5.126,23.

ESTADO ACTUAL – Aguarda reagendamento da audiência final.

32

PROCESSO – nº. 3932/18.6 T8VCT – Juízo Central Cível de Viana do Castelo – J1

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTORES – Hortênsia Oliveira Martins da Silva Ramos e outros

RÉUS – Município de Viana do Castelo, Estado Português e Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P.

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação dos RR. no reconhecimento de que os AA. são donos e legítimos possuidores de uma parcela de terreno com a área de 512 m2 de um prédio rústico, sito em Ruivas, União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela e pedidos com ele conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 83.880,51.

ESTADO ACTUAL – Fase instrutória.

33

PROCESSO – nº. 214/19.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Justina Maria Valentim Ralha da Silva

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade/anulação do acto de deferimento do pedido de licenciamento da construção apresentado pela contra-interessada Olímpia Reis Gonçalves, no âmbito do processo de obras n.º 193/17, constante do despacho do Sr. Presidente da CMVC de 15.05.2018.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Aguarda o agendamento de audiência final.

34

PROCESSO – nº. 1015/19.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Lusitânia, Companhia de Seguros, S.A.

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação no pagamento da quantia de € 4.250,69, acrescida de juros de mora, decorrente de sinistro ocorrido no Caminho da Biqueira, sentido Tourim -Amonde, em Viana do Castelo.

O Município requereu a intervenção nos autos da Seguradoras Unidas, S.A (a qual sucedeu à Açoreana Seguros, S.A), para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2016, tendo sido admitida a mesma.

VALOR DA ACCÇÃO – € 4.250,69.

ESTADO ACTUAL – Foi proferido despacho saneador. Aguarda o agendamento da audiência final.

35

PROCESSO – nº. 2369/19.4 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – João Manuel Alves Rodrigues Gaivoto

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do R. no pagamento da quantia de € 59.693,95 a título de indemnização pelos danos já sofridos pelo A. com o sinistro ocorrido na Avenida da Abelheira, em Viana do Castelo em 11.09.2017, pedido de indemnização por danos futuros a liquidar em sede de execução de sentença e pedidos com estes conexos.

O Município requereu a intervenção nos autos da Fidelidade Companhia de Seguros, S.A para quem havia transferido a sua responsabilidade civil geral no ano de 2017, a qual, por decisão irrecorrível, não foi admitida.

VALOR DA ACCÇÃO – € 59.693,95

ESTADO ACTUAL – Fase da instrução.

36

PROCESSO – nº. 58/20.6 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Manuel José Fernandes de Sá

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade/anulação da deliberação da AM de 28.06.2019 que procedeu à alteração do PP do Parque da Cidade, Lote L, Equipamento Hotel (área de implantação, área de construção e volumetria - cêrcea), pedido de declaração de nulidade/anulação da deliberação da AM de 20.09.2019 que procedeu à alteração do PP do Parque da Cidade, Lote J, (Praça Viana), e bem assim, pedidos com eles conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000, 01

ESTADO ACTUAL – Aguarda a elaboração de despacho saneador ou a marcação de audiência prévia.

37

PROCESSO – nº. 434/20.4 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Ana Maria de Carvalho Magalhães

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração que o vínculo de emprego que a A. detinha com o Município desde 4 de Novembro de 2002 era materialmente uma nomeação e pedidos com ele conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000, 01

ESTADO ACTUAL – A audiência prévia foi iniciada mas encontra-se suspensa para a junção de documentos.

38

PROCESSO – nº. 614/20.2 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Maria Clara Enes Ferreira e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou de anulação do despacho do Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC de 02.04.2019 que autorizou a instalação de uma estação de radiocomunicações da NOS

e respectivos acessórios no prédio sito na Rua do Alto do Xisto, n.º 7, freguesia de Santa Marta de Portuzelo, concelho de Viana do Castelo.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000, 01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar procedente a excepção de ilegitimidade activa dos Autores, absolvendo, conseqüentemente, o Município da instância. Os Autores interpuseram recurso da sentença para o TCAN, o qual negou provimento ao recurso, mantendo a sentença da 1.ª instância. Os AA. interpuseram recurso de revista do acórdão do TCAN para o STA. O STA não admitiu o recurso. Fase de elaboração da conta do processo.

39

PROCESSO – nº. 804/20.8 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Paínhas Parques, S.A

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do R. a transferir para a A. a propriedade dos espaços comerciais projectados para o r/c dos edificios administrativos e uma parte do parque de estacionamento, nos termos do ponto 3., alínea f) do contrato de concessão da obra de construção e de exploração do parque de estacionamento da Praça da Liberdade, e dos Edificios Administrativos, celebrado em 29.06.2004, e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 37.027, 355, 44.

ESTADO ACTUAL – Fase instrutória.

40

PROCESSO – nº. 1113/20.8 BEBRG - A – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Providência Cautelar

REQUERENTE – José Carlos Moreira de Freitas

REQUERIDO – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de suspensão de eficácia do despacho do Sr. Presidente da CMVC de homologação do relatório de avaliação final do período experimental do Autor elaborado pelo respectivo júri, em 30.01.2020, e que considerou o mesmo não

ter a aptidão física necessária para o exercício das funções incluídas no conteúdo funcional de assistente operacional - serralheiro, e bem assim, pedidos conexos.

VALOR DA ACCÃO – € 10.795,00.

ESTADO ACTUAL – Foi admitida perícia médico-legal ao requerente, aguardando-se o resultado da mesma.

41

PROCESSO – nº. 1113/20.8 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – José Carlos Moreira de Freitas

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou de anulação do despacho do Sr. Presidente da CMVC de homologação do relatório de avaliação final do período experimental do Autor elaborado pelo respectivo júri, em 30.01.2020, e que considerou o mesmo não ter a aptidão física necessária para o exercício das funções incluídas no conteúdo funcional de assistente operacional - serralheiro, e bem assim, pedidos conexos.

VALOR DA ACCÃO – € 10.795,00.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

42

PROCESSO – nº. 420/21.7 T8VCT – Juízo Local Cível de Viana do Castelo – J3

ESPÉCIE – Expropriação

EXPROPRIADA – Coelhos & Sousa – Sociedade de Construções, Lda.

EXPROPRIANTE – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de fixação da justa indemnização em € 190.367,00 pela expropriação de uma parcela de terreno com a área de 246,00 m2 a desafectar do prédio urbano sito no Sítio de Cruz das Barras, no Lugar da Abelheira, na União de Freguesias de Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela.

VALOR DA ACCÇÃO – € 152 942,30

ESTADO ACTUAL – Foi proferida decisão arbitral, tendo a expropriada recorrido da mesma e o expropriante respondido ao recurso. Aguarda a decisão do recurso.

43

PROCESSO – nº. 2025/21.3 T8VCT – Juízo Central Cível de Viana do Castelo – J3

ESPÉCIE – Acção com Processo Comum

AUTORA – RTP - Rádio Televisão Portuguesa, S.A

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de resolução do contrato promessa de compra e venda celebrado entre as partes em 17.11.1992 relativo a uma parcela de terreno destacada do prédio propriedade do Município situado nas Azenhas de D. Prior, por incumprimento definitivo do Município e pedidos indemnizatórios conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 419.681,24

ESTADO ACTUAL – Aguarda remarcação da audiência final.

44

PROCESSO – nº. 1041/21.0 T8VCT – Juízo Central Cível de Viana do Castelo – J1

ESPÉCIE – Acção com Processo Comum

AUTORES – Maria Luísa Coelho Zuzarte Cortesão Abreu e Outros

RÉU – APA, I.P.

INTERVENIENTE PRINCIPAL – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de restituição de posse de prédios rústicos situados na Rua da Praia de Carreço, Montedor, freguesia de Carreço, inscritos na matriz sob os artigos 8253 e 8255 e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 68.460,00

ESTADO ACTUAL – Aguarda reagendamento da audiência final.

45

PROCESSO – nº. 591/21.2 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Popular

AUTORA – Prótoiro - Federação Portuguesa das Associações Taurinas

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade/anulação de várias deliberações da AM e da CM relativas à demolição do edifício da Praça de Touros de Viana do Castelo e à edificação da Praça Viana, pedido de embargo das referidas obras de demolição e de edificação e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

46

PROCESSO – nº. 2913/21.7 T8VCT – Tribunal Judicial de Viana do Castelo - Juízo Local Cível - J3

ESPÉCIE – Acção Declarativa Comum

AUTORA – Maria do Carmo Correia Dias de Sousa Pereira

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do negócio celebrado entre as partes (aquisição por acessão industrial imobiliária de uma parcela de terreno com a área de 504 m² a destacar do prédio inscrito na matriz sob o art. 105 da freguesia de Monserrate, propriedade do Município) e, em consequência, pedido de condenação do Município na restituição da quantia de € 25.057,30 à Autora e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente improcedente e a julgar procedente a reconvenção deduzida pelo Município, tendo a Autora sido condenada a pagar ao Município a quantia de € 12.528,65, acrescida de juros de mora vencidos e vincendos até efectivo e integral pagamento. A A. interpôs recurso da sentença para o Tribunal da Relação de Guimarães. Aguarda a decisão do recurso.

47

PROCESSO – nº. 2242/21.6 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Outros Processos Cautelares

REQUERENTES – AVIC, S.A e Outro

REQUERIDO – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de suspensão de eficácia do despacho de 13.06.2021 do Sr. Vereador da área funcional do Planeamento e da Gestão Urbanística que licenciou os trabalhos de aterro no prédio sito no Lugar de Santoinho, freguesia de Darque, deste concelho, inscrito na matriz predial urbana sob o art. 3877 e pedido com ele conexo.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Aguarda sentença.

48

PROCESSO – nº. 323/22.8 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORES – Alcídio da Rocha Araújo e Outros

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação do Município a abster-se de desenvolver quaisquer operações materiais ou outros actos jurídicos com vista à execução da obra pública de construção de canil no prédio sito no Lugar de Terronha, Rua da Portela, União de Freguesias de Cardielos e Serreleis, deste concelho e pedidos com ele conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Aguarda a prolação de despacho saneador ou o agendamento de audiência prévia.

49

PROCESSO – nº. 459/22.5 BEBRG – U.O 1 - TAF de Braga

ESPÉCIE – Outros Processos Cautelares

REQUERENTE – Nunex - Worldwide, S.A

REQUERIDO – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de suspensão de eficácia do despacho do Sr. Presidente da CMVC de 24.02.2022 no âmbito do P. AV2021/00709 (procedimento de licenciamento de actividade industrial) e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 1.460.000,00.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar o processo cautelar totalmente improcedente. A requerente interpôs recurso da sentença, tendo o TCAN negado provimento ao mesmo. A requerente interpôs recurso de revista do Acórdão do TCAN para o STA, o qual não foi admitido. Aguarda a fase de elaboração da conta do processo.

50

PROCESSO – nº. 957/22.0 BEPRT – U.O 2 - TAF do Porto

ESPÉCIE – Processo de Contencioso Pré- Contratual

AUTORA – Ronsecur - Rondas & Segurança, Lda.

RÉU – Município de Viana do Castelo

CONTRA-INTERESSADA - Segurvez - Segurança Privada Unipessoal, Lda.

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do despacho do Sr. Presidente da CMVC de 27.04.2022, o qual adjudicou à contra-interessada a prestação de serviços de segurança, vigilância humana e electrónica para os edifícios municipais, no âmbito do concurso público n.º 975/2021 e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 457.621, 56.

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar a acção totalmente improcedente. Aguarda o decurso do prazo de trânsito em julgado da decisão.

51

PROCESSO – nº. 1990/22.8 T8VCT – Juízo de Trabalho de Viana do Castelo – J1.

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTOR – João Filipe Salgado Ramos

RÉUS – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de ocorrência de despedimento ilícito do A. e pedido de condenação no pagamento de indemnização e de outras quantias decorrentes de tal despedimento.

VALOR DA ACCÇÃO – € 8.750,63.

ESTADO ACTUAL – Fase de alegações finais.

52

PROCESSO – nº. 1988/22.6 T8VCT – Juízo de Trabalho de Viana do Castelo – J1.

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTOR – Bruno Filipe dos Santos Costa

RÉUS – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de ocorrência de despedimento ilícito do A. e pedido de condenação no pagamento de indemnização e de outras quantias decorrentes de tal despedimento.

VALOR DA ACCÇÃO – € 8.786,25.

ESTADO ACTUAL – Fase de alegações finais.

53

PROCESSO – nº. 1991/22.6 T8VCT – Juízo de Trabalho de Viana do Castelo – J2.

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTOR – Duarte Barbosa do Cruzeiro

RÉUS – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de ocorrência de despedimento ilícito do A. e pedido de condenação no pagamento de indemnização e de outras quantias decorrentes de tal despedimento.

VALOR DA ACCÇÃO – € 8.841,88.

ESTADO ACTUAL – Fase de alegações finais.

54

PROCESSO – nº. 1989/22.4 T8VCT – Juízo de Trabalho de Viana do Castelo – J2.

ESPÉCIE – Acção de Processo Comum

AUTOR – Cristiano André dos Santos Costa

RÉUS – Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de ocorrência de despedimento ilícito do A. e pedido de condenação no pagamento de indemnização e de outras quantias decorrentes de tal despedimento.

VALOR DA ACCÇÃO – € 8.336,98

ESTADO ACTUAL – Fase de alegações escritas.

55

PROCESSO – nº. 800/10.3 BEBRG-A – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Processo de Execução

EXEQUENTES – José Paulo Esteves Martins Pinheiro e outra.

EXECUTADOS – Município de Viana do Castelo e APA, I.P.

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação dos executados a dar integral cumprimento à sentença proferida no processo declarativo, a qual condenou a APA, I.P a emitir novo parecer e o Município de Viana do Castelo a aguardar pela emissão do mesmo, e depois de recepcionado, a emitir o acto final do procedimento de legalização de obras no prédio sito na Rua das Laranjeiras, n.º 77, freguesia de Areosa, deste concelho.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000,01

ESTADO ACTUAL – Foi proferida sentença a julgar extinta a instância por inutilidade superveniente da lide. Aguarda o decurso do prazo de trânsito em julgado da sentença.

56

PROCESSO – nº. 760/21.5 BELRS – U.O 2 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Processo de Impugnação

IMPUGNANTE – Fortissue Produção de Papel, S.A

IMPUGNADA – ADAM – Águas do Alto Minho, S.A

CONTRA-INTERESSADOS - Município de Viana do Castelo e Outros

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do acto administrativo praticado pela Comissão de Parceria do Sistema de Águas do Alto Minho em 22.11.2019 de aprovação do tarifário a aplicar ao Sistema de Águas do Alto Minho para o ano 2020 e pedidos conexos.

VALOR DA ACCÇÃO – € 214.139,76

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

57

PROCESSO – nº. 1766/22.2 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Miguel Ângelo Martins Maduro

RÉUS – Município de Viana do Castelo e Companhia de Seguros Allianz Portugal, S.A

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de condenação no pagamento da quantia de € 15.707,55 a título de danos patrimoniais e de privação de veículo decorrente de acidente de viação ocorrido em 03.10.2021, na Alameda 5 de Outubro (por baixo da Ponte Eiffel), no concelho de Viana do Castelo.

VALOR DA ACCÇÃO – € 15.707,55

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

O Município efectuou o chamamento ao processo da sua Seguradora à data. Aguarda a prolação de decisão sobre a admissão ou não de tal intervenção.

58

PROCESSO – nº. 1222/22.9 BEBRG – U.O 2 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Maria Helena dos Socorros Rocha

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou de anulação do acto de liquidação de taxas resultante da aprovação do aditamento ao alvará de loteamento n.º 1004 – Processo n.º 29/21 – ADILOT, praticado pelo Sr. Vereador da área do Planeamento e da Gestão Urbanística da CMVC em 01.07.2021.

VALOR DA ACCÃO – € 30.001,00.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

59

PROCESSO – nº. 1559/22.7 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Maria Isabel de Sousa Carvalho Fernandes

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade do procedimento interno em Regime de Mobilidade na modalidade intercarreiras para a carreira/categoria de Assistente Técnico – Função Administrativa em relação à Autora e, consequentemente, a decisão que a excluiu do acesso à categoria profissional de Assistente Técnica, e bem assim, pedidos conexos.

VALOR DA ACCÃO – € 5.000,01.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

60

PROCESSO – nº. 2233/22.0 BEPRT – U.O 2 – TAF do Porto

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – M. Couto Alves, S.A

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de anulação do acto do Município que contrapôs para efeitos de revisão extraordinária de preços uma fórmula que implicaria que os valores a atribuir à Autora no âmbito da empreitada de “Requalificação do Espaço Público da Quinta de Monserrate – 1.ª fase: Lote 1, Rua Senhor do Socorro, Rua Alberto Sousa, Rua Luís Filipe e Rua dos Sobreiros”, a título de revisão extraordinária de preços seriam inferiores aos que resultariam da aplicação normal, sem alteração, da revisão ordinária de preços, pedido de reconhecimento do direito da Autora à revisão extraordinária de preços de acordo com a proposta por si apresentada e pedido de condenação do Município no pagamento à mesma da quantia de € 557. 669,69 a título de revisão extraordinária de preços.

VALOR DA ACCÇÃO – € 557.669,69.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

61

PROCESSO – nº. 2152/22.0 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTOR – Aurélio Alpuim da Silva

RÉU – Município de Viana do Castelo

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de impugnação do acto administrativo contido na alteração/correção de classificação/condicionante de “zona de equipamento”, na extensão atribuída pelo PDMVC ao prédio do Autor e demais actos subsequentes correlacionados e pedido de condenação do Município à prática do acto administrativo devido de alteração/correção da referida classificação/condicionante e o conseqüente deferimento e aprovação do processo de obras que incide sobre o prédio do Autor, nos termos de licença de construção anterior.

VALOR DA ACCÇÃO – € 30.000,01.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

62

PROCESSO – nº. 2211/22.9 BEBRG – U.O 1 – TAF de Braga

ESPÉCIE – Acção Administrativa

AUTORA – Rosa da Conceição Ribeiro Gomes

RÉU – Município de Viana do Castelo

CONTRA-INTERESSADA – Sociedade Albino Mastos Fernandes – Engenharia & Construção, Lda.

OBJECTO/PEDIDO – Pedido de declaração de nulidade ou anulação do acto de deferimento de 13.09.2022 que aprovou a construção de um edifício de habitação unifamiliar no processo de obras n.º 458/22.

VALOR DA ACCÇÃO – €5.000,01.

ESTADO ACTUAL – Fase dos articulados.

Rosa Conceição Ribeiro



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Execução Orçamental 2022

Muito boa noite

Começo por cumprimentar a

Sra. Presidenta da Assembleia Municipal e demais membros da mesa e, permitam que em vos cumprimente todos e cada um dos presentes.

Minhas Sra.s e meus Sr.s

Sr. Presidente

Acabamos de receber nova informação do executivo, novamente, a poucas horas do início desta assembleia.

Aproveitamos para solicitar, mais uma vez, para que estes elementos passem a ser disponibilizados com maior antecedência, por forma, a que, os mesmos possam ser analisados com o maior detalhe.

Mas Sr. Presidente

Temos um bom ponto de partida para os pontos 2º e 3º da ordem de trabalhos que vamos abordar hoje nesta Assembleia.

Hoje, dia 16 de dezembro a 10 dias uteis do final do ano o orçamento encontra-se executado em menos de 2/3, somente em 64,4% na despesa.

A receita por seu turno, está executada acima da despesa orçamenta em quase 5 milhões de eur, conforme o rectificativo e que, não foi, em atempadamente ajustada.

Face a esta cobrança de impostos desgovernada, que, afinal, impingiu um stress excessivo sobre o poder de compra dos Vianenses, o que está o executivo a ponderar fazer, nos próximos dias, para devolver aos Vianenses, esta cobrança de impostos em excesso?

Obrigado



Câmara Municipal de Viana do Castelo

1

CERTIDÃO

- - - **GEORGINA MARIA FERREIRA MARQUES, COORDENADOR TÉCNICO DA SECÇÃO DE APOIO AOS ORGÃOS AUTÁRQUICOS (DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL) DA CÂMARA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO:- -**

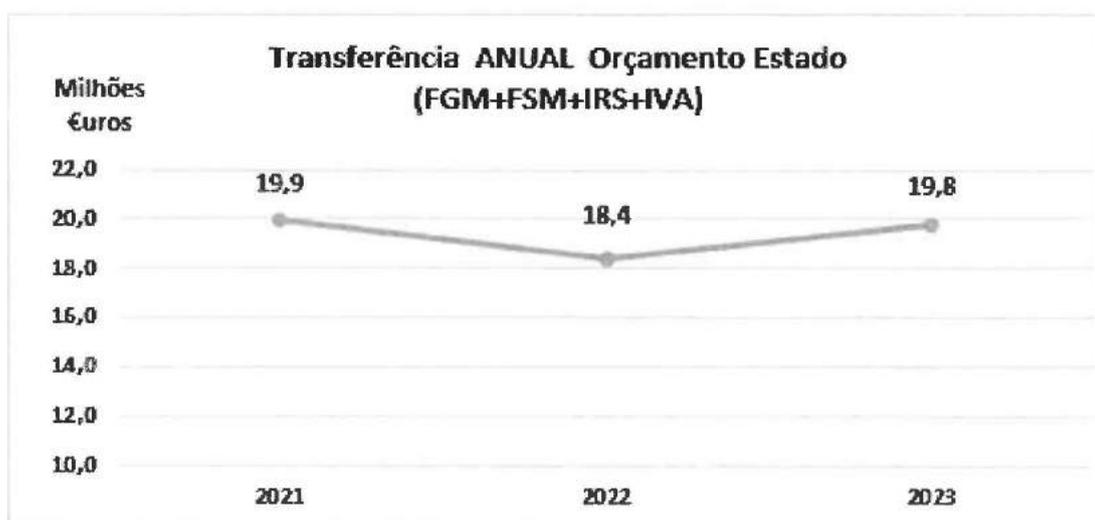
- - - Certifico, a requerimento verbal do Senhor Presidente desta Câmara Municipal e para uso exclusivo da mesma, que da acta da reunião ordinária desta mesma Câmara realizada no dia 29 de Novembro de dois mil e vinte e dois, consta a seguinte deliberação:-

- - - **(11) PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO DA CMVC E SMVC – 2023**

- Pelo Presidente da Câmara foi apresentada a informação que seguidamente se transcreve: “**PROPOSTA – PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO 2023 – ENQUADRAMENTO -** Do Pré ao Pós Pandemia acreditávamos que os novos desafios estavam estabilizados. Enganámo-nos porque, com a invasão da Rússia à Ucrânia (há 10 meses), os impactos colaterais tomaram todos os setores estruturais do país (gerando uma crise energética e uma enorme pressão sobre a estabilidade dos preços) e remeteram-nos para uma pressão inflacionista à escala global como nunca sentimos. Nesse sentido, o mundo mudou, direi até que está em mudança e vai continuar a mudar, pelo que continuamos a enfrentar grandes desafios estratégicos e orçamentais que influenciam as opções e decisões quanto às políticas públicas. Desta cascata de crises, só pode surgir uma resposta multidimensional, pelo que estou confiante que o saldo entre as enormes dificuldades, que certamente saberemos mitigar e ultrapassar, e as significativas oportunidades que seguramente conseguiremos aproveitar, será certamente muito positiva. A nossa capacidade de cooperação, de organização, de intervenção e de resposta continua a ter de assumir um papel de excelência na garantia de um futuro coletivo cada vez melhor. Às políticas públicas e aos seus decisores continua a ser imposta uma ação exigente, responsável, célere e assertiva nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal os vários domínios, seja na economia, na educação, na cultura, na saúde, na coesão social e territorial e nas transições climática e digital. Acelerar o processo de digitalização da economia, reformular as cadeias logísticas, que têm de ser obrigatoriamente mais curtas, privilegiar uma economia de proximidade e mais descarbonizada, promover a reindustrialização, assumir um novo paradigma económico que alguns já designaram como a “**nova normalidade**”, que responda aos vários desafios da sociedade, dos nossos concidadãos, é o desafio que nos é dirigido. Assim, num contexto global tão exigente, mesmo com a



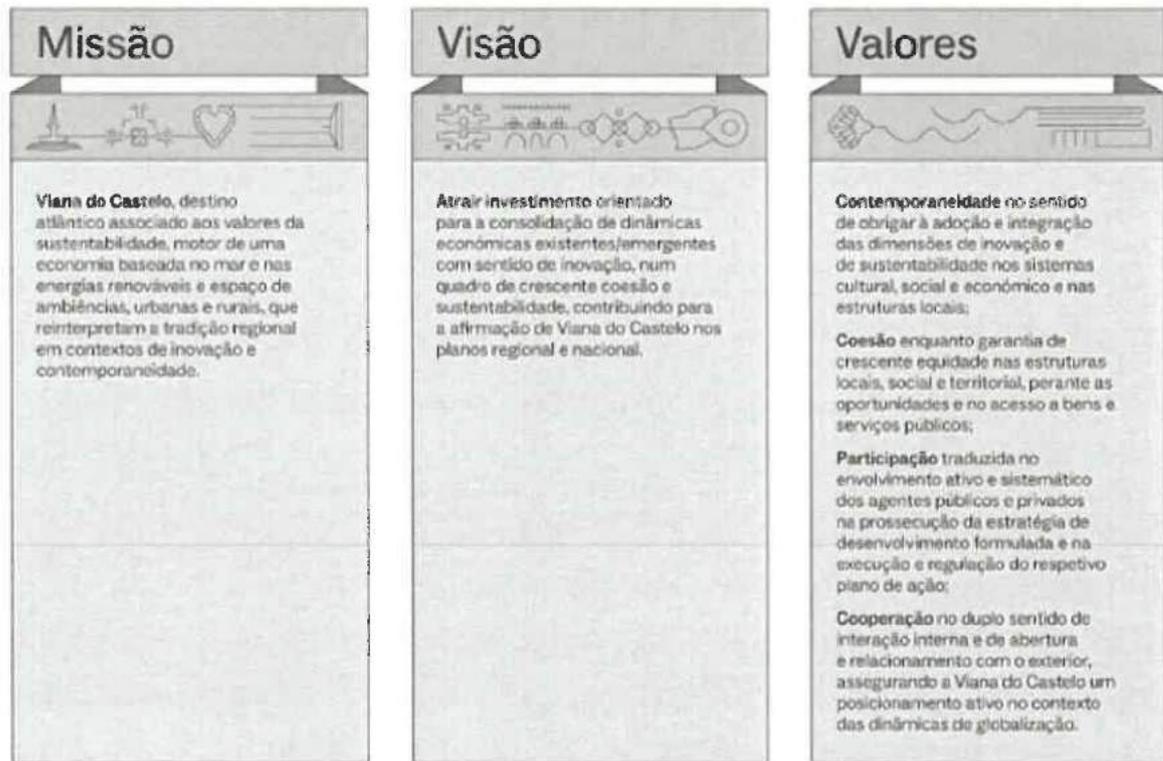
aceleração de alguns setores da economia, as receitas diretas e indiretas do Município continuam significativamente prejudicadas e, associadas aos custos com energia e combustíveis - com impacto inflacionista transversal em toda a atividade do município -, bem como com as exigências resultantes da subida da massa salarial - **mais de 2,4 M€ para o ano 2023** -, influenciaram a estrutura orçamental e as opções propostas no presente Plano de Atividades e Orçamento. Contudo, é-nos exigido pelos nossos concidadãos, contrariar a aparente ordem natural das coisas deste momento e das suas circunstâncias. Continuar a criar mudança e qualidade de vida aos Vianenses, assente em informação adequada e atempada, que permita discernir tendências e identificar possíveis ocorrências, são condições essenciais para nos precavermos contra situações de risco e indesejáveis desequilíbrios na solidez financeira do Município. As transferências provenientes do Orçamento do Estado em 2023 registam um aumento de 1,4 milhões de euros, face ao ano anterior, contudo, inferior à queda registada de 1,5 milhões de euros em 2022.



Nessas circunstâncias, o ADN da organização municipal, a ação holística das nossas instituições e movimentos coletivos, agentes culturais, sociais e económicos, alicerçada na liderança do executivo, são fatores que farão a diferença. Não menos relevante, a definitiva ativação dos diversos instrumentos financeiros europeus (PT2020, PRR e PT2030), instrumentos fundamentais de desenvolvimento para o Município, dinamizarão a capacidade de execução do Plano Municipal. Nesse sentido, encontramos como fator positivo a capacidade que o Município continua a manter na captação de Fundos Comunitários (**tendo garantido até ao momento 41 M€ no PT2020**), estabelecendo-se como quadro de oportunidade o período de



“Overbooking” do PT2020, o Programa de Recuperação e Resiliência (PRR) que disponibilizará mais de 42 M€ até 2026 - com financiamento a 100% -, nos domínios da saúde e social, e cirurgicamente na rede rodoviária, habitação, centros de investigação e valorização do território, eficiência energética, transições climática e digital, e do PT2030, programando investimentos assentes em quatro objetivos macro/comuns que promovam o desenvolvimento: (i) mais inteligente através da inovação, digitalização, transformação económica e apoio às PME; (ii) mais Verde, descarbonizado, implementando o Acordo de Paris e investindo na transição energética, nas energias renováveis e combate às mudanças climáticas; (iii) mais conectado com redes e nas estratégias de transportes e digitais; (iv) mais Social, investindo no Pilar Europeu dos Direitos Sociais e apoiando a qualidade do emprego, a educação, as competências, a inclusão social e o acesso equitativo aos cuidados de saúde; e (v) mais próximo dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável em toda a União Europeia. De âmbito e iniciativa Municipal, a estratégia assente num reforço do investimento, destacando-se o **Ambiente e Qualidade de Vida, a Educação, a Coesão Territorial, a Habitação e Urbanização e o Desporto e Lazer** (por ordem decrescente), num expressivo e estratégico apoio à consolidação da qualidade de vida do território (aumentando dos fatores de competitividade), ascensão das competências e capacitação de todos, aprofundamento do desenvolvimento das freguesias, disponibilização de soluções à necessidade de habitação e implementação de hábitos saudáveis. A política fiscal do município para as famílias e para os investidores continua a ser a nossa maior ferramenta de trabalho. O Regime de Incentivos continuará a incorporar e a disponibilizar um conjunto de isenções (em áreas como a Regeneração Urbana, Acolhimento Empresarial, Setor Tecnológico, Criativo e Serviços Partilhados, Empreendimentos Turísticos e Equipamentos), redução significativa de taxas e impostos.



Finalmente, e cumulativamente, a nova realidade social, cada vez mais complexa, associada a uma sociedade cada vez mais heterogénea e envelhecida mas, ao mesmo tempo, seduzida a participar na gestão pública através do mundo digital e dos meios audiovisuais, continua a obrigar-nos a assegurar e a garantir a capacidade para enfrentar a necessidade de promovermos reais transformações no modelo de governança, um modelo que se pretende inclusivo, assente nos cidadãos e nos agentes do território, ou seja, que assegure proximidade, sustentabilidade territorial e de gestão financeira do Município e assegure o cumprimento dos grandes objetivos corporizados nas nossas Agendas, bem como nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **OBJETIVOS DO PLANO** - O contexto atual continua a remeter-nos para a necessidade de garantirmos um conjunto de ações estruturais que alicercem as opções e subsequente execução do presente plano, bem como das estratégias assumidas nas nossas Agendas: *“Agenda da Inovação 2030”* e *“Agenda2030 para a Economia do Mar”*. Domínios como o clima, a proteção civil, a energia, a economia circular, a adoção de práticas públicas ecológicas, o mar, a floresta, os resíduos e o financiamento sustentável marcarão a gestão municipal em 2023 e no futuro. Gerir os recursos naturais de forma sustentável, valorizar o capital natural, promover a eficiência do metabolismo rural e urbano, aumentar a resiliência socioecológica, promover um sistema urbano policêntrico, afirmar a cidade e os principais centros cívicos do concelho como motores de desenvolvimento e de



coesão, que reforcem a cooperação urbana e rural, são também imperativos da gestão estratégica do próximo ano. A cooperação urbana como fator de coesão interna, que promova a qualidade urbana e a inclusão e valorize a diversidade territorial, aumente a atratividade populacional, a inclusão social, reforce o acesso aos serviços de interesse geral, dinamize os potenciais locais e o desenvolvimento rural face à dinâmica e aos desafios globais, otimizando as infraestruturas ambientais e a conectividade ecológica, posicionar-se-á como instrumento de execução das grandes opções do plano. **Reforçar** e integrar redes de acessibilidades e de mobilidade, **dinamizar** as redes digitais, promover a governança territorial, **consolidar** a descentralização de competências nas uniões e juntas de freguesia e a cooperação intersectorial e multinível, **promover** as redes colaborativas de base territorial existentes e **aumentar** a cultura territorial, cimentarão o nosso modelo de desenvolvimento. Os mecanismos de apoio aos cidadãos, como fator de mitigação do aumento dos custos de vida (impactos colaterais da invasão da Rússia à Ucrânia), a consolidação dos incentivos à economia e a garantia de políticas ativas de auxílio ao 3.º setor (IPSS's) do concelho, assumem-se como fatores de estabilização e garantia da coesão social e territorial do concelho. Para a economia, continuarão a ser disponibilizados um conjunto de incentivos e mecanismos de apoio transversais e estruturais para todos os setores de atividade, com particular destaque para o setor do Comércio, com a implementação do programa "**Reativa Comércio**", com enfoque na valorização do comércio tradicional, a disponibilização de "**50 Lojas Âncora**" (com financiamento dos custos associados a rendas) e a implementação do "**Gabinete para a Revitalização de Lojas Comerciais**" que terá como principal missão o acompanhamento do setor e consolidação do projeto "**Comércio Digital**" e das Plataformas "**Viana Market**" e "**Work in Viana**", ações consumadas com a conclusão da candidatura "**Bairros Digitais**", na qual **avancamos para uma segunda fase de decisão de financiamento**. A evolução da execução dos vários programas de financiamento comunitário permite-nos perspetivar apoios significativos em **tipologias** como a ampliação das **redes de infraestruturas básicas** (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos), **rodoviárias** (**Nova Travessia do Rio Lima** entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira e a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** - Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a **conclusão da requalificação da Escola Pintor José de Brito** e as **requalificações** da EB Areosa, da EB de Santa Maria de Geraz do Lima e da EB da Abelheira, a **refuncionalização da EB de Deocriste para Creche** e a **ampliação e requalificação**



da rede de equipamentos sociais, a **conclusão da construção** da nova Unidade de Saúde Familiar da **Meadela**, e **construção** das novas Unidades de Saúde Familiar de **Alvarães** e do Litoral Norte e, finalmente, a **conclusão das intervenções** na área urbana do concelho estabelecidas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU). Para a execução do Plano procurar-se-á um efetivo enquadramento dos projetos nos objetivos do PT2020, PRR e PT2030, nomeadamente: (i) Mobilidade Sustentável - consolidação das nossas eco e ciclovias que potenciem a adesão aos modos suaves e mobilidade ativa; (ii) Eficiência Energética - substituição progressiva dos equipamentos de iluminação pública e equipamentos/edifícios; (iii) Cultura - estabilização do Programa de Valorização do Património Construído e implementação do programa “Embaixadores da Cultura Vianense”; (iv) Infraestruturas/Ambiente - ampliação das redes de infraestruturas básicas (abastecimento de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos); (v) Mais Inteligente - inovando, transformando e garantindo uma efetiva transição digital da administração, dos múltiplos agentes e do território; (vi) mais Verde - agindo para uma concreta descarbonização do concelho, cumprindo os objetivos da nossa Agenda 2030 para a Economia do Mar, alocando recursos financeiros que garantam a transição energética, apostando na energia renovável como a verdadeira alavanca no combate às mudanças climáticas; (vii) mais conectado - com redes estratégicas de transportes para todo o território municipal e redes digitais com a disponibilização de uma rede 5G, tanto quanto mais ampla possível; (viii) mais Social - aprofundar todas as políticas municipais que promovam o apoio à qualidade do emprego, da educação, das competências, da inclusão social e do acesso equitativo aos cuidados de saúde; (ix) mais próxima dos cidadãos, apoiando estratégias de desenvolvimento conduzidas a partir do local e o desenvolvimento urbano sustentável para todo o concelho. Para as candidaturas aos programas de financiamento comunitário P2020, PRR e PT2030, destacam-se as identificadas com financiamento ou com forte probabilidade de financiamento como: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva), a **Nova Travessia do Rio Lima** entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira, as novas **Áreas de Acolhimento Empresarial** de Alvarães Norte, Barrocelas, Vila Fria, Castelo de Neiva, Cardielos e do Centro Logístico a Sul do rio Lima, o novo Terminal de Cruzeiros, as novas Unidades de Saúde Familiar da **Meadela**, **Alvarães** e Litoral Norte, **Estratégia Local de Habitação**, o **Centro Tecnológico Internacional de Energia Renováveis Oceânicas** e o **Centro de Incubação/Aceleração do Mar**



5

“VianaSeaBusinessCenter”. Estamos a garantir mais investimento. Juntos continuaremos a construir o futuro e a derrotar os monstros sejam eles a guerra, a inflação ou as epidemias.

GRANDES OPÇÕES DO PLANO



EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CONHECIMENTO - A **Educação** assume-se como um pilar fulcral para o desenvolvimento humano sustentável do concelho. Alinhado por este desiderato, e no âmbito das competências que lhe são conferidas, o Município continuará apostado em garantir as condições para o acesso à Educação de qualidade e equitativa e em promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos, apostando na promoção do sucesso escolar e no processo interinstitucional de combate ao insucesso e abandono escolar, em parceria com os agrupamentos escolares. Para o ano de 2023, temos como prioridade a conclusão da **elaboração do Projeto Educativo Municipal**, transversal a todo o território e níveis de ensino, que permita desenvolver uma estratégia educativa articulada entre vários domínios (e.g. ciência, cultura, desporto, ambiente, etc.) e simultaneamente, reforçar os impactos dos projetos de desenvolvimento curricular existentes. Pretendemos também revitalizar a **Rede Escolar de Ciência** e de **Apoio à Investigação Científica**, dinamizando o potencial dos **Laboratórios** e **Unidade de Memória** instalados nas escolas sede de agrupamento do concelho, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular conferida às escolas, e do **papel da ciência** na construção do conhecimento e de metodologias ativas nos processos de ensino e aprendizagem. Paralelamente, continuaremos a investir nos equipamentos educativos, assim



como daremos continuidade ao **Programa de Requalificação e Modernização** do Parque Escolar do Concelho, reforçando também a capacidade infraestrutural necessária para a promoção plena da **Educação Digital**. Assim, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida a segunda maior fatia do Orçamento, **num reforço superior a 300 mil euros relativamente a 2022**, representando **8,7 M€ (13,7%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP). **CULTURA** - Relativamente à **Cultura**, a candidatura de Viana do Castelo a **Capital Europeia da Cultura 2027** permitiu-nos uma reflexão e um diálogo com os cidadãos e com as instituições culturais, trabalho que nos permite construir e implementar um projeto seguro, comum e mobilizador, que continuará a sintetizar o lema **“VIANA, MAR DE CULTURA”**, que permitirá exprimir todo o nosso potencial. Para além da elaboração de uma estratégia de desenvolvimento, alavancada pela cultura, a candidatura permitiu ainda criar uma consciência estratégica nos atores, predispondo-os a encetar um trabalho colaborativo, articulado e inclusivo, aberto à inovação e à mudança, com vocação e dimensão europeias, que será potenciado pela **criação e instalação do Conselho Municipal da Cultura**, processo em desenvolvimento e que pretendemos concluir em 2023 e nos anos seguintes. Este projeto coletivo continuará a ser a força motriz para integrar a oferta cultural no desenvolvimento de soluções urbanas sustentáveis, para a qualificação dos nossos agentes culturais, para estimular a criação artística e cultural, para fazer desta cidade um espaço de diálogo entre culturas e de educação para uma cidadania comprometida com a diversidade e aberta à afirmação da nossa dimensão europeia e internacional. Para além da aposta numa oferta cultural diversificada, com uma programação que associa formas de expressão tradicionais com outras mais contemporâneas, pretendemos ainda: 1. **Consolidar** o programa de **descentralização cultural nas freguesias** do concelho; 2. **Reforçar** o programa de apoio à **valorização do património histórico e religioso nas freguesias**, apostando na reabilitação destes edifícios, e potenciar o Turismo no âmbito do Caminho Português da Costa; 3. **Estabilizar** o Programa **“Embaixadores da Cultura Vianense”** visando a retoma da atividade de Grupos Folclóricos e Bandas Filarmónicas (apoio ao nível das infraestruturas, realização de atividades e deslocações para atuações fora do concelho); 4. **Projetar** os principais eventos culturais, reforçando a sua atratividade e relevância para a dinamização cultural, económica e estratégica de desenvolvimento do concelho. O ano de 2023 **marcará o início de um ciclo de investimentos materiais e imateriais** que pretendemos consolidar ao longo dos anos seguintes, resultando



num **esforço** superior a **3,9 M€ (6,1%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP). **DESPORTO E LAZER** - Viana do Castelo é "**Cidade Europeia do Desporto 2023**". Assumimos o propósito de projetar o concelho no plano nacional, europeu e internacional como referência na área do desporto e do bem-estar. Somos um concelho que vive e respira desporto, resultado de uma extensa rede de clubes, associações e coletividades e, por isso, a visão do Município passa necessariamente pelo estímulo da prática desportiva formal e informal, investindo, nesse sentido, na formação de atletas, em técnicos e dirigentes, bem como no incentivo de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, promovem a prática desportiva, levando a bandeira de Viana do Castelo a todo o mundo. Está distinção obriga-nos a investir na priorização da política desportiva municipal, contribuindo para aumentar o número de praticantes de atividade física e conquistando melhores condições para os nossos atletas. Contamos com o envolvimento e participação ativa de todos os vianenses, atletas, clubes e associações na afirmação de "**Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto 2023**", difundindo o espírito de Viana do Castelo como uma Cidade Europeia do Desporto, que trabalha a inclusão das classes socialmente desfavorecidas e das pessoas com deficiência. Pretendemos que 2023 concretize o impulso para que, em espírito de união e mobilização com todas as coletividades e comunidade, continuemos a investir na formação das crianças e jovens, no acompanhamento dos seniores, estimulando o bem-estar físico e mental dos cidadãos de todas as idades e classes sociais, assegurando, acima de tudo, a promoção e o desenvolvimento do **Desporto para Todos**, conforme estabelecido na Carta Europeia do Desporto para Todos. Pretendemos continuar a potenciar as infraestruturas naturais que o concelho dispõe, através da implementação de uma **Estratégia Municipal para o Desporto de Natureza**, consolidando a estratégia implementada nas Náuticas e consolidando outras atividades desportivas de natureza. Desta forma, procuraremos reforçar as Infraestruturas de Desporto de Natureza (**Outdoor**), posicionando Viana do Castelo como destino de referência, capitalizando as condições naturais de mar, rio, vento, monte, praias e costa atlântica de excelência e requalificada. Daremos também continuidade à requalificação das infraestruturas existentes e iniciaremos, finalmente, a **construção** da "**CIDADE DESPORTIVA**", criando um corredor verde desportivo entre a Praça Viana e o Complexo Desportivo Manuela Machado, dotando-o de infraestruturas de desporto e lazer. Outro dos desígnios do Executivo é criar condições para o **Aumento da Prática do Desporto Adaptado** através de protocolos entre o Município e os clubes para que criem secções de desporto



adaptado, através da reestruturação e apetrechamento das infraestruturas desportivas. Pretende-se, ainda, aprofundar o **Apoio ao Rendimento Desportivo** através da criação de uma Unidade de Apoio de Alto Rendimento na Escola, em parceria com os Agrupamentos Escolares, e da criação do Gabinete de Otimização do Treino Desportivo, em parceria com o IPVC. Em consequência, da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida a quinta maior fatia do Orçamento, num **aumento superior a 2,6 M€** relativamente a 2022, representando **6,6 M€ (10,35%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP's). **COESÃO SOCIAL E JUVENTUDE** - A **Coesão Social** assume-se como um eixo fundamental das políticas adotadas pelo executivo. O investimento na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos é absolutamente fundamental para um concelho socialmente justo e equilibrado. A rubrica da **Coesão Social** é, uma vez mais, **reforçada** assumindo um papel de grande relevância no apoio às **famílias** e às **Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)**, verdadeiros agentes no combate às desigualdades sociais e no apoio às famílias em todas as faixas etárias. Este será um ano desafiante, consequência da conclusão do processo de transferência de competências no domínio da ação social para o município, que assumirá toda a **responsabilidade de gestão do serviço de atendimento e apoio social**, assim como do **Rendimento Social de Inserção**. Toda a gestão processual de apoio e acompanhamento às famílias será, a partir de 1 de janeiro de 2023, gerida pelos serviços municipais. Para que a transição decorra com total normalidade, os primeiros meses serão de trabalho conjunto com as instituições, atualmente responsáveis através de protocolos com a Segurança Social. Estabelecemos como objetivo, **até junho de 2023**, garantir as condições humanas e físicas para assumir toda a responsabilidade da descentralização. Será ainda garantido o reforço da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social (CLAS), órgão timoneiro das políticas de ação social implementadas no município, única plataforma que garante a participação ativa de todos os parceiros sociais, espaço de planeamento, de avaliação, de decisão e de articulação com as diretrizes que o Município pode/deve assumir. A população migrante do concelho aumentou significativamente, exigindo ao Município robustez na sua ação. Os pressupostos associados à chegada são diversos: para trabalhar, outros para estudar, mas todos com o objetivo transversal de se fixarem em Viana do Castelo. O desenvolvimento de programas de acolhimento é absolutamente determinante para um verdadeiro acolhimento e integração responsável e sustentada. O Plano Municipal para Integração de Migrantes é o mecanismo



chave para apoiar esta população, assim como a **equipa de 5 mediadoras** que está em funções, equipa imprescindível para um acolhimento verdadeiramente inclusivo destes novos residentes, **posicionando Viana do Castelo como um concelho socialmente ativo**. No plano da ação, a população migrante continuará a ser apoiada através do **CLAIM** - Viana do Castelo e do **Plano Municipal para Integração de Migrantes**, tendo como objetivo alargar as respostas de apoio e orientação à comunidade migrante, bem como da **equipa de mediadores interculturais** que promovem uma orientação direta. Será, também, um ano exigente, em resultado do processo de descentralização e respetiva conclusão, transferindo um conjunto de competências como o **Serviço de Apoio e Acompanhamento Social** e os protocolos de **RSI**, até agora geridos pela Segurança Social, implicando um aumento de recursos humanos associados e de respostas sociais prestadas pelo Município. Assim, o maior valor projetado assentará na materialização através de acordos e protocolos com IPSS's, garantindo condições de funcionamento e sustentabilidade às mesmas para que, desta forma, garantam respostas efetivas às necessidades identificadas na população, sendo que a Rede Social de Viana do Castelo continuará a ser o motor de combate às desigualdades sociais ainda existentes. A conclusão do **Diagnóstico Social de Viana do Castelo** e do **Plano de Desenvolvimento Social**, documentos orientadores da ação a desenvolver no Município, garantem as condições para a consolidação das políticas públicas municipais no domínio social. Com um investimento superior de **3 M€**, damos continuidade e reforçamos o espaço de atuação da Rede Social de Viana do Castelo, através dos parceiros do Conselho Local de Ação Social, garantindo investimento nos equipamentos das IPSS's e subindo de forma expressiva o apoio direto às famílias com o programa **"Mais Família"**, que será constituído por um conjunto de ações e medidas de apoio, nomeadamente com o aumento de vagas nas creches. Ainda no plano do apoio, atração e fixação de jovens e jovens talento (incluindo casais), **manteremos a isenção de taxas urbanísticas** para jovens com idade inferior a 35 anos e na condição de construção ou reabilitação de primeira habitação. Parte significativa do **investimento nas políticas de juventude** resulta da confiança que o Município reconhece na ação da juventude vianense, pelo que **reforçamos** a aposta nos projetos dedicados aos mais jovens, porque é na valorização e incentivo à iniciativa jovem que temos alicerçado a concretização da nossa estratégia, envolvendo os jovens nos processos e nas políticas que a eles se dirigem, **estabilizando**, nesse sentido, as **Políticas Municipais de Juventude**. O investimento nas políticas de juventude,



centradas nos princípios da **cidadania**, tem-se pautado por uma clara resposta às necessidades, aos objetivos e às causas identificadas pelos jovens, enquanto parceiros privilegiados do Município, com vista à criação de uma política municipal de juventude assente em **ações planeadas e sustentáveis**. Neste sentido, mantém-se a **aposta** nos projetos base do **Gabinete da Juventude**, nomeadamente o **Cartão Jovem Municipal**, que assume como principal missão facilitar a fixação e vivência dos jovens em Viana do Castelo, potenciando descontos no comércio, serviços, cultura, desporto, saúde, entre outros, assumindo-se assim como um veículo de promoção do comércio tradicional e das atividades culturais e desportivas junto dos jovens. A atribuição de **Bolsas de Estudo** aos alunos matriculados ou inscritos no 1º ciclo do ensino superior, residentes no concelho de Viana do Castelo, é outra medida que será continuada com vista a estimular a frequência dos estudos pelos alunos de contexto económicos mais frágeis. Reforçamos, ainda, a nossa aposta nas ideias e projetos das jovens gerações, através do programa **“Viana Jovens com Talento e Viana Jovens Empreendedores”**. Com o objetivo de reforçar e dar uma maior visibilidade aos vencedores, estes passarão a ser concursos bianuais. Esta opção trará um maior empenho e uma maior divulgação e dedicação aos projetos vencedores, permitindo destacar empreendedores e talentos em anos diferentes, bem como a execução dos projetos antes da abertura de novos concursos. O projeto **“Viana Jovem”**, revista da juventude, consolidou-se em 2022, pelo que será aposta com continuidade, para que seja possível a toda a comunidade conhecer e reconhecer o que de melhor se faz no território pelas e com as jovens gerações. Muitos destes jovens integram associações juvenis do concelho, todas elas membros ativos do **Conselho Municipal da Juventude**, espaço privilegiado de diálogo e auscultação, que permite incorporar a participação de jovens na discussão, definição e avaliação das políticas de juventude, assegurando a coautoria das mesmas. O espírito associativo que estas organizações preservam e potenciam e que o Município apoia são catalisadores de comunidades mais abertas, inclusivas e plurais, sendo a sua visão e ação essenciais para a construção de uma igualdade de oportunidade para a juventude. Para melhor estruturar o forte investimento e aposta do Município na juventude estabelecemos como um compromisso a criação de um **Plano Municipal de Juventude**, agregador de uma visão transversal, intersectorial e coerente da autarquia para as jovens gerações, fomentando o princípio de uma **“Cidade Amiga da Juventude”**. Este **instrumento estratégico** para o Município, que está atualmente **em fase de diagnóstico**, será elaborado e



concluído nos anos de 2023 e 2024 e pretende reforçar a participação efetiva dos jovens nos processos de decisão e na sociedade, bem como aprofundar a agenda para a emancipação condigna da juventude, com particular incidência na educação, habitação, emprego, natalidade e mobilidade. Todas as opções do PAO potenciam a qualidade de vida para os jovens do concelho, desde o desporto, à educação, à participação ou ao ambiente, atingindo a sua plenitude com o investimento em infraestruturas e em programas de apoio ao talento, ao associativismo e ao empreendedorismo jovem. **SAÚDE** - O combate à pandemia não cessou totalmente, por isso continuaremos a apoiar as populações, a implementar incentivos e apoios a entidades como a Cruz Vermelha, Bombeiros Voluntários e IPSS's. **Asseguraremos** sempre que todos os cidadãos tenham **acesso a serviços de saúde de qualidade, independentemente da sua condição económica e do local onde residam**, bem como a **equidade na distribuição dos recursos**. A existência de inúmeros determinantes da saúde, que podem influenciar a saúde das pessoas e das comunidades, pressupõe uma perspetiva holística da saúde. A temática dos ambientes e estilos de vida saudáveis está fortemente associada aos fatores que mais influenciam a saúde: fatores comportamentais e de estilo de vida, genética, nível socioeconómico, educação, fatores geográficos ou ambientais, económicos, sociais e culturais, tipo e qualidade dos serviços de saúde prestados. As intervenções desenvolvidas no quadro deste domínio estratégico visam, a montante, promover a prevenção de doenças e a adoção de estilos de vida saudáveis e, a jusante, melhorar a resposta do SNS às necessidades dos cidadãos (aumentando a qualidade da prestação de serviços e a abrangência da provisão de serviços), mas também torná-lo mais resiliente, conjugando respostas urgentes com o normal funcionamento do sistema, capaz de se adaptar às mudanças estruturais (e.g. envelhecimento da população) e, em simultâneo, resistir às pressões conjunturais (e.g. atual situação vivida com a pandemia). Por conseguinte, é uma prioridade não só apostar fortemente na saúde preventiva, na literacia em saúde e na proteção dos que não estão doentes, mas também dotar o sistema de saúde municipal de instrumentos tendentes a incrementar a capacidade de responder melhor e, de forma mais adequada, às necessidades e expectativas dos cidadãos, de se renovar e reorganizar e, simultaneamente, de reduzir as desigualdades, promovendo a acessibilidade, a proximidade, a equidade e a universalidade no acesso à saúde. Desta forma pretendemos: **1. Definir e implementar a Estratégia Municipal da Saúde**, com destaque para a temática da **saúde mental**, que garanta a criação de respostas residenciais na comunidade,



assim como a implementação de um programa de apoio ao cuidador informal; 2. **Qualificar as instalações e os equipamentos** de saúde existentes, adaptando estes equipamentos aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde, assegurando melhores condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais, incluindo, em articulação com a ULSAM, um programa para requalificação e ampliação do hospital distrital, que garanta ganhos na qualidade dos serviços prestados e a implementação de novas valências/serviços de saúde; 3. **Aumentar** a capacidade de resposta na prestação de cuidados de saúde de proximidade com a **construção de 3 novas Unidades de Saúde** (Unidade de Saúde da Meadela, Alvarães e Litoral Norte - Afife, Carreço e Areosa); 4. **Implementar** um conjunto de projetos que visem a promoção de estilos de vida saudáveis; 5. **Criar**, em parceria com os cuidados primários da ULSAM, uma unidade de investigação, inovação e desenvolvimento para os cuidados de saúde na comunidade. Em consolidação da combinação dos Planos de Atividades e Plurianual de Investimento será garantida **um aumento superior a 590 mil euros relativamente a 2022**, representando **2,3 M€ (3,7%)** nas Grandes Opções do Plano (GOP).

HABITAÇÃO E URBANIZAÇÃO - A **Habitação** continua com uma relevância estrutural no presente orçamento. A procura e o desafio da execução da Estratégia Local de Habitação (ELH), desenhada pelo Município e que está a ser concretizada, numa primeira fase, através do **Programa 1.º direito**, exigem de todos uma absoluta dedicação para a sua concretização, num investimento total de **27 M€ até 2026**, **18 M€** a executar pelo município na requalificação do parque habitacional, construção e aquisição de terrenos e/ou habitação para responder às necessidades identificadas, assim como a construção de uma unidade de alojamento temporário para sem-abrigo. Em 2022 implementamos uma equipa de 7 elementos, dedicada, em exclusivo, à execução do programa do **Programa 1.º direito**. Uma equipa multidisciplinar, que integra assistentes sociais, psicóloga, arquiteto, engenheiro, jurista e economista, que desenvolve um trabalho conjunto com as equipas de projeto, licenciamento, obras públicas, jurídico e coesão social do Município, ou seja, todos os serviços públicos internos e externos. Foi um ano de desenvolvimento de projetos que se traduzirá no lançamento de concursos no primeiro trimestre de início de 2023. A 2.ª fase da ELH, em discussão interna, em concertação com as equipas responsáveis pelas tarefas de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), tem como objetivo adotar uma estratégia de reequilíbrio do mercado, promovendo soluções diversificadas, economicamente sustentáveis e que estimulem a oferta para todos os estratos



socioeconómicos e intergeracionais a preços compatíveis com o rendimento dos vianenses e atrativos para novos residentes, vai ser efetivada no decorrer de 2023. A **Reabilitação Urbana**, através do programa do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), permitiu operacionalizar intervenções significativas na área urbana - Darque e na UF Viana do Castelo (Santa Maria Maior e Monserrate) e Meadela -, no valor aproximado do **18,7 M€**, nomeadamente na requalificação de espaços públicos, ação que gerou um efeito indutor no investimento privado da reabilitação de edificado particular, que acreditamos ver reforçado no período do **“Overbooking”** do PT2020, que decorrerá em 2023. A estratégia do executivo para a Reabilitação Urbana no concelho disponibiliza um conjunto de incentivos, a empresas e particulares, como isenções no IMT e IMI, deduções no IRC e IRS e aplicação da taxa de IVA a 6% nas **12 Áreas de Reabilitação em vigor** (ARU Alvarães, ARU Barroselas, ARU do Centro Histórico, ARU da Cidade Norte, ARU da Cidade Poente, ARU de Darque, ARU da Frente Atlântica, ARU da Frente Marítima da Amorosa - desenvolvimento de estudo de requalificação urbana integral, ARU da Frente Ribeirinha de Viana do Castelo, ARU Darque Cidade Nova, ARU de Lanheses e ARU de Vila Nova de Anha). Conscientes da emergente necessidade de respostas e encontro de soluções eficazes para as necessidades de habitação da classe média, quer pela opção da aquisição a custos controlados, quer pela opção do arrendamento acessível, promoveremos em 2023 um **“Estudo de Mercado Residencial em Viana do Castelo”**, que terá como **objeto** permitir um **conhecimento técnico aprofundado do setor** na área urbana e concelho, nomeadamente a caracterização da oferta e da procura, bem como da análise de perspetivas e tendências futuras e modos da sua operacionalização. **SERVIÇOS E PROTEÇÃO CIVIL** - A prioridade da ação na área da proteção civil continuará a assentar na salvaguarda de pessoas, bens e animais de companhia. Daremos continuidade ao projeto, desenho e implantação de um **Centro Municipal de Operações de Socorro**, órgão de coordenação de toda a atividade operacional de socorro e emergência, estrutura permanente e integrada que apoiará, em exclusivo, a **Comissão de Proteção Civil Municipal**. No sentido de aprofundar a capacidade de intervenção de todos os serviços, retomaremos e consolidaremos os programas de aquisição de veículos operacionais (nomeadamente de uma ambulância), de formação e o aumento do efetivo, investimentos fundamentais para garantir a operacionalização de todas as saídas de emergência e socorro. **DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO** - É objetivo do Executivo continuar a desenvolver uma estratégia sólida de desenvolvimento e atração/fixação de investimentos



âncora de referência local e internacional que consolidem os Clusters existentes, bem como atraiam e fixem os emergentes, nomeadamente no domínio da Economia Azul/Economia do Mar, estabelecendo o ambiente e condições para a concretização da **Agenda2030 “Economia do Mar”** e dos seus objetivos: (i) Centro Tecnológico Internacional de Energias Renovais Oceânicas; (ii) Plataforma Integrada de Desenvolvimento Sustentável e de Aceleração da Inovação Azul, ancorada no Porto Marítimo; (iii) Alavanca da reindustrialização Azul Através da Construção, Reparação e Conversão Naval; (iv) Destino de Excelência de Experiências Náuticas Sustentáveis de Alto Valor Acrescentado. Aliança entre Tecnológico, Turismo, Recreio, Desporto, Educação, Literacia e Cultura; (v) Maternidade de Vida Marinha com Aquacultura e Pesca Sustentáveis e (vi) Rede de Produtores da Economia do Mar em Viana do Castelo, sobre o lema **“Retoma Através do Mar”**. A delimitação da **“Área Livre Tecnológica (ALT)”** para o setor Offshore, em discussão pública, garantirá um ambiente/ecossistema absolutamente favorável para a afirmação de Viana do Castelo nos domínios da Economia do Mar (nos domínios das biotecnologias marinhas, da indústria das algas, da aquacultura, da energia eólica offshore), traduzida, no imediato, com real e efetiva procura de investimentos, individuais e em consórcio, nacionais e internacionais. Precisamos de um Porto de Mar como fator de desenvolvimento e alavanca das novas oportunidades relacionadas com a Economia do Mar, razão pela qual continuaremos envolvidos na construção do estudo, em desenvolvimento, para a determinação do um novo **PERFIL** para o atual **Porto de Mar**. As transições climática e digital oferecem-nos uma enorme **oportunidade** para que tudo aconteça e seja consequência da **adoção/incremento** de tecnologias no concelho e pelos seus atores, concorrendo para um **verdadeiro território inteligente**, usando a tecnologia para incrementar **qualidade de vida, desenvolvimento económico, sustentabilidade** e, agora, **resiliência** que, neste momento chave de desenvolvimento e de desafio económico e social, garanta a **aceleração** para a **transição digital** do Concelho. É fundamental estabelecer um real **Ecossistema de Inovação** que alcance políticas públicas sábias e inteligentes e que garanta um **“território encarado como um centro de facilidade, voltado para o futuro”**, que **fomente** a inclusão da atividade industrial, mas também do comércio local de proximidade no ambiente da **economia digital**. Assim, continuaremos a apostar nas infraestruturas que qualifiquem a conectividade e a competitividade do Concelho, **com um investimento 16% superior** ao Plano de Atividades Orçamento de 2022. **COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES** - Nesta rubrica destacam-se dois dos mais



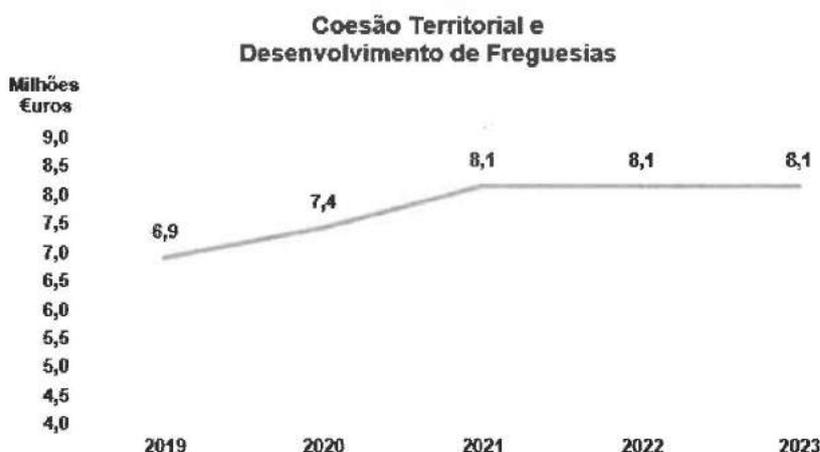
significativos investimentos, considerados estruturantes: a **Nova Via de Acesso à Área Empresarial do Vale do Neiva** (Nova Via de Acesso ao Vale do Neiva) e a **Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 - Deocriste e EN202 - Nogueira**, com financiamento garantido através do PRR. A requalificação e conservação da rede viária municipal e das passagens desniveladas serão sempre investimentos necessários e importantes que desejamos continuar a incrementar. Pretendemos uma **mobilidade sustentável**, pelo que estamos a desenvolver o plano estratégico designado por **“Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PMUS)”** com o objetivo de planear as infraestruturas e o desenho urbano, designadamente na matéria dos modos suaves, dos sistemas de circulação viária e de estratégias coerentes de estacionamento, compatíveis com novas exigências, quer de mobilidade, quer de qualidade do ambiente urbano, promotoras da descarbonização e humanização do território. Concorreremos para a consolidação das ciclovias e ecovias e, em especial, a travessia pedonal do rio Lima. Promover a implementação do novo sistema de transportes públicos e escolares, interurbano e intermunicipal, pela Comunidade Intermunicipal do Alto Minho de forma a garantir o ajustamento e a inter-relação entre os diversos modos rodoviário e ferroviário (sistema intermodal), em termos de rede e do seu ajustamento às especificidades do território, da qualificação dos pontos de paragem e interface e da introdução de tecnologias de suporte, será um objetivo pelo qual trabalharemos, garantindo a sua definitiva concretização. **AMBIENTE, QUALIDADE DE VIDA E TRANSIÇÃO CLIMÁTICA** - O Ambiente continuará a ser interpretado de uma forma integrada e sustentável. O bem-estar coletivo, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são objetivos de um desenvolvimento sustentável. É nesse propósito que a rubrica do ambiente se projeta dando, por isso, importância à educação ambiental e aos investimentos que assegurem a estratégia municipal de adaptação às alterações climáticas. Nesse sentido, estabelecemos para 2023, entre outros, dois grandes projetos de amplitude ambiental, para os quais precisamos de um envolvimento coletivo, e que são a operacionalização do **“Plano Municipal de Eficiência Energética”** e do **“Plano Municipal de Poupança de Água”**, que integram a campanha **“poupar hoje para garantir o amanhã”**. Sempre materializamos uma política assente no respeito pela natureza e no desenvolvimento sustentável do concelho. Por isso, medidas que visam a eficiência energética e a eficácia na gestão de recursos naturais, como a água, são já uma realidade nas políticas municipais que pretendemos agora aprofundar. Temos



consciência que são projetos ambiciosos, mas a nossa pegada e consciência ambiental obrigam-nos a avançar e agir de forma responsável. Daremos, também, continuidade aos investimentos de **ampliação** nos domínios do **abastecimento de água** e das **redes de drenagem de águas residuais e pluviais**, de forma transversal ao concelho, num investimento superior a **4 M€**, no momento, já em cumprimento de formalidades e procedimentos de concurso de empreitada pública. Ainda no domínio das infraestruturas básicas continuaremos a pugnar, junto das Entidades **Águas do Norte e Águas do Alto Minho**, pelos investimentos na ampliação (responsabilidade das AdN), requalificação/renovação e ampliação de redes de abastecimento de água e saneamento. Relativamente aos resíduos sólidos urbanos, e com a selagem definitiva do antigo aterro em Vila Fria, cimentaremos projetos como o da compostagem, separação e da sensibilização para a mudança de comportamentos sustentáveis com foco nos bioresíduos. Os espaços florestais, através do Plano Municipal de Execução de Gestão Integrada de Fogos Rurais, em substituição do Plano Municipal de Defesa da Floresta, onde se inclui a rede de defesa da floresta contra incêndios, como as faixas de gestão de combustíveis, a rede de pontos de água e a rede viária florestal, continuarão a garantir e consolidar a cooperação com todos os agentes da gestão e proteção civil, com particular destaque com a Associação Florestal do Lima (AFL) - SF 08-111, com a Comissão de Compartes do Baldio de Carvoeiro - SF 03-111 e com a Associação para a Cooperação Entre Baldios (ACEB)- SF 21-111, organizações que garantem o normal e a desejável operacionalização das equipas de Sapadores Florestais respetivas, **num esforço financeiro do Município superior a 400 mil euros**. A requalificação de áreas naturais, dos espaços classificados como Monumentos Naturais, Rede Natura 2000, a rede hidrográfica e margens de rios e as praias são domínios que investiremos com prioridade. A classificação da Serra d'Arga e o Geoparque são projetos que se destacam pela multidisciplinaridade e sustentabilidade do território que queremos **valorizar, proteger e requalificar**. Afirmamos a integração dos espaços naturais e rurais no Turismo, promovendo ações e investimentos que valorizem o nosso património natural, a cultura, tradições, desporto da natureza e a nossa gastronomia. Como exemplo, tomamos a classificação da Serra D'Arga e o projeto em desenvolvimento sobre os Garranos e suas dinâmicas, espécie autóctone que pode impulsionar o turismo equestre, impactando a economia local e regional. O elevado potencial de atratividade e qualidade, amplificado, projetarão, ainda mais, o reconhecimento da região como destino de excelência e de valor natural como o projeto do Geoparque revela. O



Observatório do Litoral Norte, o Observatório Internacional da Serra D'Arga, onde se destacará o Instituto Internacional de Equinologia, as Portas do Geoparque, o Parque Ecológico Urbano, associados à rede de trilhos da Rede Municipal dos Percursos Pedestres e a criação de uma rede de Miradouros e Parques de Recreio e Lazer, constituem investimentos a que queremos dar continuidade e valorizar, promovendo holisticamente as políticas municipais do ambiente com a educação, a cultura, a saúde e o desporto. O setor da agricultura e os espaços rurais do concelho fazem parte da estratégia de valorização: Áreas como a do PIERARCA e a bolsa de terras, permitirão incrementar a exploração dos terrenos abandonados e apoiar os jovens nesses investimentos, incentivando a produção local tradicional e biológica, com excelente contributo para a redução da pegada ecologia e alcance da desejável neutralidade carbónica em 2050. **COESÃO TERRITORIAL / FREGUESIAS**



Um território cada vez mais coeso só é possível através de um sistema que promova a inclusão social e a equidade através de uma maior igualdade de competências territoriais, pelo que continuaremos a promover uma cada vez melhor articulação com as Uniões e Juntas de Freguesia, porque são os nossos agentes de desenvolvimento integrado e o garante da Coesão Territorial e Social do concelho. Assim, para continuar a garantir o desenvolvimento da Cultura e do Desporto como fatores de Coesão Social e Territorial, onde todos estabelecemos a estratégia, criamos cultura, executamos, exibimos e difundimos a nossa identidade e os nossos bens culturais, desportivos e sociais, estabelecemos **8,1 ME (12,8%** das Grandes Opções do Plano), no Plano de Atividades Municipais para investimento da iniciativa das Uniões e Juntas de Freguesias. **GOVERNANÇA, TRANSIÇÃO DIGITAL E INOVAÇÃO** - A aposta contínua na qualificação das pessoas, alicerçada numa forte aposta na inovação tecnológica e na difusão do saber e do



conhecimento - através de um novo modelo de cooperação entre o Município, a Academia e os Centros de Investigação e Desenvolvimento- aumentará a qualidade da literacia digital e reforçará o ecossistema de inovação no concelho, garantindo prosperidade. Estamos efetivamente comprometidos com uma real transição digital de Viana do Castelo, garantindo um concelho mais digital e, conseqüentemente, mais competitivo e reconhecido internacionalmente. Assumimos a digitalização como motor transversal de crescimento e inovação em todos os setores de intervenção municipal. É nosso objetivo concluir a reestruturação da instituição Município e respetiva organização, adequando-a a uma sociedade atuante e digital, garantindo uma instituição de confiança que assente a sua missão numa contínua melhoria e proximidade e que avalize uma gestão municipal aberta à sociedade e às empresas, impactando o concelho nos contextos local, regional e internacional. Assim, aproveitaremos o potencial transformador do digital para posicionar o município nos diferentes sectores na vanguarda do Digital e da Inovação com: 1. **Instalação** de incubadoras para a criatividade e arte digital, com ligação ao ensino superior, contribuindo para a afirmação de Viana do Castelo como uma **"Smart City"**; 2. **Capacitação** e inclusão digital, através da criação de um programa de digitalização para as escolas, criação de um programa de formação intensiva e especializada na área digital para profissionais empregados e desempregados e lançar uma **Academia Criativa** para a inclusão digital; 3. **Transformação** digital do tecido empresarial através da criação de um **"Digital Innovation Hub"** - redes colaborativas que incluem centros de competências digitais específicos, com o objetivo de facilitar a disseminação e adoção de tecnologias digitais avançadas por parte das empresas; 4. **Promoção** da transição digital do município, melhorando processos internos e apostando na desmaterialização em todas as áreas, agilizando a comunicação entre a sociedade e os serviços municipais. Entendemos a Digital e a Inovação como o caminho, porque somos cidadãos e eleitores mais conscientes da sua corresponsabilidade sobre a **"Polis"** e da sua gestão, que procuram modelos e mecanismos bem estabelecidos de transparência e exigem papéis diferentes de atuação do poder público e autárquico, procurando para si uma forma própria de se relacionar com eles e indagando a promoção de mudanças disruptivas e impactantes, as quais implicam grandes transformações das políticas públicas e respetivos relacionamentos e novos modelos de administração que garantam a partilha de informação e participação social. Continuará a ser um processo partilhado e construído com um conjunto de agentes relevantes do território,



destacando o nosso Conselho Empresarial Estratégico, o Instituto Politécnico e todos os Movimentos Empresariais, Sociais, Cooperativos e rede de parceiros institucionais e outros que o Município integra, como o *"DataColab"*, a Aceleradora, as Incubadoras, ou possa vir a integrar." E "Viana do Castelo está na linha da frente dos municípios com melhores práticas no âmbito do Sistema Público Municipal de Gestão de Resíduos Urbanos (SPMGRU), estando em linha com o Plano Estratégico Nacional para os resíduos urbanos e com o plano de investimentos concretizado pelo Sistema de Gestão Resíduos Urbanos gerido pela Resulima. Os Serviços Municipalizados de Viana do Castelo (SMVC) iniciaram um novo ciclo de gestão em 2021, um novo executivo municipal e um novo conselho de administração dos SMVC. Esperança foi a palavra que mais utilizamos em 2022, apostamos na comunicação para demonstrar o que de melhor fazemos, reforçamos as parcerias com as escolas do concelho e com a academia, designadamente, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo. Para 2023 prevemos que desta parceria comecem a emergir resultados, jovens mais consciencializados com o ambiente, jovens mais responsáveis e conhecedores da importância que uma correta separação e gestão de resíduos pode ter no presente e no futuro. Reforçar as competências e responsabilidades dos SMVC será também um desafio, a limpeza de praias à semelhança de 2022, desmatação de ecovias e manutenção de passadiços será da total responsabilidade desta equipa, que será inevitavelmente reforçada em 2023. A preocupação e cuidado com a limpeza pública, mantendo o patamar de excelência destes serviços, o reforço de projetos como o "Viana Abraça" potenciando a recolha de bioresíduos e o reforço da recolha de têxteis farão também parte da nossa missão para 2023. A redução da deposição de resíduos em aterro é um objetivo para cumprir, quer para diminuir a despesa dos SMVC podendo canalizar essas verbas para investimento, quer para contribuir para um ambiente melhor. O investimento em equipamentos sofisticados para responder às necessidades identificadas pela população está nos nossos horizontes, assim como a otimização e modernização dos nossos sistemas e recolha, sistemas estes já muito avançados, como é o caso da carga lateral onde fomos pioneiros. A formação será também um desafio, colaboradores com maior formação tem como resultado melhores serviços prestados à comunidade, entendemos que a formação é a base para qualquer trabalhador ter consciência dos seus direitos e deveres no local de trabalho, queremos contribuir para ter trabalhadores melhor informados e conscientes das funções que desempenham. O bem-estar dos nossos colaboradores, recursos essenciais para manter o bom funcionamento dos SMVC continuará a ser uma das nossas prioridades, por isso vamos investir para que estes tenham ainda melhores condições no seu local de trabalho. A certificação integral de toda a organização, nomeadamente em termos dos normativos da qualidade, ambiente, higiene, segurança e saúde, de responsabilidade social e investigação, desenvolvimento e inovação continuará a ser uma aposta estratégica para que possamos estar na linha da frente na altura de aceder a candidaturas para melhoria dos sistemas de recolha de



resíduos e inovação através de alguns projetos piloto que estão a ser preparados. Todo o trabalho que pretendemos fazer não seria possível sem o reforço da participação dos SMVC na rede de parcerias a que pertence, esta, é também uma aposta crucial para atingir as metas a que nos propomos, é nestes fóruns que encontramos os parceiros adequados para evoluir e partilhar o que de melhor se faz nacional e internacionalmente. Estas parcerias, nomeadamente: a Associação de Limpeza Urbana (Parceria para cidades + inteligentes e sustentáveis), a Associação para a Gestão de Resíduos (ESGRA) e a Association of Cities and Regions for sustainable Resource Management (ACR+), permitem-nos adquirir e partilhar conhecimento no domínio da gestão dos resíduos e da limpeza pública. Deste modo, destacamos o reforço de competências dos SMVC e o empenho no plano estratégico (PERVIANA 20230) que queremos ver terminado e executado até 2030, só assim conseguiremos garantir que continuamos na linha da frente na Gestão de Resíduos Urbanos, na limpeza pública e em todos os serviços que os SMVC prestam aos cidadãos. (a) Luis Nobre.”. Finda a discussão e analisados todos os documentos, procedeu-se à votação tendo-se obtido o seguinte resultado:- 4 votos a favor 2 votos contra e 2 abstenções, pelo que foi deliberado propor os referidos documentos à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com as disposições conjugadas do artigo 33º, número 1, alínea c) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação e do Regime Jurídico instituído pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL). Por último, foi ainda deliberado que os mencionados documentos não ficassem transcritos na acta, pelo que, depois de assinados por todos os Membros presentes da Câmara Municipal e por eles rubricados em todas as folhas, ficam arquivados na pasta anexa ao livro de actas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 45.362, de 21 de Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 334/82, de 19 de Agosto. Esta deliberação foi tomada por maioria com os votos favoráveis do Presidente da Câmara e dos Vereadores Manuel Vitorino, Ricardo Rego e Fábíola Oliveira os votos contra dos Vereadores Eduardo Teixeira e Paulo Vale e a abstenção das Vereadoras Ilda Araújo Novo e Cláudia Marinho. Por último, foram apresentadas as seguintes declarações de voto:- **DECLARAÇÃO DE VOTO DO CDS/PP** - Um ponto prévio e necessário. Em Dezembro de 2021, aquando da minha intervenção e declaração de voto sobre o Plano de Actividades e Orçamento respeitante ao ano de 2022, ainda em curso, afirmei, entre outras coisas menos simpáticas, “não nos revermos nenhuma ligeireza e vacuidade da apresentação de parte das propostas inclusas na nota explicativa e introdutória”. Durante este fim de semana de reclusão, ao estudar e fazer uma aturada leitura comparativa dos Planos de Actividades e Orçamento de 2022 e de 2023, apercebi-me do seguinte:



os dois exemplares do PAO para 2022 que recebi, em papel – sim, foram dois os que recebi, em papel -, bem como o que recebi por e-mail, tinham em falta 17 páginas de nota explicativa. Remeteram-me, pois, apenas 4 das 21 páginas que deveria receber. Mais: estavam paginadas, sem qualquer falha, pelo que não terá sido algum problema com a reprodução. 17 páginas a menos!!! Espantoso e inexplicável, no mínimo. Mas isto explica o meu desagrado e os termos da apreciação que fiz então. Não sei se na altura terá ficado a ideia de alguma ligeireza e injustiça da minha parte. Não foi o caso. Apenas não tinha os elementos suficientes! Indo agora ao PAO para 2023. Noutro registo. A hora vai avançada e tendo presente que a economia, as finanças e a ideologia já foram escalpelizadas pelos senhores Vereadores que me antecederam, tentarei em representação do CDS, ser positiva, construtiva, esperançosa e breve! Com esse propósito entendi encurtar o que tencionava aqui afirmar esperando ter tido a lucidez para que, o que mantive, continue coerente e articulado. Assim sendo, é de inteira justiça afirmar que a nota explicativa e introdutória é pormenorizada, clara e elucidativa. Articulada. Continua a verificar-se a transição de intenções e da concretização de diferentes objectivos ao longo do tempo, decorrentes da sua plurianualidade, que justifica elencar as intenções vindas de trás, em progresso ou a executar. Apesar de, valha a verdade, não passarem por aqui, pela reunião de Câmara, a maior parte das decisões relativas aos Planos de investimento e municipais, temos que reconhecer a ambição e de lhes desejar sucesso. Contudo, não posso deixar de chamar a atenção para os imponderáveis, os constrangimentos e contingências surgidos recentemente e que se anteveem, decorrentes da inflacção e da Guerra na Ucrânia. Justificam que haja algum cuidado, reserva e sensatez na definição das prioridades. Daí que na reunião preparatória das principais linhas orientadoras do Plano de Actividades e Orçamento para 2023, pese embora os compromissos do Plano de Actividades e Orçamento e as suas implicações na sua componente plurianual, o CDS-PP entendeu ser de propôr que fossem consideradas algumas sugestões que não afectariam de forma significativa as receitas e o equilíbrio financeiro da Câmara. Dissemos e reiteramos na reunião o que já fizemos aqui hoje. Que nestes tempos de dificuldade generalizada, devam os residentes no Concelho receber um sinal inequívoco de que são uma prioridade para o executivo. Isso é determinante para o CDS-PP. É um princípio sempre presente, quer nas suas intervenções e propostas, quer nas decisões que acompanha e que - é nossa convicção -, têm sido sensatas, construtivas e imbuídas de um espírito de contribuição para um melhor governo local. Na verdade, uma das principais preocupações e obrigações da autarquia, como órgão de proximidade privilegiado, é - tem de ser -, o bem-estar



das pessoas, dos seus munícipes. Que também se afirma neste Plano de Actividades e Orçamento, que cito: “criar a mudança e qualidade de vida dos Vianenses”, “uma política fiscal do município para as famílias”. Contudo, e paradoxalmente, tal não se verifica. É certo que o executivo tem cumprido no apoio às iniciativas que lhe são solicitadas nas diferentes áreas, sejam elas social, desportiva, cultural, turística ou outra que, reconheça-se, continua a contemplar neste plano de Actividades e Orçamento para 2023. Mas deve também ter a iniciativa de proporcionar de forma palpável, concreta, medidas que façam a diferença no “bolso” cada vez mais vazio dos residentes. Lembro que há notícias veiculadas pelos Serviços de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), que relatam que, actualmente, há mais de 1200 processos de pessoas com carência alimentar e económica no Concelho. São dificuldades sociais generalizadas, o que nos levou a falar sobre as taxas municipais, na reunião preparatória na audição que nos fez sobre o PAO, e que referimos aquando da apresentação e da votação da proposta da maioria socialista, constante no ponto 9 da Ordem de Trabalhos de hoje, a fixação do IMI. Seria uma clara forma de apoio, que com toda a certeza seria bem acolhida por todos, face aos tempos difíceis que já correm e que, presumivelmente, irão piorar, mas que não foi contemplada na dimensão que esperávamos. Pelo contrário. Foi “dar com uma mão e tirar com a outra”. Mas adiante. Apraz-nos registar ter sido considerada outra das propostas do CDS. É consabido que o CDS-PP reconhece o esforço do investimento da autarquia na Educação em todas as suas vertentes. Não tem apenas presente o que decorre das competências transferidas e aceites e da descentralização. Ainda assim, entendemos ser de salientar, nessa reunião preparatória, a desigualdade das condições de funcionamento que oferecem algumas escolas do Concelho, essencialmente na zona urbana, dadas as necessidades prementes de intervenção. Concretamente, referimo-nos às Escolas EB2,3, da Abelheira, e à EB2,3 Pedro Barbosa. Foi já reconhecida, publicamente e aqui, a prioridade da intervenção na Escola EB2,3 da Abelheira e sobre a qual fiz aqui várias intervenções. Não obstante, e uma vez mais (porque já o propusemos no anterior PAO e ainda em curso), o CDS-PP propôs que fosse sinalizada formalmente a intenção de realizar em breve essa intervenção, através de dotação a inscrever neste Plano de Actividades e Orçamento. O mesmo dissemos quanto à Escola EB2,3 Pedro Barbosa, em que, segundo as notícias que nos chegaram, há necessidade de um programa de intervenção de requalificação de algumas áreas da escola, pelo que o respectivo orçamento deveria ser igualmente inscrito neste Plano de Actividades e Orçamento. É com muito agrado que vemos que ambas as sugestões foram atendidas. Estão contempladas, finalmente. Esperemos



que no final do ano escolar haja sinais concretos, ou seja, que a intenção saia do papel, para que a comunidade escolar destas escolas volte a ter esperança. Outras propostas fizemos, que não foram consideradas. Mas entendemos não ser oportuno enunciar ou anunciá-las agora. Fá-lo-emos na altura própria. De forma mais geral, tomamos devida nota dos valores constantes nas Grandes Opções do Plano que, em termos comparativos com as previstas para o ano em curso, têm algumas variações significativas, mormente no que respeita à protecção civil, à habitação e urbanização. As restantes ou mantêm os valores aproximados ou sofrem algum incremento, apenas significativo no Desporto e Lazer, que se justifica devido aos compromissos afectos à escolha de Viana para Cidade Europeia do Desporto. Contudo, no que respeita às freguesias - cujas carências sobejamente conhecidas são inversamente proporcionais à sua importância como órgão fundamental de proximidade às populações, na sua capacidade de resposta imediata às necessidades dos seus fregueses -, verifica-se uma inalteração, uma estagnação dos valores que se prolonga desde 2021, o que é surpreendente, pela negativa. Para boa compreensão, entendo ser de solicitar que o senhor Presidente nos elucide quanto aos reparos que acabei de fazer e que não foram claros aquando da sua intervenção. Como decorre do exposto, é com satisfação que vemos aceites e contempladas algumas propostas apresentadas pelo CDS, com o que nos congratulamos. Porém, entendemos ainda não ser bastante e que o Executivo podia e devia ter ido mais longe. Pese embora as cautelas necessárias dados os riscos resultantes de imponderáveis que nos ensombram actualmente o horizonte, desejamos que, apesar das nossas reservas, este PAO, e as opções nele plasmadas, possam ter o sucesso que os Vianenses merecem. Mas, não sendo um acto de fé a aprovação de bem-intencionados Planos de Actividades e Orçamento, o CDS decide abster-se na sua votação. No que respeita ao Plano de Actividades e Orçamento dos Serviços Municipalizados, de forma breve, é de dizer que, considerando os desafios e até as vicissitudes que têm enfrentado os seus trabalhadores, num trabalho digno e difícil - que notoriamente tem evoluído no que respeita à inovação de processos e evolução no desempenho -, esperamos que o serviço público que prestam no Concelho continue a ser reconhecido e valorizado por todos. (a) Ilda Araújo Novo.” **“DECLARAÇÃO DE VOTO DA CDU – Introdução -** A análise de um documento deve ser feita com a devida atenção e rigor, muito mais, quando se trata de uma projecção que interfere direta e indiretamente com a vida quotidiana dos cidadãos. Este rigor não pode ou não deveria ser descuidado, nem muito menos menosprezado pelos seus pares, ou seja, por todos nós, que temos responsabilidades para a qual fomos eleitos e



mandatados. Assim, não posso deixar de exprimir o meu desagrado no que diz respeito à distribuição tardia deste *Plano de Atividades e Orçamento* para o ano de 2023. Um documento com 123 páginas (mas se acrescentarmos o documento do SMVC são 137), e ainda por cima com uma ordem de trabalhos de reunião ordinária com 28 pontos, sendo alguns deles de análise também rigorosa (ponto 9,10,12,17 e 18), onde um outro documento contém 46 páginas, demonstrando uma falta de sensibilidade e de visão democrática para com os órgãos eleitos em minoria. Apraz-me ainda referir a bom rigor, que o somatório do **copia e cola**, denominado maioritariamente pelas massas como “*Copy Paste*”, na parte descritiva das Grandes Opções do Plano (GOP), é sinónimo de pouca visão estratégica, iniciativa, pro atividade e sobretudo uma continuidade do mesmo, em que pouco ou nada é acrescentado para o ano de 2023 uma romaria de promessas repetidas ano após ano. Na panóplia de dificuldades com as quais vamos sendo confrontados: descentralização de competências, pandemia, guerra na Ucrânia e inflação, sendo que quem mais sente, será como sempre os mesmos, a população, e que, face ao aumento do custo de vida, necessita de maior apoio, parece-nos que em muito pouco, estas necessidades/dificuldades aqui se encontram explanadas. Esta também nos parece ser a realidade percecionada pelo governo central, pois as verbas direcionadas (transferência de competências) para os municípios, não acompanha as necessidades territoriais e as exigências para sectores essenciais na vida das populações. Sempre dissemos que o assunto da descentralização de competências deveria de ter sido aprimorado e acautelado, e que os municípios não deveriam assinar documentos em branco, pois o esforço financeiro seria bastante e dever-se-iam acautelar cenários incomportáveis para as instituições e por sua vez para as populações. Citando José Maria Pós de Mina^{1*} “Cautelas e caldos de galinha, nunca fizeram mal a ninguém...”, “... a transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções em causa, visando uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações...” fim de citação. Exigências que vemos agora explanadas neste documento, que dificultam ainda mais a gestão autárquica pois é necessário encontrar respostas, é fazer o muito com pouco. Continuamos a afirmar o que em tempos defendemos, que devem manter-se no Estado a universalidade das funções sociais, para além

¹ * Gestor de empresas; Consultor de diversas empresas; até 2020, Presidente do Conselho Fiscal da Associação Nacional de Municípios Portugueses; Membro da Comissão de Parceria do Sistema Público de Águas e Saneamento do Alentejo; Ex-Autarca da CDU;



dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade, no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

Desenvolvimento - A CDU, já em junho de 2020, alertava para o impacto social e financeiro que poderia advir e que agora vemos explanado neste Plano de Atividades e Orçamento para 2023, que passo a referir: ♦ O aumento geral da despesa corrente; ♦ A médio prazo e fruto da situação anterior, a diminuição da capacidade futura de endividamento, decorrente da redução global das receitas correntes. ♦ Também a médio prazo e em virtude da inflação poderá surgir uma redução da cobrança de IVA, IRC e IRS e uma diminuição na participação dos impostos do Estado; ♦ Um previsível regresso de medidas de contenção financeira tomadas pelo governo e pelo Estado, com reduções extraordinárias da participação nos impostos; ♦ Em termos financeiros, acresce a estas situações o facto de estarmos a entrar num processo de transição entre dois períodos de programação comunitária, cuja definição concreta se vai atrasar em função da necessidade de discutir a reafectação de recursos. Basearemos a nossa análise no volume das verbas orçamentadas quer para as receitas, quer para as despesas e sobretudo, nas verbas orçamentadas para o desenvolvimento das Grandes Opções do Plano para 2023. Da análise, essencialmente política que nos compete fazer, destacamos do quadro 1 (Receitas): 1- Denota-se um aumento na receita dos impostos diretos, taxas, rendimentos de propriedade que nos leva a interpretar que a pandemia destabilizou receitas do município que agora estão a voltar ao seu normal, o que é positivo. Em contrapartida a receita nos impostos indiretos é bastante inferior ao ano 2022, com uma diferença de aproximadamente de 250 mil euros, deduzindo que temos menos faturação no imposto automóvel e no IVA. O mesmo sucede na venda de bens e serviços. No geral percecionamos um aumento das receitas correntes comparativamente ao 2022 em mais de 2 milhões de euros. Gostaríamos ainda de realçar nas receitas de capital, o esforço nos passivos financeiros, onde surge uma redução significativa em mais de 4 milhões de euros. 2- Prevê-se um aumento em cerca de 4 milhões € nas despesas correntes e pelo contrário uma diminuição em cerca de um milhão nas despesas de capital, que poderá ser enormemente maior se se tiver de aprovar nova redução do orçamento no final do ano.

Quadro1 – Receitas

Dotações iniciais	
Receitas	Montantes



Receitas correntes	2023	2022	
Impostos diretos	24.783.242,73	23.343.812,74	
Impostos indiretos	101.589,63	342.418,55	Menor
Taxas, multas e outras penalidades	1.609.129,78	1.065.829,84	
Rendimentos de propriedade	75.000,00	18.848,75	Maior
Transferências correntes	31.631.876,82	29.995.706,94	
Venda de bens e serviços correntes	6.590.000,00	7.174.625,55	Menor
Outras receitas correntes	505.000,00	1.217.069,08	Menor
Total das receitas correntes	65.295.838,96	63.158.311,45	Maior
Receitas de capital	2023	2022	
Venda de bens de investimento	590.958,24	547.230,22	
Transferências de capital	36.923.857,05	32.098.499,32	
Ativos financeiros	1.000	1.000€	
Passivos financeiros	8.116.135,46	12.223.441,12	Menor
Outras receitas de capital	250.000,00	250.000,00	igual
Total das receitas de capital	45.881.950,75	45.120.170,66	
Totais gerais	111.177.789,71	108.278.482,11	

No que concerne às verbas orçamentadas e às prioridades definidas na Estrutura das Grandes Opções do Plano, explanadas no quadro 2 – GOPs – Grandes Opções do Plano, aferimos que:

Quadro 2 . GOP

Objetivos	2023	2022	Diferenças observadas	2021
Educação 2	8.745.307,36	8.444.242,26	+ 301.065,1	8.890.833,18
Cultura 7	3.916.934,75	4.490.124,86	- 573.190,11	8.456.281,64
Desporto e Lazer 5	6.598.042,26	3.966.156,78	+2.631.885,48	Estavam juntas
Coesão Social 9	3.016.000,00	2.972.000,00	+ 44. 000	2.735.532,89
Saúde 11	2.337.898,89	1.748.704,05	+ 589.194,84	748.551,74
Habitação e urbanização 4	7.035.288,61	12.315.209,19	- 5.279.920,58	10.620.998,65
Ciência, Conhecimento e Inovação 14	186.000,00	110.650,00	+ 75.350,00	513.824,85
Proteção Civil 13	817.063,66	1.420.844,22	- 603.780,56	1.591.608,47
Desenvolvimento económico 6	5.520.223,45	4.774.000,00	+ 746.223,45	1.762.579,56
Comunicações e Transportes 8	3.094.456,19	2.638.000,00	+ 2.830.656,19	5.448.306,21
Ambiente e Qualidade de Vida 1	8.806.422,81	6.483.479,59	+ 2.322.943,22	7.239.306,99
Serviços Municipais 10	2.710.559,10	3.070.741,02	- 360.181,92	3.262.340,43
Coesão territorial Desv. Freguesias 3	8.130.,740,00	8.130.740,00	Igual nos últimos 3 anos	8.130.740,00
Transferência/administrações 12	2.161.794,42	1.756.158,80	+ 405.635,62	2.158.158,80
Ativos financeiros 15	677.000,00	791.364,70	-114.364,70	1.530.036,03

1 - Áreas essenciais, necessárias e consagradas na nossa CRP (Constituição da República Portuguesa) para a população, como a habitação, e apesar de aparecer em 4 posição com 11,04% do investimento orçamental e mencionada na descrição informativa (pág.3) como um



dos reforços do investimento da iniciativa municipal, ficamos estupefactos com a redução de 5 milhões e 300 mil, comparado com o ano 2022, sendo para nós assim incompreensível, denotando as prioridades deste executivo em maioria e do seu desfasamento da real necessidade da população; 2 - Apesar de aparecer em 4 posição com 12,75%, como opção relevante, a Coesão territorial/desenvolvimento das freguesias, possui o mesmo montante que nos últimos 2 anos, como se nas freguesias a inflação seja uma utopia ou isenção. Podemos concluir que o estado não acompanha definitivamente as competências transferidas e a real necessidade do território; 3- Cultura com 6,4% do orçamento para 2023 ou seja com menos 573.190,11 que o orçamentado no ano de 2022. Poderemos deduzir que um dos nove eixos estratégicos da proposta eleitoral do PS “Cultura com identidade” começa a ficar desfalcado, restando somente 2 anos para investir nesta área; 4 – A proteção civil aparece como 13 opção com 1,28% ou seja com menos 603.780,56, valor inferior aos 2 últimos anos. Facto também evidenciado na descrição informativo (pág.20) que pouco acrescenta ao ano anterior. 5 - Destacando a saúde e denotando-se o modelo de gestão de responsabilidades com foco na Entidade Pública Empresarial (ULSAM) sendo “pessoa coletiva de direito público de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, à qual é aplicado o regime jurídico do setor empresarial do Estado” in: <https://www.ulsam.min-saude.pt/category/institucional/missao/>. Podemos aferir que a responsabilidade do município é diferente de outras exigências transferidas pelo Estado, sendo o investimento inferior, numa percentagem de 3,67% no orçamentado, encontrando-se na 11ª posição. O foco desta previsão orçamental vai sobretudo na qualificação das instalações e nos equipamentos de saúde existentes, continuando a assegurar condições de âmbito geral para utentes e profissionais, garantido a qualidade nos serviços. 6 – Coesão social referido como “ano desafiante”, apraz-me dizer que será o ano do tudo ou quase nada, consequência da última responsabilidade das transferências de competências do estado para os municípios. Apesar de aparecer em 9ª na posição das opções, com 4,73% do investimento orçamentado, parece-nos pouco, devido às respostas que irão ser assumidas e sobretudo quando se fala em toda a responsabilidade de gestão do serviço de atendimento, apoio social e RSI. Sabendo que o concelho ao nível de RSI acompanha cerca de 500 agregados familiares, que são redistribuídos por áreas territoriais, divididas em 4 zonas de intervenção, 2 na margem sul e 2 na margem norte, gostaríamos de referir: Como pretendem intervir sabendo que recursos humanos, recursos materiais, logísticos



e financeiros são essenciais para a continuidade de um bom e eficiente funcionamento e o que está previsto em orçamento poderá não acompanhar as reais necessidades? Sabendo ainda que o trabalho deverá ser realizado *in loco*, em territórios indoor e outdoor e que a experiência nestes contextos está no trabalho de terreno que foi desenvolvido pelo 3^a sector nestes últimos 12 anos! Como se consegue em 6 meses adquirir tanta informação e contacto real com os territórios e população beneficiária, suscetíveis a vulnerabilidades sociais de dimensão e padrões diferenciados? Não chega minimizar e nem muito menos mitigar, é preciso fomentar intervenções de modelos de referência e de motivação, tal como refere Maslow ao estabelecer uma hierarquia de necessidades, em que define cinco categorias de necessidades humanas: fisiológicas, de segurança, afeto, estima e as de auto realização. Como sabem, esta teoria é representada por uma pirâmide onde na base se encontram as necessidades mais básicas pois estas estão diretamente relacionadas com a sobrevivência. Está o município devidamente consciente destes fatores e das reais dificuldades? São estas algumas das nossas preocupações, não queremos ser derrotistas quanto à sua aplicação mas conhecendo a realidade, temos algumas dúvidas até porque outras áreas fulcrais como a habitação, onde o edificado do IRUH passa a também a ser tutelado pelo município e está na Coesão Social, carecendo de grande investimento não só material mas também ao nível dos recursos humanos. 7 - Comunicações e transportes aparece na 8^a posição em 4.85% do investimento, sendo bastante inferior ao ano passado. Apesar disso é destacado “como dois dos mais significativos investimentos estruturantes”, tais como a Via de acesso à área empresarial do Vale do Neiva, já praticamente concluída e a Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 e a EN202, este último praticamente financiado na totalidade pelo PRR. Não menosprezamos tais investimentos e acreditamos que poderão ser alavancas de desenvolvimento municipal no seu todo, mas não podemos esquecer tantas outras formas para este mesmo desenvolvimento. A exemplo, podemos destacar a disponibilidade de transportes públicos (mobilidade sustentável) até porque ainda não sabemos quais as verbas destinadas do governo central para as medidas como o PART (Programa de Apoio à Redução Tarifária) e o PROTrANSP (Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público), medidas que deveriam ser contínuas e acauteladas nesta previsão orçamental no caso de redução ou falhas. 8 - A GOP que se encontra na 6^a posição é destinada ao desenvolvimento económico com 8,66% do investimento orçamental, o que nos parece razoável com focos mais destacados para a **Agenda 2030 “Economia do Mar”** e



suas derivações económicas. Mas não podemos deixar de salientar que em lado nenhum desta rubrica é mencionado o novo mercado municipal, fator bastante primordial, importante e também estratégico pra o desenvolvimento económico do concelho. A menção deveria ser explanada até porque estamos perante a abertura de um novo quadro comunitário onde tudo tem de estar praticamente preparado para se avançar na sua concretização e na busca de soluções caso este novo quadro comunitário não preveja estas ações. 9 – Por último, mas não menos importante, até porque aparece como sendo a 1ª Grande Opção do Plano, temos o **Ambiente e a Qualidade de vida** com 13,81%, perfazendo um investimento perto dos 8 milhões e novecentos mil (8.806.422,81). Defendemos também que o Ambiente deverá ser interpretado de uma forma integrada e sustentável, Citando o – PAO de 2023 da CM “o bem-estar coletivo, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são objetivos de um desenvolvimento sustentável”. Assim, e percebendo tudo o que diz respeito ao ambiente porque está bem explanado no texto, ficamos é sem perceber como erradicamos ou mitigamos a pobreza no concelho, pois não é referido em parte alguma. A pobreza não pode de forma alguma ser “sustentável” por isso é incompatível com o bem-estar coletivo, onde devemos e teremos de dar particular importância reforçando medidas estratégicas e que acompanhem e ajudem no combate ao problema. Das opções apresentadas pelo executivo em maioria PS, a reflexão leva-nos a questões sobre o bem-estar da população do concelho de Viana do Castelo. É o caso da mobilidade onde o investimento é bastante inferior ao ano transato. Como podemos falar em desenvolvimento se as ligações entre freguesias e por sua vez com o concelho ou até mesmo distrito são meramente operações cirúrgicas em ambulatório? Desenvolvimento territorial e desenvolvimento económico estão interligados e não alienados um do outro, tal como a cultura está ligada ao desenvolvimento de um concelho e da sua população. Até para a cultura existe um decréscimo para o seu desenvolvimento expressivo. Na educação, observamos que cada vez mais é exigido mais e melhor mas com menos. Isto leva-nos a reforçar o que temos dito sobre a maleabilidade e o processo erróneo que foi e é a transferências de competências para as autarquias. O estado demite-se da sua responsabilidade e coloca estas grandes responsabilidades nos municípios, apraz-nos dizer: “salvem-se como puderem”. A educação é fundamental e essencial no desenvolvimento das pessoas. O desenvolvimento tem de ser global e não fracionado, sem desenvolvimento global a evolução é meramente estética e residual. Continuamos a questionar



este executivo em maioria se as verbas, provenientes do Poder Central, dão cobertura à transferência de competências? Assim, e do resultado dos contactos diretos com a população ao longo deste mandato, os representantes dos eleitos da CDU-PCP/PEV nos órgãos municipais (Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) continuam a apresentar e a defender algumas propostas que visavam, sobretudo, melhorar as condições de vida em Viana do Castelo e contribuir para o bem-estar da sua população. Dentro dessa série de propostas, destacamos com maior relevo: ♦ **Proporcionar em parceria com a ULSAM** uma descentralização das respostas integradas de especialidade (oncológica e de cardiologia) para um edifício exterior à unidade de saúde local, promovendo melhores cuidados de saúde em áreas que requerem maior especialidade e maiores cuidados. ♦ **Acrescentar, no prolongamento da ligação da Ciclovía Litoral que irá ligar Caminha, Viana e Esposende,** a (re) construção de uma travessia pedonal e ciclável sobre o Rio Lima; ♦ **Assegurar um sistema eficaz de transportes públicos** permanentes que garanta ligações; ♦ **Assegurar os mini autocarros** no circuito urbano, alargando o seu itinerário entre todas as freguesias do concelho e polos industriais; ♦ **Negociar com o Governo a abolição imediata do pórtico do Neiva** e reverter o processo das portagens na A28. ♦ **Criação do Museu de Ciência e Investigação ligado ao mar;** ♦ **Proporcionar a construção de um centro de treino** para desportos da natureza, trail e trial bike; ♦ **Alavancar a casa municipal da juventude** com oficinas de arte e literacia (antigo matadouro). ♦ **Proceder ao levantamento do património habitacional municipal** para reabilitar e arrendar a custos controlados e renda condicionada, para responder às necessidades da população. **Conclusão** - A construção de um Plano de atividades e orçamento não é tarefa fácil, bem sabemos, mas quando olhamos para o documento aqui apresentado, ficamos com a sensação de que o executivo em maioria está um pouco desfasado da realidade do país e do mundo, não prevendo ou pelo menos não valorizando o que o novo ano poderá trazer em dificuldades gerais para as famílias. Uma oportunidade perdida, da maioria PS no executivo, mostrar que está disponível para ouvir e poder adotar/integrar algumas das propostas que a oposição possa ter, que melhorem o orçamento. Mas não, ao contrário de bons exemplos da gestão autárquica que temos pelo país, onde as reuniões ao abrigo do estatuto do direito de oposição servem para também para acolher algumas das propostas apresentadas pela oposição, a maioria absoluta deste executivo não deixa que tal heresia possa acontecer ou quando de longe a longe acontece dificilmente as assume como



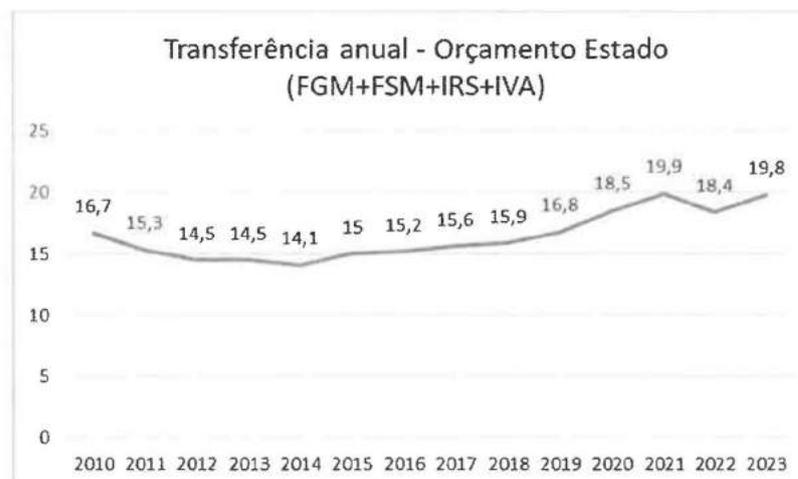
sendo propostas lançadas pela oposição. Não interessa se são boas propostas e exequíveis, não interessa se os custos dessas propostas são residuais para o orçamento, mas como não são da maioria, não interessam... É certo que tem maioria absoluta e que do ponto de vista legal o podem fazer, mas em democracia, a participação deverá ser coletiva pois acreditamos que várias ideias enriquecem o desenvolvimento do Concelho. Por último e tentando mais uma vez a lei da persistência (algo que nos caracteriza) gostaríamos de reforçar 3 medidas que temos como importantes e que a nível orçamental poderá ser ajustada sem grande moessa, sendo elas:

1. O PIER na promoção e no desenvolvimento destes territórios “valorização económica social e ambiental desse imenso território”, como era descrito no PAO de 2016, de modo a que os produtos da terra possam ser devidamente escoados!
2. Perceber por que motivo os Agrupamentos Escolares que englobem Escolas do 1º Ciclo ensino básico, no ato de contratação de professores para a área das expressões não devam ter em conta as turmas do 1º CEB, uma possível saída para que o M. Educação possa criar condições para o cumprimento integral dos programas do 1º CEB, libertando as verbas própria do município que vêm sendo gastas neste domínio e que poderiam ser aplicadas em outras áreas, como, na produção artística juvenil.
3. considerada uma verba a afetar para alterações de posicionamento remuneratório, por opção gestonária, em conformidade com o artigo 158 da Lei do Trabalho em funções públicas e que abrangam todos os trabalhadores que reúnam os requisitos. Assim, e por toda a exposição apresentada e de encontrarmos aspetos que teremos de considerar como positivos no documento, consideramos que mais poderia ser feito, principalmente em áreas prioritárias, mas tal não aconteceu, pelo que a CDU irá abster-se. (a) Claudia Marinho.”

DECLARAÇÃO DE VOTO DO PSD - Na sequência reunião de vinte e nove de Novembro da Camara Municipal de Viana do Castelo e relativamente à apreciação do **ponto n.º 11º** da Ordem de Trabalhos (OT) – Plano de Atividades e Orçamento da CMVC e SMVC - 2023, no que se refere à votação dos Vereadores do PSD, perante os documentos apresentados e considerando que: ♦ A análise do Plano de Atividades e Orçamento da CMVC e SMVC – 2023, foi inserida numa reunião do executivo camarário com mais 27 pontos em análise, nomeadamente a análise do lançamento da derrama sobre o lucro tributável do IRC relativo ao ano de 2023 e a fixação das taxas de imposto municipal sobre imóveis. ♦ O documento em análise contem um total de 137 páginas, entre os orçamentos da Câmara e dos SMVC, tendo sido entregue aos Vereadores da oposição apenas com três dias uteis de antecedência, o que manifestamente é insuficiente para uma análise minuciosa e

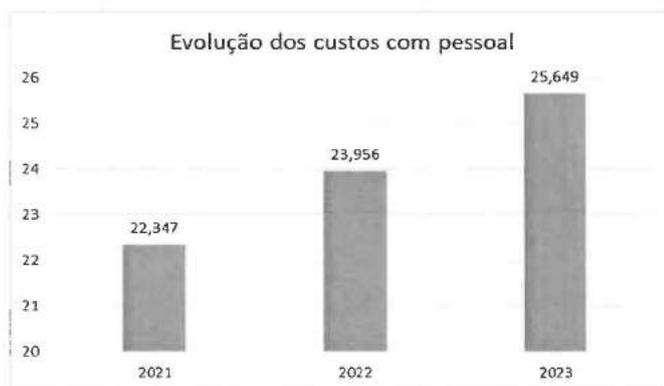


ponderada aos documentos apresentados. Considerando as contingências acima identificadas e numa primeira análise que fizemos ao documento, podemos concluir que este não seria este o nosso orçamento, trata-se de uma mão cheia de muito pouco, por não ir ao encontro do auxílio às empresas e às famílias que passam por dificuldades. Apelidar este orçamento como o “maior orçamento de sempre” só por mera demagogia, poderá sê-lo em valor absoluto mas não em credibilidade, até porque ainda não é conhecido o grau de execução do orçamento anterior, sendo este o parâmetro que define a qualidade e a fiabilidade de um orçamento. Com as transferências provenientes do Orçamento do Estado para 2023 a registarem um aumento de 1,4 M€, ficando apenas a 100.000€ do máximo atingido em 2021, o que permitiria uma “almofada” adicional relativamente ao orçamento anterior, contudo, vemos esse valor a ser absorvido na sua totalidade com a subida da massa salarial em mais de 2,4 M€, fruto de um aumento salarial mas também de um desproporcional aumento do quadro de pessoal para 2023.

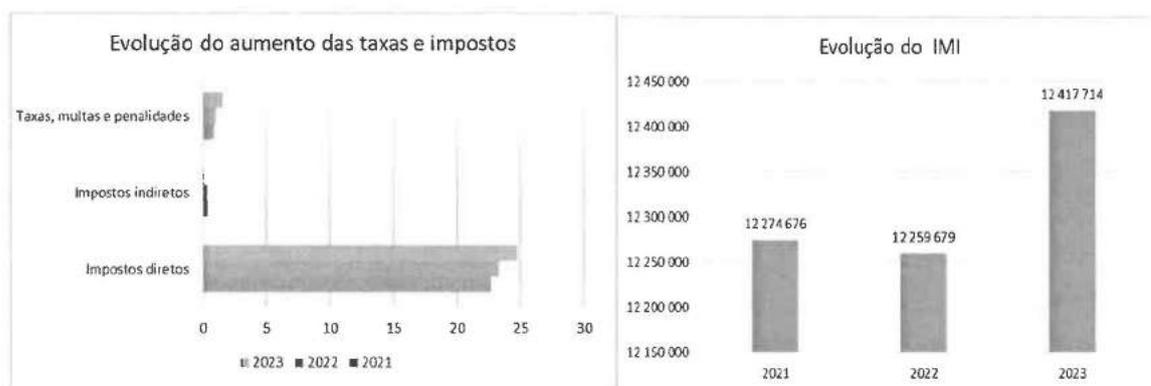


Verifica-se um aumento substancial dos custos com o pessoal na ordem de 1,6M€, com uma dotação de 25,6M€ para o ano de 2023, correspondendo a cerca de 23,1% do orçamento, uma parte será absorvida pelo natural aumento dos vencimentos, mas uma grande parte assenta na previsão do aumento do quadro de pessoal em 8,4%, ficando com cerca de 31% de vagas a suprir (quadro atual de 1342 e futuro com 1.757) agravado ainda por uma organização interna sustentada num organograma onde abundam os quadros dirigentes, caminhado para uma pirâmide organizacional invertida, onde a classe dirigente é maior que a base. De notar que a transferência anual do Orçamento do Estado não é suficiente para cobrir os custos com pessoal. Dada a aposta na digitalização e a conseqüente otimização de processos e forte investimento na informatização, seria espectável maior contenção na contratação de pessoal, mas pelo contrario verificamos um aumento significativo do quadro de pessoal, em alguns casos de duvidosa utilidade

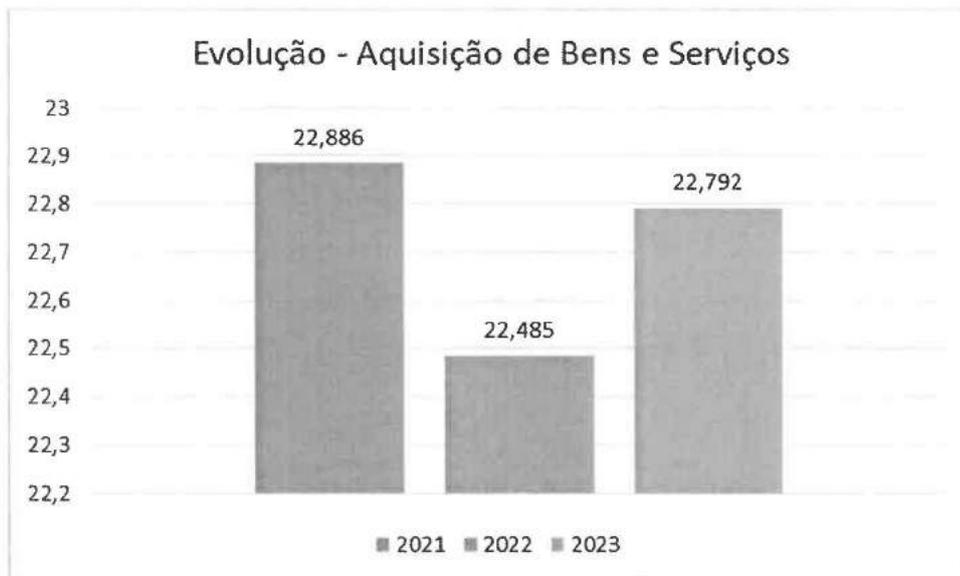
aparentando ser “um fato feito à medida”, como seja o caso da criação de um cargo Diretor Delegado (DD) nos Serviços Municipalizados (SMVC), quando estes se encontram esvaziados de serviços que foram transferidos para a ADAM e para a Resulima, para além de constituir um verdadeiro atestado de incompetência à atual Administração que, para a gestão dos atuais serviços prestados pelos SMVC assume necessitar de um DD, onerando o erário público com mais um vencimento idêntico ao do Presidente da Câmara.



Para acomodar este aumento de despesa, verifica-se pelo lado da receita um aumento brutal de impostos na ordem de 1,49M€ essencialmente através dos impostos diretos. Para isso contribuí a insistência na manutenção das taxas de arrecadação de impostos, como seja a taxa da derrama sobre o lucro tributável do IRC em 1,5% e as taxas de imposto Municipal Sobre Imóveis- IMI em 0,35% que, apesar de ter ajustado 0,01 para o ano de 2023, o orçamento prevê um aumento de 158.000€.



Uma rubrica que tem um peso significativo no orçamento no lado da despesa é a aquisição de bens e serviços que para 2023 aponta para 22,7M€ correspondendo a 20,5% do orçamento, com um aumento de 307 mil euros, sendo habitualmente utilizada com recurso aos “Ajustes Diretos” por vezes com despesa supérflua e não produtiva.



Todas estas rubricas vão condicionar a disponibilidade e flexibilidade que deveria existir para as dotações da Grandes Opções do Plano (GOP) e que dependem das opções políticas do executivo, apesar de um tímido crescimento de 670 mil euros não satisfaz todas as necessidades do nosso território.

Grandes Opções do Plano	2021	2022	2023	Variação face a 2022
Ativos Financeiros	1,530	0,790	0,680	-0,110
Transferências entre administrações	2,160	1,760	2,160	0,400
Coesão território desenvolvimento Freguesias	8,130	8,130	8,130	0,000
Serviços Municipais	3,260	3,070	2,710	-0,360
Ambiente e qualidade de vida	7,240	6,480	8,810	2,330
Comunicações e transportes	5,450	2,640	3,090	0,450
Desenvolvimento económico	1,710	4,770	5,520	0,750
Proteção civil	1,590	1,420	0,820	-0,600
Ciência, conhecimento e inovação	0,730	0,110	0,190	0,080
Habituação e urbanização	10,620	12,320	7,040	-5,280
Saúde	1,250	1,750	2,340	0,590
Coesão Social	2,740	2,970	3,020	0,050
Cultura, Desporto e tempos livres	10,000			0,000
Desporto e lazer	0,000	3,970	6,600	2,630
Cultura	0,000	4,490	3,920	-0,570
Educação	8,840	8,440	8,750	0,310
	65,250	63,110	63,780	0,670

Relativamente às Grandes Opções do Plano e na análise que é feita aos três últimos orçamentos, verificamos uma estagnação na opção pela transferência para as Freguesias, mantendo o mesmo valor nos últimos três anos de 8,1 M€, o que significa que este orçamento não aposta no crescimento da coesão de todo o território. Também se verifica uma forte desaceleração na área

da habitação e urbanização, o que significa que a bandeira eleitoral da aposta na habitação já foi cumprida? Não nos parece que o problema da habitação tenha sido resolvido apenas num só ano. Entende-se a necessidade de reforçar a área de Desporto e Lazer pelo facto de se realizar em Viana do Castelo a Cidade Europeia do Desporto 2023.

Dívida Total da Autarquia

Limite da dívida total Artigo 52.º da Lei n.º 73/2013	Dívida Total						
	Total da dívida a terceiros incluindo dívidas não orçamentais	Contribuição SM + AM + SEL + entidades participadas	Dívida Total	Dívidas total excluindo não orçamentais, exceções Lei 73/2013 e FAM	Montante em excesso	Margem Absoluta	Margem Utilizável ⁽¹⁾
(1)	(2)	(3)	(4)=(2)+(3)	(5)	(7)=(6)-(1), se (6)>(1)	(8)=(1)-(6), se (6)<(1)	(9) =(8) * 40%
91.715.662 €	14/10/2022						
	45.438.471 €	2.009.811 €	47.448.282 €	45.044.349 €		46.671.313 €	18.668.525 €

(1) nº2 do artigo 103º Lei 12/2022 de 27 de junho

De salientar o valor da dívida total da Autarquia que em 14-10-2022 apresentava o valor de 47,4 M€, com uma margem utilizável de 18,6 M€ o que significa ainda um endividamento elevado face à receita corrente cobrada líquida.

Receita Corrente Cobrada Líquida

2019	2020	2021	Total	Média da Receita Líquida
(1)	(2)	(3)	(4) = (1+2+3)	(5) = 4/3
66.980.362,35 €	57.401.770,96 €	59.049.479,52 €	183.431.324,57 €	61.143.774,86 €

Quanto aos valores da receita corrente cobrada líquida, no quadro apresentado no orçamento existem valores discrepantes relativamente aos publicados pela Direção-Geral das Autarquia Locais (DGAL), concretamente o valor de 2021 que se fixou em 58.232.373€ com uma diferença de 817.106€ que influencia a media da receita líquida para os anos 2019,2020 e 2021 que, segundo a DGAL se fixou em 60.971.406€. Como atrás ficou dito, este não seria o nosso orçamento porque em momentos conturbados como os que estamos a atravessar, com o conflito armado na Ucrânia e a conseqüente subida do custo da energia com impacto na subida da inflação, que registou em Outubro de 2022 uma taxa de 10,1% relativamente ao período homólogo, seria espectável um orçamento que mitigasse estes efeitos adversos no rendimento disponível das famílias e das



empresas, com um alívio da carga fiscal ao nível do IMI com uma taxa de 0,32% para as famílias e uma diminuição da derrama para uma taxa de 1,2% para as empresas, conforme proposta apresentada pelo PSD. Muito pelo contrário, vemos um orçamento que sufoca ainda mais as famílias e as empresas com um aumento de impostos. Nem as freguesias nas verbas da coesão territorial são discriminadas positivamente com o mesmo valor de 2022 e de 2021 de 8,1 M€ é opção deste executivo socialista. Sendo um dos maiores orçamentos já apresentados, trata-se de uma mão cheia de muito pouco, pelo que fica assim justificado o voto contra dos Vereadores do PSD. (a) Eduardo Teixeira; (a) Paulo Vale”. **“DECLARAÇÃO DE VOTO DO PS – O Plano de Atividades e Orçamento (PAO) da CMVC e SMVC para 2023** proposto pelo executivo socialista define o orçamento e as grandes opções do plano num ano de particular exigência face aos desafios globais e às reais necessidades e prioridades dos vianenses. A recuperação económica e social pós-pandemia e a invasão da Ucrânia pela Rússia, aumentam a incerteza e a instabilidade da economia, com impacto direto nas cadeias de abastecimento, na escassez das matérias primas e na crise energética. Estes factos geopolíticos têm contribuído para o aumento do valor dos produtos para a indústria e dos bens alimentares, bem como para a escalada de preços da energia e das taxas de inflação e de juros, com elevados custos para as famílias e as empresas. O executivo do Partido Socialista, consciente destas dificuldades, apresenta o maior orçamento de sempre, no valor de 117,870 milhões de euros (mais de 111 milhões de euros da Câmara Municipal e 6,692 milhões de euros dos Serviços Municipalizados de Viana do Castelo) para responder às necessidades, motivações e objetivos dos vianenses, assente numa ação exigente, responsável, célere e assertiva nas opções estratégicas, orçamentais e na capacidade de decisão transversal nos vários domínios, seja na economia, na educação, na cultura, na saúde, na coesão social e territorial e nas transições climática e digital. A forte capacidade e eficiência que o município continua a demonstrar na captação de Fundos Comunitários é estrutural para prosseguir o atual caminho de progresso social e de prosperidade económica, tendo sido garantidos até ao momento 41,547 milhões de euros no PT2020, estabelecendo-se ainda como quadro de oportunidade o período de “overbooking” do PT2020, e 42 milhões de euros no Programa de Recuperação e Resiliência (PRR), com um financiamento a 100%. No orçamento para o novo ano, a estratégia defendida tem como prioridades o Ambiente e Qualidade de Vida, a Educação, a Coesão Territorial, a Habitação e Urbanização e o Desporto e Lazer, num expressivo e estratégico apoio à consolidação da qualidade de vida do território, aumentando os seus fatores de competitividade, tais como o bem-estar



coletivo, o aumento das qualificações, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade económica e social. Nesse sentido, o PAO para 2023 traduz a aposta no potencial de crescimento da economia e promove o investimento no concelho, a par da defesa da justiça social e da coesão territorial, eixos cruciais para o crescimento e afirmação de Viana do Castelo nos planos regionais e nacionais. O reforço da transição digital, da mobilidade suave e dos planos de poupança de água e de eficiência energética são medidas concretas que respondem à inevitável transição digital e verde em curso. A continuidade dos fortes investimentos na habitação, na ampliação da rede de saneamento e abastecimento de água são condições essenciais para a concretização do primeiro direito e para a fixação de pessoas ao território, reforçando a qualidade de vida dos vianenses. O reconhecimento de Viana do Castelo Cidade Europeia do Desporto em 2023 justifica o significativo aumento do valor previsto no orçamento para o Desporto e Lazer. Por outro lado, a diminuição substancial da rubrica da Habitação e Urbanismo é resultante do termino do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU) em 2022, que face aos elevados financiamentos alcançados permitiu uma expressiva requalificação de arruamentos urbanos no concelho, dilatando o valor desta rubrica no PAO do ano vigente. A manutenção do valor atribuído à Coesão Territorial e ao Desenvolvimento das Freguesias não é de menor importância, visto que desde 2021 este se mantém nos 8,1 milhões de euros nos PAOs, apesar de em 2022 o valor proveniente do Orçamento de Estado para o Município ter sido de 18,4 milhões de euros, bastante inferior aos 19,9 milhões de euros de 2021, sendo o valor de 2023 também inferior. O esforço desta opção do executivo ao propor um valor idêntico ao de anos anteriores para esta rubrica, perante as perdas sucessivas no Orçamento de Estado, revela a prioridade que a harmonia do território ocupa na estratégia definida para o desenvolvimento de Viana do Castelo. Ciente das dificuldades económicas e financeiras que as famílias enfrentam num ano que se vislumbra rigoroso, este é um PAO que lhes dirige e reforça medidas concretas, tais como a redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para 0,35% para prédios urbanos, a dedução fixa de 70 euros para famílias numerosas, com três ou mais dependentes, o reforço expressivo do programa “Mais Família”, que será constituído por um conjunto de ações e medidas de apoio, nomeadamente, o aumento de vagas nas creches, e a isenção de taxas urbanísticas para jovens famílias e na condição de construção ou reabilitação de primeira habitação. As famílias vianenses têm sido uma prioridade da ação governativa do Partido Socialista que, desde o ano de 2012, em plena crise económica, a



autarquia tem abdicado do valor máximo do imposto, descendo na altura para 0,38%, em 2020 para 0,36% e agora para 0,35%. Na base da construção deste documento complexo e de vital importância para os destinos dos cidadãos vianenses estiveram as agendas locais – “Agenda para a Inovação 2030 de Viana do Castelo” e a “Agenda da Economia do Mar 2030” – e uma profícua auscultação de todos os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal de Viana do Castelo, dos executivos das Juntas e Uniões de Freguesia e de empresários do concelho, com vista a integrar todas as visões, sensibilidades e propostas, desde que sustentáveis e plausíveis no atual contexto socioeconómico, privilegiando políticas de proximidade, humanistas e sustentáveis. O envolvimento destes agentes e de todos os cidadãos vianenses é assumido como uma prioridade no momento de elaboração e no passo seguinte de execução do presente PAO, conferindo-lhe uma permanente validação e o escrutínio necessário para as inúmeras inovações e otimizações que o mesmo almeja e encerra tendo em vista a transformação de Viana do Castelo num território de excelência para viver, investir, estudar, trabalhar e visitar. Assim, perante as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2023 que oferecem sustentabilidade, progresso e compromisso e respondem aos desafios atuais com ações céleres, transversais e intersectoriais, o executivo socialista sustenta e defende a presente proposta de PAO da CMVC e SMVC para 2023. (a) Luís Nobre; (a) Manuel Vitorino; (a) Ricardo Rego; (a) Fabíola Oliveira.”- - - - -

- - - **Está conforme o original.** - - - - -

- - - **A acta de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.** - - - - -

- - - **Viana do Castelo e Departamento de Administração Geral, quinze de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.** - - - - -

(DOCUMENTO Nº 9)

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Plano de Atividades e Orçamento da CMVC e SMVC – 2023

Exma. Presidente da Mesa e respetivos membros, Exmo. Presidente da Câmara, senhores Vereadores, elementos da comunicação social, público presente, caros Deputados Municipais

Apesar dos constrangimentos que desde há dois anos se fazem sentir, primeiro com a pandemia e depois com a guerra que persiste e que tem criado uma enorme instabilidade em todos os sectores da economia, o executivo desta Câmara Municipal consegue apresentar-nos um Plano de Atividades sustentado pelo maior Orçamento de sempre, quase atingindo os 118 milhões de euros, cabendo 6,7 milhões aos Serviços Municipalizados.

É, sem dúvida, um orçamento ambicioso, como ambiciosas são as **Grandes Opções do Plano** que lhe estão subjacentes.

Este elevado montante deve-se à forte capacidade de trabalho e de eficiência que o executivo continua a demonstrar, tanto na captação de fundos comunitários como na gestão global do Município.

Com o foco no bem-estar coletivo, no progresso social, na prosperidade económica, na erradicação da pobreza, na proteção do ambiente e no combate às alterações climáticas, foi definida uma estratégia exigente, responsável e assertiva que tem como prioridades o **Ambiente e Qualidade de Vida, a Educação, a Coesão Territorial, a Habitação e Urbanização, o Desporto e Lazer e o Desenvolvimento Económico.**

Dentro destas e das outras Opções do Plano, há um vastíssimo leque de programas de ação que estão, aliás, bem clarificadas no documento que a todos foi distribuído e que passam por uma significativa ampliação das redes de água, saneamento e resíduos sólidos urbanos; por grandes infraestruturas rodoviárias, como sendo a Nova Travessia

do Rio Lima e a Via de Acesso ao Vale do Neiva; pela requalificação de várias escolas e equipamentos sociais; pela conclusão da nova Unidade de saúde Familiar da Meadela e construção das novas Unidade de Saúde Familiar de Alvarães e do Litoral Norte; por Incentivos à Regeneração Urbana, Acolhimento Empresarial, Setor Tecnológico e Criativo, Empreendimentos Turísticos e redução de taxas e impostos, como é o caso do IMI e da Derrama, e ainda a isenção de taxas urbanísticas para jovens com idade inferior aos 35 anos na condição de construção ou reabilitação da primeira habitação.

Mas há outros programas de ação a implementar, que passam pelo reforço no apoio às famílias e às IPSS; pela dinamização do Programa 1º. Direito, com vista à dinamização da Estratégia Local de Habitação; por um conjunto de incentivos a empresas e particulares no IMT, IMI, deduções no IRC e IRS e aplicação da taxa de IVA a 6%, nas 12 Áreas de Reabilitação Urbana em vigor; pela requalificação de 26 estradas em 18 Freguesias; pela descentralização de competências com as Juntas de Freguesia; pelo apoio à transição digital e por muitas outras ações, nas mais variadas áreas, numa aposta clara no crescimento económico do Concelho, na justiça social, na coesão territorial, na proteção do ambiente e na promoção do bem-estar de todos os vianenses.

Destaco aqui o reconhecimento de Viana do Castelo como Cidade Europeia do Desporto, em 2023, fruto das políticas acertadas na promoção do desporto e na criação de infraestruturas desportivas nas várias modalidades, tirando proveito das potencialidades geográficas do nosso Município.

Pelas razões apontadas e pelo mérito do documento, posto em análise, discussão e votação, a bancada do Partido Socialista, obviamente, irá votar a favor.

Luís Palma

1º CUMPRIMENTOS :

2º DESEJO DE BOA NATAL.

3º PºD.

- ENQUADRAMENTO ADEQUADO AOS TEMPOS.
- O FUTURO RESERVA-NOS MUITAS INCERTEZAS E ANXIÉTICAS.
- DO VERIFICADO, DEPREENDE-SE UMA FORTE APOSTA DESTE EXECUTIVO EM MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS VIANENSES. SAZEMOS BEM "ROMA E PAVIA NÃO SE FIZERAM NUM DIA" FAZEMOS FÉ QUE IRÁ HAVER ENGENHO E ARTE PARA A MOBILIZAÇÃO DE TODOS OS VIANENSES — TODOS NÃO SEREMOS DEPLAIS. ALGUMAS NOTAS SOBRE O PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO. (PAD)

A) CONSOLIDAR A DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA AS FREGUESIAS:

- PEDIR-LHES MAIS DUREZES CERTO, PORÉM HÁ QUE FORTALECER-LHES MAIS OVS. ESSE TRABALHO DE FAMILIA EXIGE MAIS GRÃO.

B) REFORÇO DAS ACESSIBILIDADES, VERMHA ELE, DESDE QUE TAMBÉM SEJA ACOMPANHADO DE UMA REDE DE TRANSPORTES MAIS ADEQUADO A UMA POPULAÇÃO CADA VEZ MAIS SÓ E ENVELHECIDA.

TAL COMO EM ALGUMAS CIDADES JÁ SE PENSOU ATRIBUIR TRANSPORTE PÚBLICO GRATUITO AOS ANTIGOS COMBATENTES DA GUERRA COLONIAL?

C) ZAREE-NOS BEM AS MEDIDAS DESTINADAS À ACTIVIDADE COMERCIAL, PORÉM NÃO SE VERIFICA TANTO EMPDQUE PARA ESTA AGRICULTURA DE SOBREVIVÊNCIA QUE AINDA VAI RESISTINDO, UMA FORMA DE VIDA DE "EMPUBRECER ALEGREMENTE. ATENTE-SE NA DEPENDÊNCIA DOS CEREJIS. VEJA-SE O PREÇO DOS PRODUTOS VINDOS DA TERRA. VERIFIQUE-SE O QUE FICA PARA OS AGRICULTORES.

D) A NOVA TRAVESSIA DO LIMA, NOQUEIRA — DECRISTE ESTÁ DECIDIDA. JÁ FOI PENSADA UMA VIA ALTERNATIVA À ESTRADA MUNICIPAL QUE ATRAVESSA O MIOLO DE NOQUEIRA MUITO UTILIZADA POR POPULAÇÕES DAS FREGUESIAS A MONTANTE?

E) A EDUCAÇÃO É BEM, É ASSUMIDA COMO UM PILAR FUNDAMENTAL.

- OS ÚLTIMOS DADOS MOSTRAM QUE 50% DOS ALUNOS CARENCIADOS NÃO SE CANDIDATAM A EXAMES DO 12º ANO PARA ACESSO AO ENSINO SUPERIOR. FAÇA A ESTE RETROCESSO

ESTÁ PENSADA ALGUMA MEDIDA POR ESTE EXECUTIVO?

— UM ESTUDO DA OMS, SOBRE A ADOLESCÊNCIA EM PORTUGAL É DEVERAS PREOCUPANTE, SOBRETUDO NO ÂMBITO DA SAÚDE MENTAL. A ATRIBUIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO PODER CENTRAL ÀS AUTARQUIAS PERMITE-NOS REFORÇAR, JÁ, OS GABINETES DE PSICOLOGIA NAS ESCOLAS?

— A ESCOLA PROMOTORA DE SAÚDE FOI UM PROJECTO IMPLEMENTADO EM FIMES DO SÉCULO PASSADO E PRINCÍPIO DESTES NAS ESCOLAS DO PAÍS. FOI UM PROJECTO MUITO CONSERVADO. NÃO SERÁ POSSÍVEL RESSUSCITA-LO? NA ÉPOCA MUITOS ALUNOS UTILIZARAM A BICICLETA COMO MEIO DE TRANSPORTE.

F) VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO — A DENOMINADA CASA DA BARROSA, SITA JUNTO À ESCOLA DE LANHESSES, FOI COMPRADA POR ESTA CÂMARA POR 340 000 €, EM 2017. QUE DESTINO LHE VAI SER DADO.

G) GESTÃO DOS RECURSOS HÍDRICOS NO CONCELHO. A ÁGUA, AGORA, ABUNDA E PRECOSA, NO PRÉTERITO VERÃO, POR ESCASSEZ, TANTO PREOCUPOU.

PARA SITUAÇÕES TÃO FREQUENTES SERÃO TOMADAS AS MEDIDAS MAIS ADEQUADAS QUANTO A :

— NASCENTES, LINHAS DE ÁGUA, PRESAS E POÇAS, RIACHOS, ARREDORES, RIÇOS ETC.

TAL COMO ACONTECEU EM ALGUNS CONCELHOS, NÃO SERÁ NECESSÁRIO ENTRE MUITAS OUTRAS DIRETIVAS, REABILITAR OS GUARDA-RIÇOS?

2022/12/16

Manuel Espírito Santo Gomes



2. Plano de Atividades e Orçamento 2023 - CMVC

O estudo de um documento com esta relevância deve ser feita com a devida atenção e rigor, muito mais, quando se trata de um plano que interfere direta e indiretamente com a vida quotidiana da população. Assim, referir a bom rigor, que o somatório da réplica do ano anterior, na parte descritiva das Grandes Opções do Plano (GOP), é sinónimo de pouca visão estratégica, iniciativa, proatividade e sobretudo uma continuidade do mesmo, em que pouco ou nada é acrescentado para o ano de 2023.

No seio de dificuldades com as quais vamos sendo confrontados: descentralização de competências, pandemia, guerra na Ucrânia e inflação, sendo que quem mais sente, serão como sempre os mesmos, a população e, face ao aumento do custo de vida, necessita de maior apoio, parece-nos que em muito pouco, estas necessidades aqui se encontram acauteladas. Esta também nos parece ser a realidade percecionada pelo governo, as verbas direcionadas para os municípios, não acompanham as necessidades territoriais e as exigências para setores essenciais na vida das populações.

Sempre dissemos que o assunto da descentralização de competências deveria de ter sido aperfeiçoado e acautelado, e que os municípios não deveriam assinar documentos em branco, pois o esforço financeiro seria bastante e dever-se-iam acautelar cenários inoportáveis para as instituições e por sua vez para as populações. Exigências que vemos agora explícitas neste documento, que dificultam ainda mais a gestão autárquica pois é necessário encontrar respostas.

Continuamos a afirmar o que em tempos defendemos, que devem manter-se no Estado a universalidade das funções sociais, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade, no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

Desenvolvimento

A CDU, já em junho de 2020, alertava para o impacto social e financeiro que poderia ocorrer e que agora vemos exposto neste Plano de Atividades e Orçamento para 2023, que passamos a mencionar:

- O aumento geral da despesa corrente;
- A médio prazo e fruto da situação anterior, a diminuição da capacidade futura de endividamento, decorrente da redução global das receitas correntes.
- Também a médio prazo e em virtude da inflação poderá surgir uma redução da cobrança de IVA, IRC e IRS e uma diminuição na participação dos impostos do Estado;
- Um previsível regresso de medidas de contenção financeira tomadas pelo Governo, com reduções extraordinárias da participação nos impostos;
- Em termos financeiros, acresce a estas situações o facto de estarmos a entrar num processo de transição entre dois períodos de programação comunitária, cuja definição concreta se vai atrasar em função da necessidade de discutir a reafetação de recursos.

Basearemos a nossa análise no volume das verbas orçamentadas, quer para as receitas quer para as despesas e sobretudo nas verbas orçamentadas para o desenvolvimento das Grandes Opções do Plano para 2023.

Da análise, essencialmente política que nos compete fazer, destacamos que:
(do quadro 1 - Receitas):

1- Denota-se um aumento na receita dos impostos diretos, taxas, rendimentos de propriedade que nos leva a interpretar que a pandemia interferiu com receitas do município que agora estão a voltar ao seu normal, o que é positivo. Em contrapartida a receita nos impostos indiretos é bastante inferior ao ano 2022, com uma diferença de aproximadamente de 250 mil euros. O mesmo sucede na venda de bens e serviços. No geral percecionamos um aumento das receitas correntes comparativamente ao 2022 em mais de 2 milhões de euros. Gostaríamos ainda de evidenciar nas receitas de capital, o esforço nos passivos financeiros, onde surge uma redução significativa em mais de 4 milhões de euros.

2- Prevê-se um aumento em cerca de 4 milhões € nas despesas correntes e pelo contrário uma diminuição em cerca de um milhão nas despesas de capital, que poderá ser enormemente maior se se tiver de aprovar nova redução do orçamento no final do ano.

Quadro1 – Receitas

Dotações iniciais			
Receitas	Montantes		
	2023	2022	
Receitas correntes			
Impostos diretos	24.783.242,73	23.343.812,74	
Impostos indiretos	101.589,63	342.418,55	Menor
Taxas, multas e outras penalidades	1.609.129,78	1.065.829,84	
Rendimentos de propriedade	75.000,00	18.848,75	Maior
Transferências correntes	31.631.876,82	29.995.706,94	
Venda de bens e serviços correntes	6.590.000,00	7.174.625,55	Menor
Outras receitas correntes	505.000,00	1.217.069,08	Menor
Total das receitas correntes	65.295.838,96	63.158.311,45	Maior
Receitas de capital	2023	2022	
Venda de bens de investimento	590.958,24	547.230,22	
Transferências de capital	36.923.857,05	32.098.499,32	
Ativos financeiros	1.000	1.000€	
Passivos financeiros	8.116.135,46	12.223.441,12	Menor
Outras receitas de capital	250.000,00	250.000,00	igual
Total das receitas de capital	45.881.950,75	45.120.170,66	
Totais gerais	111.177.789,71	108.278.482,11	

No que concerne às verbas orçamentadas e às prioridades definidas na Estrutura das Grandes Opções do Plano, explanadas (no quadro 2 – GOPs – Grandes Opções do Plano), resumidamente constatamos que:

Quadro 2 . GOP

Objetivos	2023	2022	Diferenças observadas	2021
Educação 2	8.745.307,36	8.444.242,26	+ 301.065,1	8.890.833,18
Cultura 7	3.916.934,75	4.490.124,86	- 573.190,11	8.456.281,64
Desporto e Lazer 5	6.598.042,26	3.966.156,78	+2.631.885,48	Estavam juntas
Coesão Social 9	3.016.000,00	2.972.000,00	+ 44. 000	2.735.532,89
Saúde 11	2.337.898,89	1.748.704,05	+ 589.194,84	748.551,74
Habitação e urbanização 4	7.035.288,61	12.315.209,19	- 5.279.920,58	10.620.998,65
Ciência, Conhecimento e Inovação 14	186.000,00	110.650,00	+ 75.350,00	513.824,85
Proteção Civil 13	817.063,66	1.420.844,22	- 603.780,56	1.591.608,47
Desenvolvimento económico 6	5.520.223,45	4.774.000,00	+ 746.223,45	1.762.579,56
Comunicações e Transportes 8	3.094.456,19	2.638.000,00	+ 2.830.656,19	5.448.306,21
Ambiente e Qualidade de Vida 1	8.806.422,81	6.483.479,59	+ 2.322.943,22	7.239.306,99
Serviços Municipais 10	2.710.559,10	3.070.741,02	- 360.181,92	3.262.340,43
Coesão territorial Desv. Freguesias 3	8.130.,740,00	8.130.740,00	Igual nos ultim.3 anos	8.130.740,00
Transferência/administrações 12	2.161.794,42	1.756.158,80	+ 405.635,62	2.158.158,80
Ativos financeiros 15	677.000,00	791.364,70	-114.364,70	1.530.036,03

1 - Áreas essenciais, necessárias e consagradas na nossa Constituição da Republica Portuguesa para a população, como a habitação, e apesar de aparecer em 4ª posição com 11,04% do investimento orçamental e mencionada na descrição informativa como um dos reforços do investimento da iniciativa municipal, ficamos surpreendidos com a redução de 5 milhões e 300 mil, comparado com o ano 2022, sendo para nós assim incompreensível, denotando as prioridades deste executivo em maioria e do seu desfasamento da real necessidade da população. (Já sabemos que o

Sr. Presidente irá responder que aguardará pelos fundos comunitários para este ponto, cá estaremos para confirmar);

2 - Apesar de aparecer em 3ª posição com 12,75%, como opção relevante, a Coesão territorial/desenvolvimento das freguesias, possui o mesmo montante que nos últimos 2 anos.

3- Cultura com 6,4% do orçamento para 2023, com menos 573.190€ que o orçamentado no ano de 2022. Poderemos deduzir que um dos nove eixos estratégicos da proposta eleitoral do PS “Cultura com identidade” começa a ficar desfalcado, restando somente 2 anos para investir nesta área;

4 – Coesão social, mencionado como “ano desafiante”, consequência da última responsabilidade das transferências de competências do Estado para os municípios. Apesar de aparecer em 9º na posição das opções, com 4,73% do investimento orçamentado, parece-nos pouco, devido às respostas que irão ser assumidas e sobretudo quando se fala em toda a responsabilidade de gestão do serviço de atendimento, apoio social e RSI. Sabendo que o concelho ao nível de RSI acompanha cerca de 500 agregados familiares.

Está o município devidamente consciente destes fatores e das reais dificuldades? São estas algumas das nossas preocupações, não queremos ser derrotistas quanto à sua aplicação mas conhecendo a realidade, temos algumas dúvidas pois é necessário um grande investimento não só material mas também ao nível dos recursos humanos;

5 - Comunicações e transportes aparecem na 8ª posição em 4.85% do investimento, sendo bastante inferior ao ano passado. Apesar disso é destacado “como dois dos mais significativos investimentos estruturantes”, tais como a Via de acesso à área empresarial do Vale do Neiva, já praticamente concluída e a Nova Travessia do Rio Lima entre EN203 e a EN202, este último praticamente financiado na totalidade pelo PRR. Não desconsideramos tais investimentos e acreditamos que poderão ser alavancas de desenvolvimento municipal no seu todo;

6 - Na 6ª posição destinada ao desenvolvimento económico com 8,66% do investimento orçamental, o que nos parece razoável com focos mais destacados para a **Agenda 2030 “ Economia do Mar”**, mas não podemos deixar de salientar que em lado algum desta rubrica é mencionado o novo Mercado Municipal, fator bastante primordial, importante e também estratégico para o desenvolvimento económico do concelho. A menção deveria ser exposta até porque estamos perante a abertura de um novo quadro comunitário onde tudo tem de estar praticamente preparado para se avançar na sua concretização e na busca de soluções caso este novo quadro comunitário não preveja estas acções;

7 – Por último, mas não menos importante, até porque aparece como sendo a 1ª Grande Opção do Plano, temos o **Ambiente e a Qualidade de vida** com 13,81%, totalizando um investimento perto dos 8 milhões e novecentos mil euros (8.806.422,81). Defendemos também que o Ambiente deverá ser interpretado de uma forma integrada e sustentável, citando o – PAO de 2023 da Câmara Municipal “o bem -estar coletivo, a proteção do ambiente e o combate às alterações climáticas, assim como a

erradicação da pobreza e a promoção da prosperidade, são objetivos de um desenvolvimento sustentável”. Assim, e percebendo tudo o que diz respeito ao ambiente porque está bem elucidado no texto, ficamos é sem perceber como erradicamos a pobreza e desigualdades no concelho.

Das opções apresentadas pelo executivo em maioria PS, a reflexão leva-nos a questões sobre o bem-estar da população do concelho de Viana do Castelo. É o caso da mobilidade onde o investimento é bastante inferior ao ano transacto como já referido. Como podemos falar em desenvolvimento se as ligações entre freguesias e por sua vez com o concelho ou até mesmo distrito ficam aquém das reais necessidades? Desenvolvimento territorial e desenvolvimento económico estão, tal como a cultura está ligada ao desenvolvimento de um concelho e da sua população.

O Estado demite-se da sua responsabilidade e coloca estas grandes responsabilidades nos municípios. O desenvolvimento tem de ser global e não fracionado, sem desenvolvimento global a evolução é somente agradável e residual. Continuamos a questionar este Executivo em maioria se as verbas, provenientes do Poder Central, dão cobertura à transferência de competências?

Assim, e do resultado dos contactos diretos com a população ao longo deste mandato, os representantes dos eleitos do PCP/PEV nos órgãos municipais (Câmara, Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia) continuam a apresentar e a defender algumas propostas que visam, sobretudo, melhorar as condições de vida em Viana do Castelo e contribuir para o bem-estar da sua população.

Dentro dessa série de propostas, destacamos:

- **Proporcionar em parceria com a ULSAM** uma descentralização das respostas integradas de especialidade (oncológica e de cardiologia) para um edifício exterior à unidade de saúde local, promovendo melhores cuidados de saúde em áreas que requerem maior especialidade e maiores cuidados;
- **Acrescentar, no prolongamento da ligação da Ciclovia Litoral que irá ligar Caminha, Viana e Esposende,** a (re) construção de uma travessia pedonal e ciclável sobre o Rio Lima;
- **Assegurar um sistema eficaz de transportes públicos** permanentes que garanta ligações;
- **Assegurar os mini autocarros** no circuito urbano, alargando o seu itinerário entre todas as freguesias do concelho;
- **Negociar com o Governo a abolição imediata do pórtico do Neiva** e reverter o processo das portagens na A28;
- **Criação do Museu de Ciência e Investigação ligado ao mar;**
- **Proporcionar a construção de um centro de treino** para desportos da natureza, trail e trial bike;
- Alavancar a **Casa Municipal da juventude** com oficinas de arte e literacia (antigo matadouro)
- **Proceder ao levantamento do património habitacional municipal** para reabilitar e arrendar a custos controlados e renda condicionada, para responder às necessidades da população.

Conclusão

Sabemos que a construção de um Plano de Atividades e Orçamento não é fácil, mas quando olhamos para o documento aqui apresentado, ficamos com a sensação de que o executivo em maioria está um pouco desfasado

da realidade, não prevendo ou pelo menos não valorizando o que o novo ano poderá trazer em dificuldades gerais para as famílias.

Por último, gostaríamos de reforçar 3 medidas que temos como essenciais, e que a nível orçamental poderá ser ajustada sem grande moessa, sendo elas:

1. O PIER na promoção e no desenvolvimento destes territórios “valorização económica social e ambiental desse imenso território”, como era descrito no PAO de 2016, de modo a que os produtos da terra possam ser devidamente escoados;
2. Perceber por que motivo os Agrupamentos Escolares que englobem Escolas do 1º Ciclo, no ato de contratação de professores para a área das expressões não devam ter em conta as turmas do 1º Ciclo Ensino Básico, uma possível saída para que o Ministério da Educação possa criar condições para o cumprimento integral dos programas do 1º Ciclo, libertando as verbas próprias do município que vêm sendo gastas neste domínio e que poderiam ser aplicadas em outras áreas, como na produção artística juvenil;
3. Considerada uma verba a afetar para alterações de posicionamento remuneratório, por opção gestonária, em conformidade com o Artigo 158º da LGTFP (35/2004) públicas e que abranjam todos os trabalhadores que reúnam os requisitos.

Assim, e por toda a exposição apresentada e encontrarmos aspetos que consideramos como positivos no documento, achamos que mais poderia ser feito, principalmente em áreas prioritárias, mas tal não aconteceu.

Viana do Castelo, 16 de dezembro de 2022
O Agrupamento Político da CDU



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO CASTELO

Relatório de Atividades e Orçamento 2023

Muito boa noite

Começo por cumprimentar a

Sra. Presidenta da Assembleia Municipal e demais membros da mesa e, permitam que em vos cumprimente todos e cada um dos presentes.

Minhas Sra.s e meus Sr.s

Neste ponto 2 da ordem de trabalhos somos convocados a apreciar e a votar o documento relativo ao Relatório de Atividades e Orçamento do Município de Viana do Castelo relativo ao ano 2023.

Fazemo-lo num contexto nacional e internacional que continua deveras desafiante, decorrente de um longo e difícil período pandémico.

Sendo, agora, confrontados com uma importante tensão inflacionista e aumentos das taxas de juro ao nível global.

Este fenómeno, resulta, em parte, da retoma económica que se fez acompanhar ainda, de estrangimentos nas cadeias globais de abastecimento, dum conflito bélico, inacreditável, em curso entre a Ucrânia e a Rússia, de vários anos de uma política monetária expansionista, da valorização do dólar, mas também, de aumentos brutais dos preços quer das diferentes energias quer de uma grande parte das matérias-primas.

E, até esta altura, não foi, ainda, encontrado um equilíbrio económico estável.

A par dos factos anteriores, o governo do nosso País vai também ele ruindo e gerindo a nação “às pastilhas”, sem qualquer estratégia ou rumo para o futuro. Deixando degradar o poder de compra da população, exaurindo económica e animicamente as famílias, as empresas, as instituições, enfim, todos os agentes económicos de forma global.

Fazendo anúncios, e só anúncios, de medidas de apoio à economia que estarão disponíveis, conforme é dito, “nas próximas horas/dias” e que, passados meses ainda não são, sequer, conhecidos.

Pelo que, com estes contornos, a atuação dos municípios é revestida dum papel cada vez mais fundamental, sendo chamados a colmatar o crescente alheamento do poder central e do sacudir, constante, de responsabilidades e despesas a que dão o nome de descentralização, pelo que, o Município deve ter uma atuação cada vez mais próxima dos seus agentes económicos, em particular daqueles que mais necessitam.

Portanto, a expectativa sobre o OM para o ano de 2023 era grande. Por se tratar também do maior orçamento da história, conforme foi anunciado e até porque, a época natalícia que vivemos é também ela propícia a grandes esperanças.

Mas Sr. Presidente

Quando tudo pareciam ser boas notícias, somos deparados com um documento que ignora o seu contexto, os seus efeitos e se mantém mais afastado daqueles que mais necessitam, capturado pelo aumento crescente dos custos da sua estrutura operacional, onde o executivo municipal teve de optar por engrenar a “marcha atrás” no que respeita à afetação de fundos às rubricas das GOP potenciadoras de desenvolvimento, bem-estar e coesão social.

Este orçamento é originário e vítima da solidão da maioria que governa o município, desintegrado dum Plano estratégico desenhado para Viana do Castelo (2010-2020) dado que, o atual já perdeu a sua validade há cerca de três anos.

E, portanto, este documento é órfão dum programa, dum enquadramento que acabe com a falta de redes de ligações intensas com, outros municípios, institutos, universidades, os centros de investigação, a dinâmica das empresas, faz com que, a nossa terra, não reúna características para se destacar a nível nacional na captação de investimento nacional e estrangeiro. Para atingir estes resultados são fundamentais a liderança e as políticas públicas que privilegiam o desenvolvimento sustentável, a cooperação, o dinamismo e o empreendedorismo, única forma de estancar a perda de população e de rendimentos.

O montante global do orçamento municipal para o próximo ano de 2023 aproxima-se dos 117,9 milhões de euros o que, representa um acréscimo em relação ao ano anterior de 3,8%, mais 4,333 milhões de eur.

Mas, como o nível de inflação esperada para o corrente ano de 2022 é da ordem dos 8% pode concluir-se que, o aumento real dos valores do orçamento é negativo pelo que, ao contrário do que é publicitado, ele é sim, inferior ao do ano de 2022.

Esta rápida subida generalizada dos preços dos bens, tem o efeito de “inchar” os valores do orçamento e, portanto, provocar ilusão monetária, permitindo até, camuflá-los com a manutenção ou até, aumentos que são manifestamente insuficientes para colmatar a perda real de rendimentos das famílias Vianenses.

Ao nível da receita corrente que consta deste documento, há muitas dúvidas na bondade e efeito de muitas das propostas e há claramente uma fuga para a frente no que diz respeito à baixa de impostos, ainda que, de forma transitória, em momentos como este em que se intensifica a pressão sobre o custo de vida dos Vianenses e as empresas e instituições aqui sediadas.

A opção aqui prevista passa antes, por carregar no aumento dos impostos, nomeadamente, nos diretos, prevendo a arrecadar mais 1,439 milhões de eur (mais 6%) atingindo o valor de 24,783 milhões de eur.

O mesmo sucedendo ao nível das multas, taxas e outras penalidades em mais 0,543 milhões de eur (mais 51%).

No que respeita á despesa corrente, nomeadamente relativamente ao custo com o pessoal está contemplado um incremento de 1,608 milhões de eur, galgando dos 23,956 milhões de eur para os 25,65 milhões de eur em 2023, passando agora a representar 23,1% do orçamento.

No entanto, a única medida que é conhecida ao nível desta rúbrica é a do aumento do número de colaboradores, mais 128 pessoas, mais 7,5%, passando a constar do orgânico um total de 1.831 efetivos. E, nada é conhecido sobre digitalização, repensar procedimentos para eliminar redundâncias e burocracia e reorganizar os serviços e os processos para os tornar mais eficientes.

Importa dar nota de que, a transferência anual do Orçamento do Estado, que em 2023 será de 19,8 milhões de eur não é suficiente, sequer, para compensar os custos com o pessoal.

A integração dos serviços municipalizados na camara municipal certamente permitiria a uma melhor gestão deste recurso.

A aquisição de bens e serviços, por seu turno, deverão ascender aos 22,8 milhões, 20,5% da despesa, verbas que, normalmente geram um retorno nulo e não potenciadoras dum futuro diferente.

Assim, o saldo corrente deste orçamento relativamente ao ano de 2022 é reduzido, num ano, em 1,9 milhões de eur, situando-se nos 5,5 milhões de eur, menos 25,7% do que o ano anterior o que, claramente, começa a colocar em perigo o desenvolvimento sustentável das finanças locais e, conseqüentemente, a capacidade de desenvolver de forma vigorosa a economia do concelho, confirmando as preocupações do PSD.

Mas Sr. Presidente

Qual o motivo pelo qual, o mapa resumo das Grandes Opções do Plano, elemento chave para a avaliar as opções políticas do executivo, não discrimina a aplicação da totalidade dos valores da despesa, no montante total de 117,871 milhões de eur, quedando-se pelo detalhe de apenas 63,78 milhões de eur 54,1% da despesa?

Fica assim por explicar, de forma transparente, a utilização de 54,09 milhões de eur, 45,9% da despesa.

Os valores da despesa previstos para o ano de 2023 cresceram 3,8%, 4,33 milhões de eur, pelo que, conforme os valores que o PSD conseguiu apurar, sugerem que, neste orçamento, o município reserve para si “a fatia de leão”, 85% desta variação, o equivalente a 3,7 milhões de eur.

Assim são sugados, 3,7 milhões de eur, para sustentar os custos da estrutura operacional em 2023 que passarão agora a contar com uma dotação de mais de 54 milhões de eur, 45,9% da despesa.

Em 2022 este valor seria da ordem dos 50,43 milhões de eur, representando 44,4% do valor da despesa da altura pelo que, este cresce em 2023 na ordem dos 7,3% relativamente ao ano de 2022.

Em complemento ao anteriormente referido, estas rubricas, revestem, normalmente, contornos de grande rigidez e, portante de opção fácil e incontornável.

Assim, o que resta das verbas previstas para serem afetas às rubricas potenciadoras de desenvolvimento totalizam 63,78 milhões de eur, 54,1% da despesa do orçamento em análise.

Mais 0,67 milhões de eur, 1,1%, do que em 2022, passando de 63,11 milhões de eur para os 63,78 milhões de eur em 2023 e, menos 1,47 milhões de eur, 2,3% do que em 2021 no montante de 65,25 milhões.

Num claro aproveitamento do efeito causado pela ilusão monetária, ficando o seu incremento claramente abaixo dos valores da inflação prevista para o ano de 2022 de 8% quer da previsão para 2023 de 5,8% registando assim uma variação real negativa.

Para reposição dos valores reais deveriam ser de 69 milhões de eur.

Assim, deste desinvestimento generalizado, onde nem a educação foi prensada, só, talvez, se livrarão as GOP do Ambiente e qualidade de vida e o Desporto e Lazer.

Mas, ainda assim, teremos de esperar pelos níveis de execução do orçamento, para aferir se, estas GOP vão ser preservadas

Será que é este o caminho que foi prometido aos Vianenses?

O futuro que está a ser preparado para Viana do Castelo e para os Vianenses não é, certamente, o que foi prometido e o ambicionado.

Sr.s Presidentes de junta

Que missão difícil lhes é reservada, a de explicar aos vossos fregueses que o caminho da coesão territorial e desenvolvimento das freguesias pretende ser revertido.

Pelo que, em acréscimo à importante função que vêm desempenhando, terão a nova missão, de fazer mais com muito menos (com menos ovos), as verbas que lhes são dedicadas mantêm os valores dos anos anteriores mas, num contexto inflacionista deveriam ser acrescidas em, pelo menos, 0,65 milhões de eur.

Portanto, este também não é, não pode ser, o vosso orçamento.

Em resumo, considerando o anteriormente referido e, por se tratar-se de um orçamento que:

- mantem as características de documentos anteriores de pouca clareza e controlo sobre as rubricas quer da receita quer da despesa, documento com baixa credibilidade (o próximo ponto da ordem de trabalhos desta assembleia pretende votar uma revisão de 11 milhões de eur);
- se distancia da visão que o PSD propõem para o Concelho;
- propõem aumento de despesa rígida em detrimento de mais investimento;
- alcança o equilíbrio das contas do Município à base de impostos mais elevados;
- recorre, sucessivamente, ao efeito da ilusão monetária que a inflação pode proporcionar;
- não é bom para o presente e para um futuro sustentável de Viana do Castelo e dos seus agentes económicos.

O PSD continua disponível e empenhado em colaborar na melhoria do nível de vida dos Vianenses e no progresso sustentado da nossa terra.

Posto isto, os Deputados do PSD não encontram alternativa em votar contra o Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2023

Muito obrigado



Ponto 2 - da OT - Planos de Actividades e
Orçamento da Câmara Municipal e SMVC para
2023 - posição do CDS

Senhora Presidente e senhores secretários,
Senhor Presidente da Câmara Municipal,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados
Minhas senhoras e meus senhores:

Estes são os segundos planos e orçamentos municipais do presente mandato autárquico, da autoria da equipa do senhor Arquitecto Luís Nobre.

No essencial, o agrupamento do CDS nesta Assembleia Municipal, sufraga e adere à exposição de motivos e sentido de voto da sua Vereadora, a Ilda Araújo Novo. Que se nos afigura uma posição sensata, responsável e cooperante na procura das melhores soluções para Viana do Castelo.

Em todo o caso, gostaríamos de aditar, em seu benefício, algumas das preocupações do CDS manifestadas nos últimos anos, nomeadamente quando há uns anos atrás as mesmas foram veiculadas e defendidas pública e sucessivamente em campanhas eleitorais para a Câmara Municipal de Viana do Castelo e protagonizadas, pessoalmente pela Ilda Araújo Novo.

Preocupações e tendências que, perdoem-nos o atrevimento imodesto, continuam a persistir de forma reiterada e que urge, de forma inadiável, inverter.

Concretizando: estamos a falar no nosso declínio populacional, económico e comercial. Não é uma fatalidade, nem um destino. Mas, são factos.

Não há futuro, para uma comunidade, sem pessoas. Nós estamos a minguar, corremos o risco sério de, em poucos anos, estarmos numa situação próxima a muitos concelhos do nosso interior. Sem pessoas. Com tudo o que isso representa.

Continuamos com um poder de compra per capita inferior à média nacional, com uma actividade comercial muito limitada. Sem grande atractividade para as famílias. Não há como dizer de outra maneira: estamos mais pobres, mais velhos e a desaparecer ou, pelo menos a perder importância regional.

Ora, lido o Plano e Orçamento para 2023, o nosso inverno demográfico e o nosso empobrecimento, não parecem suscitar grande preocupação e atenção do actual executivo municipal.

Contudo, a nosso ver, deveria haver um plano de acção.
Urgente.

O nosso sentido de responsabilidade social e comunitária para com Viana e os Vianenses, assim nos exige.

Este nosso alerta impede-nos de poder votar favoravelmente, como gostaríamos, os PAO da Câmara e dos seus Serviços Municipalizados, pelo que ficaremos na abstenção já anunciada.

O Agrupamento do CDS/PP na Assembleia Municipal de Viana do Castelo,

Viana do Castelo, 16 de Dezembro de 2022

Filipe Ruiando Miranda Din
Narciso